

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS - CECEN  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

JOSIEUDER SILVA PEREIRA

**A PRIVATIZAÇÃO DA VALE DO RIO DOCE ATRAVÉS DA IMPRENSA  
MARANHENSE: *REDIMENSIONANDO O ENSINO DE HISTÓRIA NA REDE  
BÁSICA DE EDUCAÇÃO NO MARANHÃO***

SÃO LUÍS  
2018

**JOSIEUDER SILVA PEREIRA**

**A PRIVATIZAÇÃO DA VALE DO RIO DOCE ATRAVÉS DA IMPRENSA  
MARANHENSE: *REDIMENSIONANDO O ENSINO DE HISTÓRIA NA REDE  
BÁSICA DE EDUCAÇÃO NO MARANHÃO***

Monografia apresentada à coordenação do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do grau de licenciatura.

São Luis

2018

Pereira, Josieuder Silva.

A privatização da Vale do Rio Doce através da imprensa maranhense redimensionando o ensino de história na rede básica de educação no Maranhão / Josieuder SilvaPereira. – São Luís, 2018.

107 paginas

Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual Maranhão, 2018.

**JOSIEUDER SILVA PEREIRA**

**A PRIVATIZAÇÃO DA VALE DO RIO DOCE ATRAVÉS DA IMPRENSA  
MARANHENSE: *REDIMENSIONANDO O ENSINO DE HISTÓRIA NA REDE  
BÁSICA DE EDUCAÇÃO NO MARANHÃO***

Monografia apresentada à  
coordenação do curso de História da  
Universidade Estadual do Maranhão  
para obtenção do grau de  
licenciatura.

Aprovada em     /     /

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profº Drº Monica Piccolo Almeida (Orientadora)

Universidade Estadual do Maranhão

---

**1º Examinador**

---

**2º Examinador**

## **Agradecimentos**

Ninguém consegue ir muito longe sozinho. E nessa minha caminhada, vivi experiências fantásticas, conheci pessoas maravilhosas, na qual fizeram parte em momentos bons e ruins. E ao fim dessa etapa. Veio agradecer essas pessoas que me ajudaram diretamente e indiretamente.

Agradecimento especial a minha querida mãe, (Lediner Silva), por sempre estar do meu lado, me apoiando e me ajudando na medida do possível. Não medindo esforços para me ver “subindo” na vida. Muito Obrigado por me apoiar sempre Mãe, te amo.

Ao meu querido pai José Pedro, sempre atencioso. Encorajando-me sempre a cada dia a melhorar e fazer minha parte com vontade e determinação. Obrigado.

E também a todos os meus familiares. Avôs, tios, primos e irmãos (Josidelia Silva e Josivam Silva) por sempre estarem presentes na minha vida e, preocupados comigo e com minha formação intelectual e moral, ficam aqui meus agradecimentos.

Agradeço a todos os meus amigos que não estiveram diretamente ligados a minha graduação, mas, sempre em momentos oportunos compartilhamos conhecimentos e conselhos para vida, em especial José Hilton Cardoso e Fineias Azevedo, amigos da vida.

Ao meu amigo Dayvison Araújo, o responsável por abrir meus olhos para prestar o vestibular da UEMA. Encorajando-me “faz que tu consegue passar”. Obrigado, “Junior”.

Aos meus amigos da graduação. Em especial da turma 2013. 2. A Claudiene Ferreira, Luzilene Leal, Vitor Silva, André Silva, Flaviana Monica, Leonardo Everton e a Jovelino Joca que me ajudou muito na normatização desse trabalho. A todos vocês muitíssimo obrigado por fazerem parte de vários debates calorosos, tornando nossas manhãs mais agradáveis.

“Amigos que a história me deu e que vou levar pra vida”. Em especial ao Noé Rocha, um ser humano de uma generosidade incrível, em que, tudo “tá” bom pra ele e que faz o possível pra ajudar todos. A Patrícia Fernanda, uma amiga sincera e incondicional, sempre presente com conselhos muito contundentes e apreciáveis. O Rafael Alves, um “parceiro” de todos os momentos, que sempre nos incentiva a darmos o melhor que temos. A vocês meu muito obrigado por estarem presente do começo ao fim, principalmente, na construção desse trabalho.

E Gilvan Cardoso, me ajudando assim que possível, em muitos momentos da nossa graduação, mas, ainda mais nessa reta final, com a transcrição de alguns jornais, junto com Gescca Dias e Alda Santos. A vocês meu mais sincero obrigado.

João Pedro Moraes e Raquel Galvão. Entramos juntos nessa empreitada (trabalho monográfico), em vários momentos compartilhamos nossas dúvidas com o intuito de juntos saná-las. Obrigado a dois vocês.

A todos os meus professores, por não só ajudar no meu crescimento intelectual e profissional, mas também, todos os meus companheiros de curso. Sempre incentivando-nos a fazer o melhor de si. A todos vocês meu muito obrigado, vocês são essenciais para o crescimento do curso de História.

Aos meus companheiros de grupo de pesquisa NUPEHIC, por em vários momentos compartilhamos o conhecimento com debates e discussões intensas sobre Gramsci, Ditadura no Brasil, Maranhão e vários outros temas. Destacando Raíssa Macau e Werbeth Belo, me ajudaram muito com força e determinação, a todos vocês muitíssimo obrigado.

A Monica Piccolo Almeida. Uma professora muito atenciosa e uma orientadora excepcional, uma profissional que sempre se propõe a fazer o melhor e em suas orientações consegue “sugar” o melhor que temos a dar. Monica minha querida, obrigado por compartilhar seu conhecimento e seu tempo. Você não sabe o quanto foi importante, não só no meu crescimento profissional, mas como ser humano. Meus eternos agradecimentos.

A todos os funcionários do curso de História, o pessoal da limpeza, ao segurança grande “D30” e ao “Irmão”. Às pessoas da burocracia, “dona” Roberta, Thamires Coutinho e a atenciosa bibliotecária Lauisa.

A Universidade Estadual do Maranhão, pelos fomentos.

A todas e a todos vocês meu muitíssimo obrigado. Sem o apoio e ajuda de vocês eu não seria o que sou.

E por fim, não porque é o menos importante, mas sim, por ser o pilar que sustenta toda essa estrutura. Agradeço ao nosso bom e querido Deus, que se faz presente sempre em minha vida, me abençoando até o momento com saúde, força, persistência e determinação.

*“Eu sou apenas um rapaz Latino-Americano,  
sem dinheiro no banco, sem parentes  
importantes e vindo do interior.”*

***Belchior***

*“A paixão permanente é uma condição de  
orgasmo e de espasmo, que determina  
incapacidade para agir.”*

***Antônio Gramsci***

## **RESUMO**

A Companhia Vale do Rio Doce foi criada em 1942 com o propósito de extrair minério para abastecer a indústria bélica. Nas décadas seguintes se tornou a maior mineradora do mundo. Uma empresa estatal que se tornou privada em 1997. Este trabalho visa estreitar a pesquisa e o ensino com o uso dos jornais O Estado do Maranhão e o Jornal Pequeno, como estratégias pedagógicas, sobre a privatização da CVRD, ocorrida em 06 de maio de 1997. Todavia, iremos apresentar algumas temáticas importantíssimas como a implementação do neoliberalismo em países do capitalismo desenvolvidos e, posteriormente, no Brasil, que desencadeou várias privatizações, sobretudo a da Vale. Com foco de análise a trajetória da oligarquia Sarney, de sua origem até o primeiro mandato da Governadora Roseana Sarney (1995-1998). Teoricamente, este trabalho sustenta-se nas formulações do filósofo italiano Antônio Gramsci, utilizando-se de conceitos como: Estado Ampliado, Estado Restrito, Coerção, Sociedade Política Sociedade Civil, Aparelhos Privados de Hegemonia e Partidos, para assim, melhor entendermos o posicionamento dos jornais sobre a privatização de uma grande estatal brasileira, tal como um projeto da classe dirigente.

**Palavras-Chave:** Imprensa, Oligarquia, Privatização, Ensino.



## **ABSTRACT**

Companhia Vale do Rio Doce was created in 1942 with the purpose of extracting ore to supply the war industry. In the following decades it became the largest mining company in the world. A state-owned company that became private in 1997. This work aims to narrow the research and teaching with the use of newspapers Estado do Maranhão and Jornal Pequeno, as pedagogical strategies, on the privatization of CVRD, occurred on May 6, 1997. However, we will present some very important themes such as the implementation of neoliberalism in developed countries of capitalism and later in Brazil, which triggered several privatizations, especially that of Vale. With focus on the trajectory of the Sarney oligarchy, from its origin until the first term of Governor Roseana Sarney (1995-1998). Theoretically, this work is based on the formulations of the Italian philosopher Antônio Gramsci, using concepts such as: Expanded State, Restricted State, Coercion, Political Society, Civil Society, Private Hegemony Apparatus and Parties, to better understand the position of the newspapers on the privatization of a large Brazilian state, such as a project of the ruling class.

**Key-words:** Press, Oligarchy, Privatization, Education

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>CAPITULO 1 - DISCUSSÃO NEOLIBERAL: EM PERSPECTIVA MUNDIAL E À “MODA” BRASILEIRA</b>	<b>28</b>
<b>1.2. Neoliberalismo na América Latina</b>	<b>34</b>
<b>1.3. Neoliberalismo e privatização no Brasil</b>	<b>38</b>
<b>CAPITULO 2 - PRIMEIRO VEIO O “MARANHÃO NOVO”, DEPOIS O “NOVO TEMPO”: ATOS E FATOS DO PRIMEIRO GOVERNO DE ROSEANA SARNEY (1995-199)</b>	<b>47</b>
<b>2. 1. E tudo começa com o “Maranhão Novo”</b>	<b>49</b>
<b>2. 2. Eleições para o governo do estado do Maranhão de 1994</b>	<b>54</b>
<b>2. 3. Enfim, chegamos ao “Novo Tempo”</b>	<b>61</b>
<b>CAPITULO 3 - A PRIVATIZAÇÃO DA CVRD NAS PÁGINAS DO JORNAL PEQUENO E O ESTADO DO MARANHÃO: UM ENCONTRO ENTRE A PESQUISA E O ENSINO</b>	<b>69</b>
<b>3. 1. A Companhia Vale do Rio Doce: da criação à privatização</b>	<b>69</b>
<b>3. 2. A privatização da CVRD nos jornais Pequeno e O Estado do Maranhão</b>	<b>76</b>
<b>3. 2. 1. Jornal O Estado do Maranhão: marchas, protestos e liminares contrários à privatização</b>	<b>76</b>
<b>3. 2. 2. Jornal Pequeno e a privatização</b>	<b>83</b>
<b>3. 2. 3. Um projeto para a pesquisa, ensino e aprendizagem</b>	<b>88</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>95</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>97</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>104</b>

## INTRODUÇÃO

Nitidamente, a construção histórica perpassa por desafios, e um desafio a ser debatido, na verdade há muito tempo já está sendo, é a escrita da História do Tempo Presente. Uma construção do tempo recente que, todavia, vem ganhando força nos últimos cinquenta anos, principalmente com o estudo da ditadura militar brasileira. Portanto, para Hobsbawm “toda história é história contemporânea”, uma vez que escrever sobre essa perspectiva é trazer elementos do tempo vivido, mas que o historiador não pode “recair” em armadilhas da problemática histórica. Assim, para Eric Hobsbawm;

E, para aqueles que querem escrever a história do século XX, uma das mais importantes reside no simples fato de saber, sem nenhum esforço especial, o quanto as coisas se modificaram. Os últimos trinta ou quarenta anos foram os mais revolucionários da história. O mundo, ou seja, a vida dos homens e mulheres que vivem na Terra, nunca foi transformado de maneira tão profunda, dramática e extraordinária dentro de um período tão curto. As gerações que não viram como o mundo era antes têm dificuldade em perceber isso intuitivamente. (HOBSBAWM, 1995, p. 107)

Notoriamente para Hobsbawm, o estudo do Tempo Presente é relevante para entendermos os acontecimentos mais recentes, como no caso da história recente do Maranhão, e mais especificamente, sobre o processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce, em 1997.

Nessa mesma perspectiva, podemos destacar os escritos de Lucilia de Almeida Neves Delgado (2013), no qual a autora afirma que, o estudo da História do Tempo Presente durante tanto tempo foi objeto de resistências e interdições, entrou na ordem do dia no Brasil, não só como objeto de pesquisa acadêmica, mas também como um tema desafiador para os historiadores, do ponto de vista ético e político.

No que tange às especificidades teóricas e metodológicas, a História do Tempo Presente para os contemporâneos sofre ainda muitas pressões sobre questões que confrontam o tempo vivido e a busca pela “verdade”, assim, para Carlos Fico:

Uma das principais peculiaridades da História do Tempo Presente é a pressão dos contemporâneos ou a coação pela verdade, isto é, a possibilidade desse conhecimento histórico ser confrontado pelo testemunho dos que viveram os fenômenos que busca narrar e/ou

explicar. Trata-se, talvez, da única particularidade que verdadeiramente distingue essa especialidade das demais, embora muitos autores tenham tentado destacar outras singularidades do ponto de vista metodológico ou mesmo teórico (FICO 2012, p. 44).

Para o autor, o destaque a ser elencado no estudo sobre a História do Tempo são as explicações que norteiam o fato ocorrido, sem que ocorram confrontos diretos em busca da “verdade das testemunhas” que presenciaram os fenômenos que estão sendo construídos dentro das singularidades do tempo presente.

Para Carlos Fico (2012) a marca central da História do Tempo Presente tem como sua principal característica a imbricação com a política e decorre da circunstância de estarmos, “*sujeito e objeto, mergulhados em uma mesma temporalidade*”. Assim, o estudo sobre a História do Tempo Presente ganhou ênfase com o político como estudo e, todavia, pode está ligado com o “sujeito” e suas ações políticas.

O estudo da História do Tempo Presente é um processo de longa construção, pois não é fácil escrever sobre o tempo “vivido” sem recair em enfadonhos momentos quem trazem a tona a sua própria memória sobre o fato.

Para efeito dessas problematização, o historiador deve ter a máxima atenção epistemológica no ato de escrever sobre o Tempo Presente. Fazer, assim, questionamentos contundentes e qualitativos no ato da pesquisa histórica sobre o “fazer” História do Tempo Presente.

Estudar e escrever a respeito de um fato tão próximo na História não é fácil. Portanto, para ter credibilidade acadêmica sobre essa escrita o pesquisador deve ter um minucioso cuidado para não cair em “armadilhas da memória”, do fato acontecido.

A História do Tempo Presente também está em consonância com o ser social e o momento social político em que estamos inseridos, assim, os indivíduos se comunicam, fazendo parte de um local do saber.

Para Marieta Moraes, a escrita sobre a História do Tempo Presente deve estar em harmonia reflexiva com o convívio social, onde estamos envolvidos e uma maior concepção de objetividade como uma tomada de distância em relação aos problemas do presente, “história do tempo presente constitui um lugar privilegiado para uma reflexão sobre as modalidades e os mecanismos de incorporação do social pelos indivíduos de uma mesma formação social” (FERREIRA, 2000, p. 11). A escrita da História do Tempo presente é algo que o historiador deve se atentar para os momentos propícios de

onde se fala, principalmente, quando é um fato recorrente, do qual o historiador presenciou.

Portanto, tem que haver uma criticidade tanto subjetiva quanto objetiva de onde se fala. Por isso. Segundo Maranhão Filho, o historiador deve ter cuidado por muitas vezes ser testemunha e historiador, devendo buscar a objetividade como historiador e identificar as peculiaridades da “verdade” do tempo vivido, portanto;

A escrita do tempo presente deve ser identificada não como a expressão de um sujeito, mas como um lugar no qual a subjetividade ensaia e experimenta a si mesma em relação à exterioridade e estranheza, e identificar isto tem muita relevância especialmente pelo vínculo que se forma com a própria concepção de verdade (MARANHÃO FILHO, 2009, p.144).

Monica Piccolo (2010) afirma que na produção de escritos sobre a História Contemporânea outros pontos polêmicos marcam o desenvolvimento de uma História do Tempo Presente, tais como;

o abandono da noção do passado como imóvel, estático, pronto e acabado, encontrando-se petrificado somente esperando o momento que será ressuscitado, trazido à vida pela sapiência e erudição do historiador, e o entendimento e definição do presente e seus limites cronológicos (PICCOLO, 2010, p.36).

Para a autora, o historiador ao adentrar nas vicissitudes do estudo sobre História do Tempo Presente deve ter uma atenção erudita e cuidados que levem ao entendimento dos limites do enfrentamento do estudo categórico do presente, em que, essas “categorias passam, fundamentalmente, por um novo entendimento e, por consequência, uma nova abordagem em torno de questões que já se encontravam presentes no *métier* historiográfico” (PICCOLO, 2010, p. 37).

Estudar História do Tempo Presente ainda requer um entendimento cronológico e contextual, haja vista, o ofício de o historiador estar inserido em um período de reafirmação política das classes dominantes, como ocorrido nos anos noventa do século XX, mas especificamente entre os anos de 1995-1998, período em que o Maranhão esteve sob o “domínio” de Roseana Sarney, cujo governo foi norteado pelo receituário neoliberal, que tinha na privatização um de seus pilares.

Outro tema importante para o trabalho aqui desenvolvido, é a renovação da História Política, grandemente estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas. Le Goff defendia a ideia de que a história política deveria ser renovada e regenerada. Segundo René Rémond a política tinha uma incidência sobre o destino dos povos e as existências individuais, o político tinha uma consistência própria. Sendo assim, para René Rémond:

A política organiza-se em torno do Estado e estrutura-se em função dele: o poder do Estado representa o grau supremo da organização política; é também o principal objeto das competições. O Estado jamais passa de instrumento da classe dominante; as iniciativas dos poderes públicos, as decisões dos governos são apenas a expressão da relação de forças (REMOND, 1996, p. 20).

Podemos perceber a partir desse enfoque que o processo de consolidação do neoliberalismo no Maranhão, no período de 1995-1998, ocorreu em que a classe dominante mais ensejava se sustentar como classe política hegemônica. E, para atingir seu propósito, era preciso atender demandas das frações de classes, por isso, o Estado deveria programar iniciativas de implementá-las para que houvesse um consenso entre as relações de forças dentro do Estado, e assim a reafirmação desse governo como classe política dominante.

Para Marieta de Moraes Ferreira é preciso reconhecer a política não como um epifenômeno e sim como um elemento explicativo importante do todo social e que o caminho traçado para trabalhar a longa duração e as estruturas constitui a introdução das mentalidades políticas e a das representações. Marieta de Moraes Ferreira afirma que a História Política privilegia “a história econômica-social; acredita que, os comportamentos coletivos tem mais importância que os comportamentos individuais, ela prima as análises das estruturas e; objetiva identificar as relações” (FEREIRA, 1995, p. 25) entre Sociedade e Estado, os caminhos que esses dois percorrem e se organizam enquanto estruturas.

E dentro do campo do político podemos destacar a implementação da política neoliberal no Brasil, que no estado do Maranhão materializou-se com o advento da privatização da CVRD. Assim, o neoliberalismo é uma doutrina econômica que procura adaptar o liberalismo tradicional às condições do capitalismo moderno, prega que a vida econômica é regida por uma “ordem natural”, cujas molas são as decisões

individuais e o mecanismo dos preços. Portanto, Sonia de Regina Mendonça apresenta que;

O neoliberalismo ganhara força no mundo capitalista no decorrer dos anos 1980. Na visão dos seus defensores, a economia deveria ser deixada ao sabor das “livres forças do mercado”, este sim convertida em “entidade suprema” do capitalismo em transformação desde a crise do Petróleo da década de 1970(...) o receituário neoliberal baseia-se em três diretrizes centrais: o princípio da não intervenção do Estado na economia (ou estado-Mínimo), a redução dos gastos públicos e a privatizações de empresas estatais (MENDOÇA, 2004, p. 106-107).

As políticas econômicas adotadas pelo governo do estado do Maranhão no período de 1995-1998, que tinha a sua frente à governadora Roseana Sarney, foram incorporando ao seu governo princípios da política econômica neoliberal, que prega a privatização das empresas públicas, para assim diminuir os gastos públicos e aumentar o índice de crescimento.

Foi com base no receituário neoliberal que a governadora começou o processo de privatização das empresas publicas do Maranhão, um projeto de âmbito federal que regionalmente significou a venda da Companhia Vale do rio Doce.

No campo do estudo tanto do político quanto do Tempo Presente, percebemos que, essas duas perspectivas dão fundamentação para entender o contexto histórico no período em que a Companhia Vale do Rio Doce foi privatizada. Esses campos entrelaçam-se no decorrer das políticas neoliberais adotadas nos governos dos anos 90 do século passado, sobretudo no contexto maranhense.

Metodologicamente, uma discussão vital para as análises aqui desenvolvidas, é o uso do jornal impresso com fonte histórica. Este campo que requer bastante atenção e está intrincadamente ligado ao estudo do Tempo Presente e ao estudo da História Política e, assim, como os dois campos já destacados vêm ganhando força em meio aos pesquisadores das Ciências Humanas e também das Ciências Sociais.

Cabe ao ofício do historiador a compreensão e o uso dessa fonte como construção histórica. Em função da escassez da produção bibliográfica sobre o tema do Governo Roseana Sarney, o uso da imprensa como fonte histórica pode ser considerado como um profícuo caminho para a análise de um dos mais importantes períodos da história maranhense, cujos reflexos ainda são sentidos na atualidade.

Nesse sentido, esse trabalho tem como um de seus objetivos analisar o processo de privatização da CVRD tomando como documentação central as publicações dos jornais maranhenses o estado do Maranhão e o Jornal Pequeno.

Embora nos dias de hoje a utilização do jornal como fonte histórica já esteja plenamente incorporada aos estudos históricos, nem sempre foi assim. Até final do século XIX, o uso do jornal como fonte histórica era considerado como, “pouco confiável”, uma vez que, para o “fazer história” eram válidos apenas para os documentos oficiais, tais como documentos produzidos pelo Estado. Mas, o uso do jornal como fonte pôde abrir novos horizontes na pesquisa histórica, dentro da sociedade brasileira.

A ampliação do uso do jornal como fonte veio nos anos 20 do século passado, com a “revolução” da Escola dos Annales. Uma revista fundada em 1929 por dois historiadores, Marc Bloch e Lucien Febvre, trouxeram novos olhares e novas abordagens no fazer historiográfico e no ofício do historiador. Principalmente, na ampliação da noção de fonte histórica.

Com o advento da Escola dos Annales vieram novas maneiras de “ver” a História, principalmente com o uso da interdisciplinaridade, ou seja, o uso de elementos das outras ciências, como Filosofia, Sociologia, Ciência Política e Antropologia. Essa foi apenas a primeira geração dos Annales que exaltou a pesquisa histórica a partir do impresso como fonte. Na segunda geração podemos destacar Fernand Braudel, e na terceira geração temos figura central Jacques Le Goff, que trouxeram novas abordagens, principalmente no campo do marxismo e do estudo da História Política e do Tempo Presente.

Nessa perspectiva, podemos destacar Maria Helena Capelato.

O jornal é uma verdadeira mina de conhecimento, fonte de sua própria História de situações mais diversas; meio de expressão; de ideias e depósito de cultura. Neles encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas (CAPELATO, 1995, p. 21).

Para Capelato, o jornal é uma fonte quase que inesgotável de conhecimento no que tange os comportamentos da sociedade, sobretudo política e economia. Mas, devemos ter cuidado, pois, segundo Capelato o mesmo “não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos e tampouco uma fonte desprezível é permeada pela subjetividade”, (Capelato, 1995, p. 21).



Percebemos que devemos ter o cuidado no momento da análise da fonte, pois no impresso podem estar presentes os interesses de uma classe dominante, uma vez que, “a imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social” (CAPELATO, 1995, p. 21).

Ainda no que se refere aos cuidados metodológicos para a construção de um estudo histórico que tenha o jornal como seu principal documento, Maria Helena destaca que;

A análise do jornal como fonte e objeto pressupõe uma avaliação crítica desse documento, o que implica sua desconstrução. Nesse processo, devem-se considerar as circunstâncias históricas em que a análise foi produzida, os interesses em jogo e os artifícios utilizados pelos seus produtores (CAPELATO, sd, p. 115).

Para Capelato, o pesquisador deve estar atento para a conjuntura do acontecido destacado pelo jornal, observar a ênfase das reportagens e até mesmo o contexto histórico do fato em destaque no impresso. Toda essa metodologia é relevante para entender o posicionamento do jornal e a qual interesse ele está ligado. Essa questão pode ser aplicada no contexto desse trabalho, pois, é importante entender os interesses do jornal Pequeno e do estado do Maranhão no processo da privatização da CVRD.

O jornal impresso é muito rico em informações e discursos de uma determinada sociedade. E no Brasil não é diferente. O jornal é um periódico muito usado pra propagar determinado fato e sua análise pode ser fundamental para entender uma sociedade, como Reinaldo Lindolfo Lohn.

O discurso jornalístico apresenta-se nas sociedades contemporânea não apenas como emissor de informações, mas também como uma das mais destacadas instâncias organizadoras do social, o que incluiu a definição sobre o que deve ser lembrado ou esquecido (LINDOLFO LOHN, 2014, p.259).

Para o autor, o discurso do jornal não é imparcial, há sempre algo a ser questionado sobre a emissão de informações dos impressos, haja vista que tais periódicos podem estar organizando o cotidiano da sociedade. É nessa perspectiva que os impressos maranhenses (Jornal Pequeno e o estado do Maranhão) podem ser vistos no processo de venda da CVRD.

O processo de análise dos impressos requer um cuidado minucioso. Para Tânia de Lucca, cabe ao historiador observar e analisar a subjetividade do jornal assim;

Pode se admitir, à luz do percurso epistemológico da disciplina e sem implicar a interposição de qualquer limite ou óbice ao uso de jornais e revistas, que a imprensa periódica seleciona, ordena estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu digno de chegar até o público. (DE LUCA, 2006, p.139)

A autora apresenta que o periódico não é estruturado por acaso, mas sim de forma que o leitor entenda o que eles querem passar a esse público. Por isso, para Tânia de Luca, cabe ao “Historiador, de sua parte, dispor de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento” (DE LUCA, 2006, p. 139).

Para a autora, faz parte do ofício do historiador analisar o discurso dos impressos sobre determinado acontecimento de forma epistemológica e crítica, apresentando como é construído o discurso enfatizado no jornal. Portanto, segundo Tânia de Luca (2011), a utilização de jornais pode ser um profícuo caminho para a elaboração de outras interpretações sobre a História.

No meio do discurso jornalístico é importante compreendermos a qual classe esse está atendendo. Desde a invenção da imprensa, essa sempre foi usada com algum propósito, propagar ideias, ideologias, “verdades”, ou seja, sempre foi usada para levar informações. Por isso, é bom atentarmos as quais interesses essas informações estão atreladas. Porque dar mais destaques a algumas informações e outras não? Qual a relevância de determinadas informações? Em que sentido certas notícias são vinculadas?

Para Maria Helena Capelato o jornal no Brasil atende aos interesses das elites. “A imprensa no Brasil funciona como porta voz das elites. A grande imprensa é e sempre foi porta-voz das elites” (CAPELATO, 1994, p. 10) mesmo que haja periódicos ligados à classe trabalhadora, são de pequena expressão e não abrangem o grande público. Para Capelato (1994) os meios de comunicação tendem a desviar as vistas dos leitores para planos convenientes aos dominantes. Todavia, a imprensa possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através do tempo.

Assim sendo, investigar as linhas centrais do governo de Roseana Sarney, enfatizando o processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce, a partir das

publicações dos jornais O Estado do Maranhão e Jornal Pequeno, pode ser de grande importância para a historiografia maranhense, uma vez que novas luzes poderão ser lançadas sobre um período ainda tão pouco estudado pela academia.

Teoricamente, esse estudo terá como fundamento os escritos do filósofo italiano Antônio Gramsci, principalmente o conceito de “Estado Ampliado”.

Para Gramsci, o Estado é dividido Sociedade Política e Sociedade Civil, e no seio da Sociedade Civil se encontram os Aparelhos privados de Hegemonia e desenvolvem-se as batalhas Contra-hegemônicas. Na análise dos jornais, outros conceitos como Consenso, Coerção, Partido e Aparatos Estatais e Repressivos do Estado no “Sentido Restrito”, também serão utilizados para entendermos a atuação dos jornais na sociedade maranhense.

Com a utilização dos conceitos gramscianos nas pesquisas nos campos das ciências sociais humanas vieram novas interpretações sobre a sociedade e ação do estado nessa sociedade, principalmente no campo do marxismo de como o estado age na construção do consenso na classe trabalhadora, e de como o mesmo utiliza meios coercitivos ou consensuais para que a classe trabalhadora passe a apoiar seus projetos hegemônicos.

O conceito de "Sociedade Civil" elaborado por Gramsci contribuiu de forma muito significativa para os estudos marxistas sobre o Estado. Neste sentido, o Estado é constituído em sentido ampliado, elaborado e dividido em dois ângulos: a Sociedade Civil e seus organismos "privados" (Igreja, meios de comunicação, partidos políticos, associações de classe, sindicatos e sistema educacional), responsáveis pela elaboração e propagação de ideologias; e a Sociedade Política, o Estado em sentido restrito, capacitados de meios coercitivos como a burocracia, a polícia, exército e o sistema judiciário.

Com a fundamentação teórica elaborada por Gramsci podemos destacar o conceito de Hegemonia, que ocorre quando há um alinhamento dentro da Sociedade Civil, elaborado pela classe dirigente que direciona suas perspectivas ideológicas e políticas às camadas populares que incorpora a moral e a cultura da classe dirigente.

Todavia, pode ser representado em que a dominação de uma classe ou fração de classe age através da primazia cultural e político-ideológica sobre outras classes ou grupo de classes. Grosso modo, a Hegemonia é uma conquista com ênfase em características política-ideológicas, em que as frações de classes se concentram em

buscar sua hegemonia dentro do cenário nacional ou global, propondo estratégias de dominação dentro da Sociedade Civil.

Além disso, a hegemonia, mesmo quando estável e consolidada, sempre sofre algum grau de questionamento e possível instabilidade. Isto porque há o pressuposto da existência de forças contrárias, que, de algum modo, resistem a esta hegemonia, apresentando ou podendo propor projetos alternativos parciais ou globais (ALMEIDA, 2011, p. 121)

Nesse ponto, as frações de classes criam mecanismos para propagar seus projetos, para que se tornem ou permaneçam hegemônicos. Principalmente, propagando suas ideologias política, moral, econômicas e sociológicas em uma amplitude nacional e global, e o principal foco da classe dominante é permanecer no domínio, usando meios e fins para essa hegemonia se perpetuar. Assim Gramsci destaca que

O critério metodológico sobre o qual se deve basear o próprio exame é este: que a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa ‘liquidar’ ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também ‘dirigente’ (GRAMSCI, 2002, vol. 5, p. 62).

Percebemos que é dentro da Sociedade Civil que se constrói a Hegemonia, onde a classe dominante utiliza-se de mecanismos construídos dentro do aparato estatal em um processo contínuo e vicioso de informação político-ideológica classista. Essa fração de classe dominante dirige o Estado por meio de informações, elaborado por Intelectuais, dentro dos Aparelhos Privado de Hegemonia, construindo assim o consenso. Todavia,

A hegemonia se faz, assim, como combinação de coerção e consenso. E o consenso se constrói através de concessões econômicas secundárias e do convencimento político e ideológico. A mídia tem, neste sentido, um papel notável neste esforço permanente e cotidiano de convencimento. E não somente em relação a questões particulares e conjunturais, mas especialmente de construir esta representação social do estado que, mesmo sendo um organismo classista, procura se expressar como sendo o portador de “todas as energias nacionais”. (ALMEIDA, 2011, p. 123)

Dentro das estruturas do Estado, para Gramsci percebemos que a classe dominante-dirigente constrói seu “laço afetivo” com o poder e, com essa relação de “afetividade” nessas estruturas, as frações de classes usam seus organismos estatais, instituições de cunho classista, para continuar hegemônicas. Mas, dentro das relações entre a Sociedade Política e a Sociedade Civil, existem correlações de forças, ou seja, grupos Contra-Hegemônico que pretendem conquistar o poder do Estado em Sentido Restrito, assim.

Um dos desafios centrais para o pensamento contra-hegemônico consiste em alargar a visibilidade pública de enfoques ideológicos que contribuam para a reorganização de repertórios, princípios, e variáveis de identificação e coesão, com vistas à alteração gradual e permanente das relações sociais e de poder (MORAES, 2010, p. 73).

O conceito do Estado Ampliado para Gramsci consiste em enriquecer as novas abordagens e interpretações sobre a participação política dos sujeitos dentro da esfera social e econômica, como esses sujeitos coletivos ou não agem para a conquista do poder, tornando-se uma classe dominante-dirigente.

Na esfera do Estado no sentido amplo podemos identificar a ação dos Aparelhos Privados de hegemonia que são “organismos de participação política aos quais se adere voluntariamente (e por isso, privados) e que não caracterizam pelo uso da repressão” (COUTINHO, 1989, p. 76). Grosso modo, esses aparelhos são responsáveis por propagar as ideologias político-econômicas das frações de classe.

Para Gramsci, o Estado organiza seus meios culturais por instituições estatais ou na própria Sociedade Civil, não havendo um equilíbrio mútuo entre as esferas da Sociedade Política e da Sociedade Civil, como destaca Carlos Nelson Coutinho;

Não como *equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil* (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercida através de organizações ditas privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas, etc.). Portanto, o Estado em sentido amplo, com novas determinações, comporta duas esferas principais: a *sociedade política* ( que Gramsci também chama de “Estado em sentido restrito” ou “Estado-coerção”), que é formada pelo conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a *sociedade civil*, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, as organizações material da cultura ( revistas, jornais, editoriais, meios de comunicação de massa), etc. (COUTINHO, 1989, p. 76)

O Estado no seu sentido amplo abrange duas esferas, a Sociedade Política e a Sociedade civil. Dentro de cada esfera existem grupos sociais que organizam uma vontade hegemônica de um grupo ou de frações de classes, construída a partir de organizações de cunho privado, como a igreja, sindicatos, as escolas, etc. Todavia, para Gramsci, o Estado poder ser em “Sentido Restrito ou Estado-Coerção”, em que a classe dominante organiza seu monopólio por um conjunto de instituições burocráticas ou por meio da violência ou do consenso, e duas instituições são a burocracia estatal e a Polícia Militar.

No seio da Sociedade Civil, para Gramsci, existem organizações responsáveis por elaborar e propagar as suas ideologias, tais como: o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, as organizações material da cultura (revistas, jornais, editoriais, meios de comunicação de massa).

Todavia, Gramsci estabelece uma ligação com os meios de comunicação, em especial a imprensa escrita. Segundo o filósofo italiano, os jornais são verdadeiros partidos políticos, onde essa imprensa escrita pode estar ligada a determinadas frações de classes para atender interesses político-ideológicos dentro do Estado para garantir a hegemonia do grupo dominante-dirigente.

Gramsci destaca os movimentos dos partidos políticos, como eles nascem e se constituem enquanto organizações responsáveis dentro do Estado. “Os partidos nascem e se constituem como organizações para dirigir a situação em momentos historicamente vitais para suas classes” (GRAMSCI, 2012, vol. 05, p. 76).

A atuação desses partidos, como a imprensa, serve para garantir a Hegemonia de determinado projeto, ou até mesmo, que um novo projeto se torne hegemônico. E inserido nesses aparelhos estão os Intelectuais Orgânicos que transitam entre a Sociedade Política e Sociedade Civil, em que, os mesmos têm o objetivo de nacionalização de determinados projetos.

Esses Intelectuais Orgânicos, neste caso, estão inseridos nos jornais que serão analisados nesse trabalho, ou seja, os impressos maranhenses de maior circulação no Maranhão, o Jornal Pequeno e O Estado do Maranhão sobre o processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

Na escolha dos jornais que aqui serão analisados, optou-se por confrontar o posicionamento do jornal O Estado do Maranhão, nitidamente favorável à consolidação

do neoliberalismo no Maranhão através do movimento das privatizações das estatais, tornando hegemônico o projeto de receituário neoliberal, e o Jornal Pequeno que se posicionou contrariamente a esse projeto. Em comum, o fato de ambos atuarem como Partidos, ou seja, responsáveis pela organização da vontade coletiva. No confronto entre essas duas perspectivas, novas luzes poderão ser lançadas sobre o Governo Roseana Sarney e, sobretudo, ao processo de privatização da Vale do Rio Doce.

Por fim, fazer uma licenciatura não é algo fácil, principalmente licenciatura em História. A arte de licenciar é um grande desafio, requer “coragem” e muita determinação. Não é uma escolha fácil, ainda mais nos tempos em que estamos vivendo no Brasil<sup>1</sup>.

Por muito tempo fui questionado por escolher o curso de História Licenciatura, não só por pessoas próximas, mas também, por mim mesmo, pensando se era isso mesmo que eu queria, ser professor. O interessante era, que o curso é de Licenciatura e poucos foram os momentos que tive(mos) disciplinas voltadas para o ensino, e o encaminhar no curso<sup>2</sup> não estava sendo licenciatura e sim uma “espécie de Bacharelado”, voltado mais para a pesquisa. Muitas vezes ficava indagando, “o curso é licenciatura mas às vezes penso que é bacharelado”.

Mas, percebi que todo esse conteúdo, toda essa pesquisa são necessários, pois, antes mesmo de chegar a desenvolver o ensino, ou seja, compartilhar o conhecimento, é preciso pesquisar sobre a historiografia, sobre os fatos históricos em suas mais “estranhas” conjunturas, para só assim termos noção do conteúdo e da teoria, fundamentais ao Ensino de História<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Com um grande embate sobre a possível aprovação da PL 867/2015, denominada “escola sem partido”, em que os professores, principalmente de humanas, estão sendo alvo de várias “críticas” de uma ala conservadora da sociedade, acusados de doutrinar seus alunos. Uma falácia sem tamanho, pois, se os professores estivessem doutrinando seus alunos, nesse momento não estava acontecendo esse embate, os alunos estariam obedecendo “os comandos dos seus doutrinadores”. Estou apresentando aqui apenas uma indagação.

<sup>2</sup> Até chegar no meu tema monográfico passei por vários temas de pesquisa e por várias apresentações de trabalhos acadêmicos, tais como, PRIVATIZAÇÃO NO GOVERNO ROSEANA SARNEY 1995-1998: O POSICIONAMENTO DOS JORNAIS PEQUENO E O ESTADO DO MARANHÃO DURANTE ESSE PROCESSO, 2017. (Simpósio, Apresentação de Trabalho). O DISCURSO DE PRIVATIZAÇÃO DAS ESTATAIS MARANHENSES NO GOVERNO ROSEANA SARNEY (1995-1998), 2016. (Simpósio, Apresentação de Trabalho). O POSICIONAMENTO DO JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO SOBRE O PLANO CRUZADO DO PRESIDENTE SARNEY, 2015. (Simpósio, Apresentação de Trabalho). PLANO CRUZADO EM PERSPECTIVA: O POSICIONAMENTO INSTITUCIONAL DO JORNAL ESTADO DO MARANHÃO, 2015. (Simpósio, Apresentação de Trabalho).

<sup>3</sup> Essas reflexões iniciais são somente para melhor apresentar a construção desse trabalho, pois, primeiro fizemos abordagens teóricas na introdução e conteudista nos capítulos, sobre neoliberalismo, governo Roseana Sarney, história da Companhia Vale do Rio do Doce e por último o uso dos jornais no contexto da privatização da CVRD, como estratégia pedagógica voltada para o ensino básico.

Minhas indagações foram esquecidas sobre o desafio do Ensino de História quando fui bolsista de Extensão dentro da instituição com o tema do projeto, **Repensando A História do Tempo Presente no Maranhão: O Uso Dos Impressos Como Estratégia Pedagógica**<sup>4</sup>. Assim, descobri minha vocação. Nos anos de 2016 a 2017 fui bolsista novamente de Extensão com o projeto **A Privatização da Vale do Rio Doce através da Imprensa: Redimensionando o Ensino de História na Rede Básica de Educação no Maranhão**<sup>5</sup>, no qual se transformou no meu tema monográfico.

Dito isto, o objetivo principal deste trabalho monográfico é proporcionar o aprendizado sobre privatização da Companhia Vale do Rio Doce através dos jornais o Estado do Maranhão<sup>6</sup> e o Jornal Pequeno<sup>7</sup>, enfatizando de forma didática os conteúdos de neoliberalismo, sobretudo, sobre privatização, oligarquia sarneyista, indo do “Maranhão novo” ao “Novo Tempo”.

Mas, iremos abordar na construção deste trabalho outros objetivos específicos, tais como: apresentar os conteúdos de entendimento sobre neoliberalismo, da sua “origem” mundial e em perspectiva brasileira; identificar como se deu o processo de consolidação do receituário neoliberal no Estado do Maranhão, a partir da lógica do governo de Roseana Sarney de 1995-1998; analisar os discursos de privatização da Companhia Vale do Rio Doce didaticamente nos impressos maranhenses, o estado do Maranhão e o jornal Pequeno<sup>8</sup>.

---

<sup>4</sup> Esse projeto tinha como objetivo principal promover a dinamização da prática pedagógica do ensino de História nas escolas da Rede Básica de Ensino de São Luís voltado ao período dos governos de Roseana Sarney recuperando as especificidades maranhenses diante de um processo maior de consolidação do neoliberalismo no Brasil a partir da vitória eleitoral de Fernando Henrique Cardoso em 1994. Foi desenvolvido no período de setembro/2015 a agosto/2016, na escola C. E. Menino Jesus de Praga, localizada no Bairro Cidade Operaria, bairro dito periférico da capital ludovicense.

<sup>5</sup> Esse projeto tinha como principal objetivo promover a dinamização da prática pedagógica do ensino de História nas escolas da Rede Básica de Ensino de São Luís voltado ao período do governo de Roseana Sarney recuperando as especificidades maranhenses diante de um processo maior de consolidação do neoliberalismo no Brasil a partir da vitória eleitoral de Fernando Henrique Cardoso em 1994 a partir da análise da cobertura da imprensa local sobre o processo de privatização da companhia Vale do Rio Doce, ocorrido em maio de 1997. Voltados pra aos alunos-leitores das escolas públicas da Rede Básica de Ensino do Município de Primeira Cruz, Maranhão.

<sup>6</sup> O Jornal o Estado do Maranhão foi fundado em 1973, depois que o então ex-governador do Maranhão José Sarney e seu amigo Bandeira Tribuzi compraram o jornal O Dia, que foi fundado em 1959, decidiram mudar nome do jornal em homenagem ao Maranhão: *O Estado do Maranhão*, porém decide que o ano de 1959 é o início do jornal. Depois da morte de Tribuzi, em 1977, Sarney passou a então controlar de fato o jornal. Existe até hoje uns dos que levaram ao controverso controle da Família Sarney ao jornal, pois familiares de Tribuzi exigem a devolução do controle do jornal, que alega que ele foi o real fundador do jornal. Em 1987, o jornal se moderniza, como outros jornais do Eixo Rio-São Paulo, substituindo a máquinas de escrever por computadores, que hoje são ultrapassados.

<sup>7</sup> A escolha desses dois jornais justifica-se pela pesquisa previamente realizada nos projetos de pesquisa que participei, anteriormente citados.

<sup>8</sup> Em 29 de maio de 1951, o Jornal Pequeno foi lançado em São Luis pelo jornalista José de Ribamar Bogéa, num momento em que todos os órgãos de imprensa do Estado, de uma forma ou de outra,



Mesmo com a construção desse trabalho com objetivos voltados mais para o entendimento sobre ensino de história contemporânea no Maranhão, ele não perde seu caráter de pesquisa histórica<sup>9</sup>.

Este trabalho foi construído da seguinte forma. Na **Introdução** foram apresentados os eixos teóricos e metodológicos, com ênfase para escrita da História do Tempo Presente, apresentando alguns pesquisadores que tratam do tema, , como é o caso de Eric Hobsbawm, e, como Lucília de Almeida Neves Delgado, Maranhão Filho, entre outros. Também abordamos algumas questões acerca da História Política, tendo como os grandes expoentes René Rémond e Jacques Le Goff.

Ainda na Introdução, destacamos metodologicamente o uso do jornal enquanto fonte histórica, pois o mesmo é a fonte primária para a construção desse trabalho monográfico, com ênfase em historiadores que estudam sobre o assunto, como Maria Helena Capelato e Tânia de Lucca, entre outros.

Teoricamente, para compreender as relações entre Estado e Sociedade, esse trabalho apropriou-se da teoria do Estado Ampliado de Antônio Gramsci<sup>10</sup>. Para o filósofo italiano, o Estado é definido como Estado Ampliado, em que há uma consonância entre Sociedade Política essa em “sentido restrito”, fazendo parte, aparatos burocrático do Estado, como polícia, escola, secretarias, ministérios, etc, e Sociedade Civil, formada por igrejas, sindicatos, os meios de comunicação, no nosso caso o jornal impresso, etc. E transitando nessas estruturas, estão os intelectuais orgânicos.

No primeiro capítulo, intitulado **“Discussão Neoliberal: em perspectiva mundial e à ‘moda’ brasileira”**, fizemos abordagens sobre a implementação do

achavam-se vinculados a grupos ou partidos políticos. Circulavam à época no Maranhão os jornais “O Combate”, “Jornal do Povo”, “Tribuna”, dos partidos de oposição; “O Imparcial” e “O Globo”, do grupo “Diários Associados”; “Diário de São Luís” e “Diário Popular”, de roupagem abertamente governista, comandados pelo grupo do então senador Vitorino Freire. O Jornal Pequeno, ainda em seus primórdios fez história, porque surgiu na condição de único órgão de imprensa conceitualmente apartidário, fora de todas as propostas e propósitos políticos vigentes. Colunas como “O Mundo em Poucas Palavras”, “Defendendo o Nosso Povo”, “Coisas que Acontecem”, “Língua de Trapo”, “No Cafezinho”, “Dicionário do Povo”, criaram uma nova linguagem jornalística, inusitada mesmo para aqueles tempos.

<sup>9</sup> Mesmo sendo este um trabalho para conclusão do curso de História, é também um pontapé inicial para desenvolvermos um projeto para a seleção de mestrado profissional do curso de História da UEMA. Por isso, uma construção monográfica com objetivos voltados para as questões diretamente presentes no Ensino de História.

<sup>10</sup> O filósofo italiano Antonio Gramsci é tido como um dos mais importantes formuladores comunistas. Nascido em 1891, chegou a trabalhar com Mussolini na redação do jornal socialista italiano “Avanti!”, em 1915. Foi preso por ação do mesmo Mussolini em 1926, e condenado a vinte anos de prisão. Recebeu liberdade condicional por motivo de saúde e morreu em uma clínica romana em 1937. Na prisão escreveu suas reflexões, publicadas no Brasil pela editora Civilização Brasileira, na década de 1970, com o título de “Cadernos do Cárcere” (quatro volumes). Não são fáceis de ler. Gramsci escrevia quase que em código, para que os censores não confiscassem suas “lições”, que saíam da prisão por uma sua cunhada, funcionária da embaixada soviética em Roma.

neoliberalismo no mundo, que teve sua origem logo após Segunda Guerra Mundial, na Inglaterra nos Estados Unidos, países nos quais o capitalismo estava em níveis “avançados”, destacando pesquisadores que tratam sobre essa política econômica, tal como Perry Anderson e muitos outros. Trouxemos discussões da aplicação dessa política econômica na América Latina, dando destaque para o primeiro laboratório, o Chile na Ditadura de Augusto Pinochet.

E para fechar o primeiro capítulo, trouxemos essas discussões sobre o neoliberalismo no Brasil, cujas primeiras ondas privatistas datam dos anos 1980, ainda no período da ditadura militar e prosseguiram nos governos dos presidentes José Sarney, no governo de Fernando Collor de Mello/ Itamar Franco, no começo dos anos 1990 e, por fim, sobre o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), destacando algumas privatizações realizadas.

No segundo capítulo, **“Primeiro veio o “Maranhão Novo”, depois o “Novo Tempo”: atos e fatos do primeiro governo de ROSEANA SARNEY (1995-199)”**, começamos por apresentar conceitualmente o termo oligarquia, um governo de poucos, em que um pequeno grupo governa em prol dos seus interesses, trouxemos como pensador para enfatizar esse conceito Norberto Bobbio, e também um intelectual maranhense, Flávio Reis.

Prosseguimos construindo um tópico sobre as origens da oligarquia Sarneysta, como surgiu e como o “pai” da oligarquia ascendeu politicamente se tornando Presidente da República, tendo em seu discurso e plano de governo o slogan “Maranhão novo”.

Apresentamos outro tópico, mostrando dados das eleições de 1994, para ilustrar a entrada da Roseana Sarney no governo do Estado. E, por fim, escrevemos sobre o governo Roseana Sarney de 1994 a 1998, seu primeiro mandato, apresentando suas principais ações e estratégias políticas à frente do governo do Maranhão, principalmente com o Slogan “Novo Tempo”, em muito se assemelhando ao projeto de seu pai.

Por último, construímos o terceiro capítulo, com o título **“A Privatização da CVRD nas páginas do Jornal Pequeno e O Estado Do Maranhão: um encontro entre a pesquisa e o Ensino”** escrevendo um tópico sobre a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), abordando desde o momento de sua criação até sua privatização, em 6 de Maio de 1997. Analisamos o livro “Vale Nossa História”, tomando-o como fonte primária e também autores que escreveram sobre essa estatal.

No tópico seguinte analisamos os jornais O Estado do Maranhão e o Jornal Pequeno, como fonte primária, investigando suas reportagens ligadas às manifestações populares e judiciais contrárias ao leilão da CVRD.

Para finalizar, construímos um tópico voltado para o ensino com o uso dos jornais como estratégia pedagógica, originalmente construído a partir das pesquisas desenvolvidas como bolsista PIBEX/UEMA, no projeto que tinha como tema a abordagem dos jornais acerca da privatização da CVRD e seus possíveis usos para a dinamização do ensino de História sobre o tema nas escolas da Rede Básica de Educação no Maranhão. Assim, o terceiro capítulo desse trabalho tem o intuito de aproximação entre o ensino e a pesquisa empírica.

## CAPITULO 1 - DISCUSSÃO NEOLIBERAL: EM PERSPECTIVA MUNDIAL E À “MODA” BRASILEIRA

Nas últimas décadas do século XX, em que o mundo passava por uma crise do petróleo, alguns países do mundo, tais como a Inglaterra de Margareth Thatcher<sup>11</sup> e os Estados Unidos de Ronald Reagan<sup>12</sup>, e os países latino-americanos, como Argentina, Chile, México e Brasil, e também outras regiões do planeta, até a Rússia, começaram a adotar políticas econômicas com ideais neoliberais.

O primeiro a adotar esse ideário, tal como condutor da política governamental foi o Chile de Augusto Pinochet (1973- 1990)<sup>13</sup>. A partir de então, o neoliberalismo como definidor das agendas governamentais se espalhou por várias partes do mundo.

A oportunidade para colocar em prática as ideias neoliberais surge na década de 1970 e no início da década de 1980, com o acirramento do sentimento anticomunista em fins da década de 1970, provocado pela segunda guerra fria que eclodiu com a intervenção soviética no Afeganistão e com a vitória de candidatos conservadores na Europa e nos Estados Unidos. (MARIANI, 2007, p. 2).

Para termos uma noção mais geral sobre a teoria e implementação da política neoliberal podemos destacar os escritos de Perry Anderson<sup>14</sup>;

Começamos com as origens do que se pode definir como neoliberalismo enquanto fenômeno distinto do simples liberalismo clássico, do século passado. O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é

---

<sup>11</sup> A “**Dama de Ferro**”, como ficou conhecida Margareth Thatcher, em função de sua personalidade forte, foi a primeira mulher a chegar ao cargo de Primeira-Ministra da Grã-Bretanha e bateu o recorde no poder ao permanecer por 11 anos no comando. Margareth assumiu o poder em uma época difícil. O mundo inteiro acabava de se recuperar de uma crise petrolífera que afetou seriamente a economia de muitos países e ainda havia a verdadeira prova de nervos chamada Guerra Fria. Além disso, a Grã-Bretanha enfrentava uma grave inflação e elevadas taxas de juros que só faziam piorar a situação de desemprego e as revoltas sindicalistas. Margareth Thatcher adotou um modelo de governo que seria o precursor do chamado, mais tarde, neoliberalismo e teve definida sua maneira de governar como autoritária, sendo acusada depois de não levar em conta a situação dos desempregados. Margareth Thatcher, após a Guerra das Malvinas (1982), foi reeleita sendo novamente nomeada Primeira Ministra da Grã-Bretanha em 1984 e permanecendo no poder até 1990, quando renunciou levada em arte pelo desgaste de sua imagem após 11 anos no poder, em parte pela perda de apoio político externo dos EUA quando da eleição de George Bush, e em parte pelos ataques terroristas do grupo IRA (Exército Republicano Irlandês) que atentavam contra sua vida.

<sup>12</sup>Primeiro repórter, depois ator de cinema e, entre 1947 e 1952 e em 1959, presidente do sindicato de atores, Reagan entrou em 1962 na política como membro do Partido Republicano. De 1967 a 1974, foi governador do Estado da Califórnia.

<sup>13</sup> O **general Augusto Pinochet** liderou o golpe militar no Chile em 11 de novembro de 1973, desencadeando uma das piores ditaduras da América do Sul. Ele governou esse país durante a ditadura até 1990 e, no fim de sua vida, foi acusado pelos crimes cometidos no período ditatorial.

<sup>14</sup>Perry Anderson é historiador e ensaísta político marxista inglês, professor de História e Sociologia na UCLA e editor da *New Left Review*.

O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria. A mensagem de Hayek é drástica: “Apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna” (ANDERSON, 1995, p. 09).

Podemos destacar que para o historiador e ensaísta político inglês o neoliberalismo nasce após a II Guerra Mundial em países onde o capitalismo é “reinante”, principalmente, na Inglaterra e nos Estados Unidos da América. Para o historiador marxista, essa política neoliberal é uma reação teórica contrária à política intervencionista do Estado sobre o Bem Estar Social, sobre os mecanismos estatais atuando dentro do mercado, onde o Estado era a principal ameaça à liberdade econômica da nação, tendo como teórico responsável por sua “criação” Friedrich Hayek<sup>15</sup>.

Segundo Perry Anderson, foi a partir do início da segunda metade do século XX, que o capitalismo viveu a sua “idade do ouro”, avançando no mundo “globalizado” sem precedentes, alcançando o crescimento mais rápido da sua história.

Assim, nesse período, os neoliberais defendiam que o Estado não podia ser regulamentador do mercado, pois o mesmo poderia ser uma ameaça ao crescimento econômico. Mas, foi a partir da grande crise causada pela queda do preço do petróleo, ocorrida nos anos iniciais da década de 70 do século XX, que as ideias neoliberais começaram a ganhar força dentro da sociedade, como destaca Perry Anderson:

A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com

---

<sup>15</sup> Friedrich August Von Hayek foi um economista e filósofo austríaco, posteriormente naturalizou-se britânico. É considerado um dos maiores representantes da escola Austríaca de pensamento econômico. O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944, trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política.

sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (ANDERSON, 1995, p. 10).

Para o historiador inglês, foi nesse período que as ideias de Hayek e seus adeptos começaram a ganhar força. O poder do Estado como regulamentador do mercado era considerado como a origem da crise, uma vez que o Estado era ineficiente para gerir o mercado que estava em ascensão nas duas décadas passadas. Todavia, a variante neoliberal enfatiza um papel dominante para o mercado e um papel reduzido para o Estado na alocação de recursos.

As ideias neoliberais acreditavam que o centro das crises do capitalismo era o excessivo papel dos Estados Nacionais, que ao intervirem no sistema econômico acabavam criando instabilidade e inibindo o investimento, “gerando ineficiência e reproduzindo crises constantes” (SILVA JÚNIOR, 2006, p. 12).

Assim, para Ary Ramos da Silva Júnior<sup>16</sup> em sua tese apresentada pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Universidade na Estadual Paulista “Neoliberalismo e Corrupção: análise comparativa dos ajustes neoliberais no Brasil de Fernando Collor (1990-1992) e no México de Carlos Salinas (1988-1992), o incremento da corrupção e seus custos sociais”.

O Estado era, por natureza, ineficiente, e essa ineficiência se apresentava através de um protecionismo exacerbado, que punia os consumidores em detrimento dos empresários, que tinham no Estado um agente para protegê-los da concorrência internacional. O Estado, ao intervir na sociedade, criava uma burocracia ineficiente e com inúmeros trabalhadores, criando uma massa de funcionários públicos improdutivos e ineficientes, cujos custos financeiros eram imensos, o que agravava a crise fiscal e financeira do Estado Nacional. (SILVA JÚNIOR, 2006, p. 12).

A visão neoliberal, chamada de modernizadora por seus ideólogos, tinha como base fundamental a substituição do Estado por um livre mercado como agente responsável pelo crescimento social, na qual o segundo, mais racional, assumiria todos os papéis na estruturação das bases para o crescimento e desenvolvimento da sociedade.

---

<sup>16</sup>Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1996), Mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000) e Doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006). Atualmente é professor Titular da Universidade Paulista (UNIP), professor auxiliar mestre do Centro Universitário de Rio Preto.

O ideário neoliberal não foi aplicado de uma hora para outra, ainda mais quando os remédios keynesianos<sup>17</sup> não estavam surtindo efeito diante da crise, como destaca Perry Anderson.

A hegemonia deste programa não se realizou do dia para a noite. Levou mais ou menos uma década, os anos 70, quando a maioria dos governos da OCDE – Organização Européia para o Comércio e Desenvolvimento – tratava de aplicar remédios keynesianos às crises econômicas. Mas, ao final da década, em 1979, surgiu a oportunidade. Na Inglaterra, foi eleito o governo Thatcher, o primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal. Um ano depois, em 1980, Reagan chegou à presidência dos Estados Unidos. Em 1982, Kohl derrotou o regime social liberal de Helmut Schmidt, na Alemanha. Em 1983, a Dinamarca, Estado modelo do bem-estar escandinavo, caiu sob o controle de uma coalizão clara de direita, o governo de Schluter. Em seguida, quase todos os países do norte da Europa ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria, também viraram à direita. (ANDERSON, 1995, p. 111).

A aplicação do receituário neoliberal teve sua hegemonia construída aos poucos nos governos onde o regime capitalista estava em patamar avançado, principalmente, quando na Inglaterra foi eleito o governo de Margareth Thatcher<sup>18</sup> que, segundo Perry Anderson, estava empenhado por em prática esse programa neoliberal. Mas, não demorou muito para que outros governos onde o capitalismo como regime estava

---

<sup>17</sup>Keynesianismo é uma teoria econômica que se opõe ao Liberalismo, pois defende a intervenção do Estado no controle da economia nacional, com o intuito de fazer o país atingir o pleno emprego. Esta doutrina político-econômica foi criada pelo economista inglês John Maynard Keynes (1883 - 1946) como uma alternativa ao modelo liberalista, que atingiu o seu ápice no final da segunda década do século XX, quando ocorreu a famosa Crise de 1929. Os Estados Unidos, durante a presidência de Roosevelt, usou o modelo keynesiano na tentativa de salvar o país da grande crise de 29. Esta doutrina econômica foi a base para o famoso plano *New Deal*, que visava tirar os EUA da "Grande Depressão". A teoria Keynesiana foi oficialmente apresentada por Keynes na obra "Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda" (*General Theory of Employment, Interest and Money*), publicada em 1936. Aliás, este livro se tornou base e referência para os novos estudos sobre a Economia e Administração. Muitas pessoas acham que Keynes defendia a estatização da economia, como seguiam os países socialistas com base na teoria marxista, mas ele era defensor do modelo capitalista. No entanto, este economista também acreditava que o Estado deveria ser o responsável por controlar determinados fatores, como a garantia de benefícios sociais aos trabalhadores para que estes tivessem um padrão mínimo de vida. Por este motivo, o Keynesianismo também ficou conhecido como o "Estado de bem-estar social".

<sup>18</sup> As principais ações de Thatcher com a aplicação do programa neoliberal formam: contração da emissão da moeda; elevação da taxa de juros; redução considerável dos impostos sobre os rendimentos altos; abolição do controle sobre os fluxos financeiros; criação de níveis de desemprego massivos; impostos de uma legislação anti-sindical; corte de gastos sociais; e lançamentos de um amplo programa de privatizações que atingiu a habitação pública, a indústria de aço, o setor elétrico, a produção de petróleo, a produção de gás e o fornecimento de água.

avançado, à aplicarem essa política neoliberal de Hayek, como os Estados Unidos da América no governo de Ronald Reagan<sup>19</sup>, a Alemanha e a Dinamarca.

O programa neoliberal a partir da sua aplicação em países do capitalismo avançado ganhou força no encaminhar dos anos 80 do século XX, com o intuito dos governos capitalistas reverterem o processo hiperinflacionário da economia diante da crise dos anos 70 do século XX. Sonia Regina de Mendonça<sup>20</sup> destaca que “na visão dos seus defensores, a economia deveria ser deixada ao sabor das “livres Forças do mercado”, este sim convertido em “entidade suprema” do capitalismo, em transformação desde a crise do petróleo da década de 1970” (MENDONÇA, 2004, p. 106).

Para Sonia Regina de Mendonça (2004) o neoliberalismo é uma doutrina econômica que procura adaptar-se ao liberalismo tradicional às condições do capitalismo moderno, prega que a vida econômica é regida por uma “ordem natural”, cujas molas são as decisões individuais e o mecanismo dos preços. Portanto, Sonia de Regina Mendonça apresenta em seu livro “A industrialização Brasileira” que;

O neoliberalismo ganhara força no mundo capitalista no decorrer dos anos 1980. Na visão dos seus defensores, a economia deveria ser deixada ao sabor das “livres forças do mercado”, este sim convertida em “entidade suprema” do capitalismo em transformação desde a crise do Petróleo da década de 1970(...) o receituário neoliberal baseia-se em três diretrizes centrais: o princípio da não intervenção do Estado na economia (ou estado-Mínimo), a redução dos gastos públicos e a privatizações de empresas estatais. (MENDONÇA, 2004, p. 106-107).

No encaminhar da aplicação do programa neoliberal nos países em que o capitalismo estava no “estágio” avançado, podemos destacar uma indagação de Sonia Regina de Mendonça.

O neoliberalismo pouco tinha de efetivamente novo. Ele surgiu logo após o fim da 2ª Grande Guerra, em reação ao intervencionismo do Estado do Bem-Estar (Welfare State) vigente na Europa e nos EUA. Sua expansão, entretanto, somente foi possível diante de uma grave conjuntura de crise, já que seu receituário pregava o combate às baixas

---

<sup>19</sup> A vitória de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, marcou o início da prática neoliberal nesse país. O neoliberalismo foi erigido em doutrina oficial da política econômica do governo dos Estados Unidos, a qual permaneceu durante toda a década de 1980. Podemos aqui destacar algumas medidas neoliberais implementadas pelo presidente norte-americano Ronald Reagan: elevação das taxas de juros e redução dos impostos dos ricos. No entanto, não adotou outra medida da cartilha neoliberal, o controle orçamentário. Gastou muito dinheiro numa corrida armamentista sem precedentes com a URSS, levando os USA ao maior déficit público de sua história. Dessa forma, a maior economia do mundo se transformou de principal credor do planeta em primeiro devedor do universo.

<sup>20</sup> Sonia Regina de Mendonça concluiu o doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo em 1990. Atualmente é Docente Aposentada da Universidade Federal Fluminense, contando com credenciamento junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF.



taxas de crescimento verificado desde 1974. Porém, o principal objetivo do programa neoliberal era enfraquecer politicamente a classe trabalhadora, minando os seus sindicatos. Isso facilitaria a superação de mais essa crise, por meio do rebaixamento dos salários, da precarização das relações de trabalho e redução dos encargos trabalhistas das grandes empresas (MENDONÇA, 2004, p. 106-107).

Para a historiadora, portanto, o programa neoliberal aplicado *a priori* nos países da Europa e nos EUA, teve um apoio fecundo da grande crise do petróleo da década de 70, com um avanço significativo no decorrer dos anos do século XX.

E tal programa tinha como foco principal enfraquecer os trabalhadores, principalmente, com o inchaço dessa classe nos sindicatos, que há muito tempo vinham construindo suas políticas trabalhistas, e de certa forma o programa neoliberal fortaleceu-se na precarização das relações trabalhistas, com o intuito de enriquecer as grandes empresas reduzindo os salários dos seus trabalhadores, em que as mesmas, acumulem capital para sair dessa crise.

A adoção dessa política neoliberal promoveria um rápido crescimento econômico segundo seus teóricos, como apresenta Sonia Renina de Mendonça, “segundo os teóricos da “cartilha” neoliberal, a sua adoção promoveria a rápida elevação das taxas de lucro e o aumento dos investimentos produtivos privados”. (MENDONÇA, 2004, P. 107).

A implementação do programa neoliberal, em países de capitalismo avançado que estavam em crise, era justificado como ferramenta vital para combater essa crise, diminuindo os gastos públicos e reduzindo imediatamente a inflação. Perry Anderson apresenta que inicialmente seu êxito é inegável.

No conjunto dos países da OCDE, a taxa de inflação caiu de 8,8% para 5,2%, entre os anos 70 e 80 e, a tendência de queda continua nos anos 90. A deflação, por sua vez, deveria ser a condição para a recuperação dos lucros. Também nesse sentido o neoliberalismo obteve êxitos reais. Se, nos anos 70, a taxa de lucro das indústrias nos países da OCDE caiu em cerca de 4,2%, nos anos 80 aumentou 4,7%. Essa recuperação foi ainda mais impressionante na Europa Ocidental como um todo, de 5,4 pontos negativos para 5,3 pontos positivos. A razão principal dessa transformação foi, sem dúvida, a derrota do movimento sindical, expressado na queda drástica do número de greves durante os anos 80 e numa notável contenção dos salários (ANDERSON, 1995, p. 15).

Podemos perceber que o neoliberalismo, inicialmente, com a sua aplicação no conjunto dos países da OCDE<sup>21</sup>, promover a redução da inflação, dando um folego para

---

<sup>21</sup> Organização Europeia para o Comércio e Desenvolvimento

a recuperação dos lucros. Até as indústrias dos países OCDE tiveram seu aumento da lucratividade de 4,7%, e os países da Europa Ocidental sentiram sua recuperação.

Para Perry Anderson, o que proporcionou esse aumento na lucratividade e diminuição da inflação, com a aplicação do programa neoliberal, “foi a derrota do movimento sindical”, ocasionada pela diminuição das greves trabalhistas.

Essa nova postura sindical, muito mais moderada, por sua vez, em grande parte era produto de um terceiro êxito do neoliberalismo, ou seja, o crescimento das taxas de desemprego, concebido como um mecanismo natural e necessário de qualquer economia de mercado eficiente. A taxa média de desemprego nos países da OCDE, que havia ficado em torno de 4% nos anos 70, pelo menos duplicou na década de 80. Também este foi um resultado satisfatório. Finalmente, o grau de desigualdade – outro objetivo sumamente importante para o neoliberalismo – aumentou significativamente no conjunto dos países da OCDE: a tributação dos salários mais altos caiu 20% em média nos anos 80, e os valores das bolsas aumentaram quatro vezes mais rapidamente do que os salários. (ANDERSON, 1995, p. 15).

O mercado foi regulador principal para a queda das greves sindicais, pois, esse mecanismo “natural” propiciou um aumento significativo do desemprego nos países do OCDE, assim, com maior número de desempregados, menos trabalhadores para reivindicar por seus salários.

Nesses moldes, o neoliberalismo apresentou-se com êxito no desenrolar de combate a crise dos anos 70, principalmente, na “revitalização” do capitalismo avançado que estava em crise, em que seus níveis de crescimentos são inegáveis, mas, não tão bons quanto aos anos anteriores da crise de 70, ou seja, nas décadas de 50 e 60, quando o Estado “era” o regulador da economia. Assim, para Perry Anderson o neoliberalismo mostrou-se ineficiente, pois o mesmo quadro foi decepcionante para esse aspecto, “Entre os anos 70 e 80 não houve nenhuma mudança – nenhuma – na taxa de crescimento, muito baixa nos países da OCDE. Dos ritmos apresentados durante o longo auge, nos anos 50 e 60, restam somente uma lembrança distante”(ANDERSON, 1995, p. 15).

## **1.1 - O Neoliberalismo na América Latina**

No período da grande crise do petróleo na década de 70 do século passado muitos países buscaram medidas efetivas para sair ou ao menos controlar essa crise, pois a mesma não afetou apenas países europeus, mas, também países da América Latina, sendo, assim, uma crise de âmbito global. Foi nesse momento de crise que o neoliberalismo ganhou força na economia de muitos países. Há tempos, esse programa

neoliberal vinha sendo discutido e debatido no meio intelectual, desde o final da década de 40 do século XX.

Todavia, o programa neoliberal prega que a economia deve andar nas livres “forças do mercado”, onde o Estado não tem capacidade de ser o regulamentador total da economia. Esse projeto ganhou adeptos quando o “mundo” entrou em crise nos anos 70.

Foi na América Latina, a primeira grande experiência de aplicação das políticas neoliberais, em anos seguintes, com experiência, que outros países começaram a aplicar esse programa, como a Inglaterra e os EUA.

Assim, podemos destacar que um dos primeiros, ou se não o primeiro laboratório de implementação das políticas neoliberal na América Latina foi o Chile. Este país viveu a aplicação desse programa neoliberal nos anos da ditadura<sup>22</sup> de Augusto Pinochet (1973-1990)<sup>23</sup>.

Na Ditadura de Pinochet no Chile, o país viveu a implementação de uma política econômica que tinha como principal objetivo tirar o país da grande crise dos anos iniciais da década de 70, além de ter capital para negociar sua dívida externa. Não só o Chile tinha esse intuito, mas vários países da América Latina, como destaca Luiz

---

<sup>22</sup> O regime militar no Chile iniciou no dia 11 de setembro de 1973, através de um golpe militar que derrubou o governo socialista de Salvador Allende e que colocou no poder uma junta militar formada por quatro oficiais desconhecidos, que se pronunciaram à população para anunciar a quebra da institucionalidade, justificando suas atitudes na suposta existência de grupos armados e da grave crise econômica. Os integrantes dessa junta viram o general do exército Augusto Pinochet, o almirante José Toribio Merino, o diretor do corpo de carabineiros general Cesar Mendoza e o general Gustavo Leigh, comandante da Força Aérea (FACH).

<sup>23</sup> Em 1973, Augusto Pinochet foi nomeado pelo presidente Salvador Allende para o cargo de comandante em chefe do exército chileno. Enquanto o governo do socialista Allende enfrentava uma grave crise, grupos dissidentes secretamente organizavam-se para realizar um golpe e depor o presidente. Pinochet havia sido um dos últimos militares de alta patente do exército chileno a aliar-se ao golpe e utilizou-se do seu importante posto para promover a estratégia que planejava derrubar o presidente Allende. O golpe aconteceu no dia 11 de setembro de 1973, quando o palácio presidencial La Moneda foi atacado por forças do exército chileno. Durante o ataque que contou com o bombardeio da força aérea chilena, o presidente Allende cometeu suicídio. Por muitos anos foi defendida a hipótese de que esse presidente teria sido assassinado por soldados que atacaram o palácio, no entanto, exumações feitas recentemente a mando do governo chileno comprovaram que o suicídio foi mesmo a causa da morte de Allende. A instituição da ditadura no Chile recebeu forte apoio dos Estados Unidos, que viram na imposição de governos conservadores e ditatoriais uma alternativa para impedir o crescimento da influência de políticos e práticas vinculadas ao socialismo na América do Sul. Se politicamente Pinochet promoveu grande perseguição política, economicamente a política foi baseada em planos e reformas **neoliberais**. O ditador fez uso de estudos defendidos por economistas chilenos conhecidos como “**Chicago Boys**”. Os defensores dessas políticas econômicas afirmam que elas foram responsáveis pelo crescimento econômico da década de 1990. Divergindo dessa posição, os críticos ressaltam que a política econômica de Pinochet foi diretamente responsável pelo crescimento da desigualdade social no Chile. Em 1981, Pinochet impôs uma nova constituição que serviu como manobra para estender seu poder durante mais alguns anos. Em 1988, ele realizou um referendo para consultar a população chilena sobre a sua continuidade no poder. O resultado final mostrou que 56% da população escolheu pela não continuidade do governo Pinochet e, assim, a ditadura chilena chegou ao fim após as eleições de 1989.

Alberto Moniz Bandeira em seu artigo “As políticas neoliberais e a crise na América do Sul”:

A adoção de tais medidas, como a privatização das empresas estatais, a desregulamentação da economia e a liberalização unilateral do comércio exterior pelos países da América Latina constituiria condição fundamental para que pudessem renegociar a dívida externa e receber qualquer recurso das agências financeiras internacionais. (BANDEIRA, 2002, p. 35).

Podemos localizar que muitos países começaram a implementar o neoliberalismo nos seus planos de governo, sempre visando estabilizar o seu mercado, tanto interno como externo. Esses países latino-americanos buscavam meios de serem “bem vistos” no mercado internacional, por isso, estavam aplicando as ideologias neoliberais em seus governos.

E como já foi dito, um país específico que adotou o conjunto de medidas neoliberais e, foi o pioneiro nesse quesito estamos falando do Chile na década 70, no governo ditatorial de Augusto Pinochet. “O conjunto de medidas econômicas geralmente classificadas como “neoliberalismo” foi pioneiramente implementado no Chile na década de 70 e, desde então, tem se espalhado pela maioria dos países latino-americanos”. (BAER e MALONEY, 1997, p. 39).

No artigo intitulado “Neoliberalismo e distribuição de renda na América Latina” produzido por Werner Ber e William Moloney, os autores apresentam que o Chile<sup>24</sup> foi o primeiro país da América Latina a aplicar medidas de livre mercado, contrariando políticas socialistas adotadas pelo governo anterior. Assim destaca os autores;

O Chile foi o primeiro país a adotar, como reação às políticas socialistas do governo do presidente Salvador Allende, um modelo em que o mercado dirige a alocação de recursos. O governo militar adotou, ao longo de alguns anos de tentativas e erros, um conjunto de medidas que transformaram o Chile em uma economia de mercado aberta. A maioria dos outros países latino-americanos começou a adotar medidas neoliberais como resultado da “crise da dívida” da década de 80, usualmente como resultado de condições impostas nos acordos de renegociação das dívidas (BER e MOLONEY, 1997, p. 36-37).

---

<sup>24</sup> As principais medidas neoliberais implementadas pelo governo de Pinochet foram; liberalização da economia, alta taxa de desemprego, repressão sindical, concentração de renda em favor dos ricos, e privatizações.

Após o golpe militar em cima do presidente Salvador Allende<sup>25</sup>, legitimamente eleito pelo eleitorado chileno, em que tal presidente estava implementando políticas estatizantes, políticas socialistas, como forma de tirar o país da crise dos anos 70, o general Augusto Pinochet, o principal orquestrador de tal golpe, começou a aplicar medidas de cunho neoliberal, assim, transformando o Chile em uma economia de mercado aberto.

Os outros países latino-americanos começaram a aplicar tal política anos depois que o Chile implementou em seu país, muito mais por pressão externa, podemos dizer. Essa pressão pode ser atribuída por causa das relações comerciais com países onde o neoliberalismo já estava em vigor, como os EUA e a Inglaterra, assim, “medidas de liberalização foram iniciadas no México em 1986, Argentina em 1988, Brasil em 1990, Peru em 1990 e Venezuela em 1989” (BER e MOLONEY, 1997, p. 37).

Muito do “atraso” da implementação neoliberal pode ter como hipótese, o receio dos outros países de que essas medidas não poderiam dar certo, ou até mesmo a gestão presidencial de tais países que não estavam atrelada aos países que já tinham em seu programa de governo o livre mercado.

Assim, os outros países da América latina ensejavam “presenciar” na prática a adoção desse regime econômico em outros países para perceber ou não se poderia dar “certo” em suas economias. E, também, podemos destacar que estavam ainda em um contexto de guerra, (Guerra Fria “Capitalismo x Comunismo”), um disputa de

---

<sup>25</sup> O ano de 1970 marcou a chegada ao poder do primeiro presidente declaradamente de esquerda através do voto popular, Salvador Allende, médico de carreira que já havia pleiteado ao cargo de presidente do Chile outras vezes (1952, 1958 e 1964) sendo que a sua vitória em 1970 veio através de uma ampla aliança com socialistas, comunistas, radicais e outras correntes populares, que ficou conhecido como Unidade Popular. Derrotando o candidato do partido Democracia Cristã. Verónica Valdivia diz que o golpe militar começou a ser idealizado logo após a vitória de Allende, no ano de 1970. Segundo a historiadora chilena no livro *Su Revolución contra nuestra revolución Izquierdas y derechas em el Chile de Pinochet (1973-1990)* a oposição de direita e os Estados Unidos rejeitaram o resultado do pleito, pois as transformações revolucionárias previstas pelo programa da Unidade Popular afetariam os interesses de empresários, políticos conservadores, nacionalistas, ultradireitistas e de setores de centro. Com a Unidade Popular no governo começou um massivo programa de transição ao socialismo como acreditava Salvador Allende, transição que o presidente acreditava ser possível por via pacífica, gerando críticas de vários setores de esquerda como o MIR, Julio Pinto no livro *Cuando hicimos historia*, escreve que o MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionaria) criado em 1965, rechaçava a ideia da revolução pela “via pacífica”, para os MIR a “via pacífica” desarmava politicamente o proletariado e resultaria na sua incapacidade, defendendo que a única saída para derrotar o capitalismo era insurreição popular pela via armada, portanto o MIR foi um grande crítico da política de Salvador Allende. As medidas empregadas pela Unidade Popular, como a Reforma Agrária, nacionalização de bancos privados, estatização de minas e empresas sob o comando de empresas estrangeiras, criação de um modelo de ensino público e gratuito, valorização da classe trabalhadora, todas essas medidas geraram descontentamento da elite chilena, entre ela os altos escalões das forças armadas visto que viam o governo da Unidade Popular como comunista e tramavam a transformação do Chile em uma “nova Cuba”.

ideologias nacionais e internacionais, e como muitos países latino-americanos eram “adeptos” ao capitalismo avançado, receberam “pressão” externa para aderirem o neoliberalismo como agenda principal das suas economias, que tinham como tarefa principal as privatizações como gerador de receita para pagar suas dívidas diante dos seus credores.

Percebemos, então, que a aplicação do neoliberalismo como eixo condutor das agendas dos governos deu-se em países onde o capitalismo é avançado como a Inglaterra, Alemanha e Dinamarca, na Europa e os Estados Unidos. Em seguida, outros países começaram a aderir também essas medidas. Mas, o pioneiro foi o Chile de Pinochet.

## **1.2 - Neoliberalismo e Privatização no Brasil**

A crise dos anos oitenta do século passado, a chamada década perdida<sup>26</sup>, foi um dos pilares para surgir no Brasil uma nova “mentalidade” econômica, o ideário neoliberal, que culminou na onda privatista no país. Mas, o terreno foi preparado desde a Ditadura Empresarial-Militar<sup>27</sup> no Brasil. Todavia, para Francisco de Oliveira, “foi a ditadura que começou o processo de dilapidação do Estado brasileiro, que prosseguiu sem interrupções no mandato “democrático” de José Sarney” (OLIVEIRA, 1998, p. 24-25).

Para Monica Piccolo (2010), o gradual processo de transformação do discurso neoliberal teve início na conjuntura pós-Segunda Guerra Mundial, tomando como alvo preferencial as políticas públicas implementadas nos Estados Unidos pelo Presidente democrata Franklin Delano Roosevelt. Nesse processo de dilapidação do Estado brasileiro, teve início ainda durante a ditadura e prosseguiu sem interrupções no governo Sarney.

Segundo Francisco de Oliveira (1998) foi essa dilapidação que propiciou o fervoroso clima para a aplicação da ideologia neoliberal, então já avassaladora nos países desenvolvidos e que encontrou terreno fértil para uma pregação anti-social.

---

<sup>26</sup> Ao anos 1980 ficaram conhecidos como “a década perdida” em função do predomínio de uma grande crise econômica, com índices inflacionários altíssimos chegando, no Brasil, ao patamar inflacionário, ano de 1985 de 300% ao ano.

<sup>27</sup> O termo Ditadura Empresarial-Militar, foi elaborado por René Dreifuss, para mais: DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: vozes, 1981.

Portanto, o processo de privatização já começara no final da ditadura e no começo da era democrática, como apresenta Monica Piccolo, quando algumas empresas estatais foram desestatizadas.

A Cia. Nacional de Tecidos Nova América, bens de capital (Máquinas Piratininga do Nordeste, Máquinas Piratininga S.A.), siderurgia (Siderúrgica Nossa Senhora da Aparecida, Cimental Siderurgia S.A, Companhia Brasileira do Cobre, Usina Siderúrgica da Bahia), ferro-ligas (Sibra – Eletrosiderúrgica Brasileira S.A.), celulose (Aracruz Celulose, Companhia de Celulose da Bahia) e mineração (Companhia Brasileira de Cobre. (PICCOLO, 2010, p. 247).

Assim, as empresas privatizadas nos primeiros anos da nova era da democracia brasileira, eram de vários setores, indo dos campos de bens de capitais aos ramos da mineração. Percebemos que são empresas de vários tipos e que são essenciais para o desenvolvimento de um país, empresas essas que nesse momento estão indo parar no setor privado.

No Brasil, “não apenas pelos reclamos antiestatais (na verdade anti-social) da grande burguesia, mas sobretudo pelos reclamos do povão, para o qual o arremedo de social-democracia ou estado de bem estar, ainda que de cabeça para baixo, tinha falhado completamente”. (OLIVEIRA, 1998, p. 25). O programa neoliberal é caracterizado no Brasil como uma porta de saída da crise e, todavia, como regulador da economia, antes de mais nada, como um “guerreiro que deve combater o comunismo”, pautado muito na Guerra Fria.

A eleição de Collor deu-se nesse clima, no terreno fértil onde a dilapidação do estado preparou o terreno para um desespero popular, que via o Estado desperdiçador, que Collor simbolizou com os marajás, o bode expiatório da má distribuição de renda, da situação depredada da saúde, da educação e de todas as políticas sócias. Foi esse voto de desespero que elegeu o Bismarck de Alagoas (OLIVEIRA, 1998, p. 25).

Percebemos que foi em um momento de muito “desespero” por parte da população brasileira, que tornou possível a vitória de um discurso pragmático sobre a atuação do Estado na economia, onde esse mesmo Estado era desorganizado, e que havia muitos “cabides de empregos”, e uma pequena parcela estava “mamando” na produtividade do país.

Todavia, foi nesse cenário tornou vencedor um candidato que usou o discurso do novo e que iria “ajeitar” o Brasil através da implementação do ideário neoliberal e do processo de privatização como forma de arrecadar capital para sanar a dívida brasileira.

Silva Junior (2006) localiza, no caso brasileiro, o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), primeiro presidente eleito pelo voto popular, depois da ditadura militar (1964-1985), e que teve seu mandato cassado por graves indícios de irregularidade e corrupção, que o país viveu nesse momento um clima de grande instabilidade política e ao mesmo tempo um momento de muitas alterações econômicas.

O Estado passou a ser substituído por um paradigma onde o mercado assume, ou teoricamente assumiria, o papel central na economia, no desenvolvimento da sociedade. Claros sinais da implantação da política neoliberal no Brasil.

A primeira grande experiência neoliberal no Brasil, desta forma, aconteceu no período de Fernando Collor de Mello (1990-1992). Depois de uma eleição disputada, o candidato de um partido pouco expressivo, o PRN, ganhou no segundo turno do candidato do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva.

Fernando Collor representou uma mudança na política econômica, com ideais neoliberais de privatização<sup>28</sup>, diminuição do papel do Estado na economia, abertura econômica, desregulamentação e liberalização financeira.

Assim como Collor, Fernando Henrique também configura seu programa de governo em torno do diagnóstico da falência do modelo de Estado nacional-desenvolvimentista fundamentado no campo da ciência política e da economia. Trazendo as privatizações brasileiras como provedoras de receita para a economia e, portanto, a (des)organização econômica brasileira dos anos noventa legitimaria o projeto privatista da cartilha neoliberal.

Assim, “o marco jurídico do programa de privatização do Governo de Fernando Collor foi constituído pela lei nº 8031, de 12 de abril de 1990, que criou o PND<sup>29</sup>”. (PICCOLO, 2010, p. 273). A adoção dessas políticas econômicas aplicadas nos primeiros anos da nova era democrática no Brasil, trouxe a tona um grande processo de privatização das empresas pública no país.

---

<sup>28</sup> Fernando Collor de Melo trouxe a tona o processo de privatização com a criação do PND (Programa Nacional de Desestatização). É neste momento que o governo define os setores e as empresas que serão desestatizados e o setor siderúrgico se apresenta como o principal, tendo destaque para a Usiminas. Para mais informações ver SILVA JUNIOR, Ary Ramos Da. **Neoliberalismo e Corrupção: análise comparativa dos ajustes neoliberais no Brasil de Fernando Collor (1990-1992) e no México de Carlos Salinas (1988- 1992)**. O incremento da corrupção e seus custos sociais. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da UNESP, Campus de Araraquara./SP, abril de 2006.

<sup>29</sup> A estrutura geral do PND foi montada a partir da atuação de três agentes principais: a Comissão Diretora do Programa, o órgão gestor do Fundo Nacional de Desestatização, BNDES, e uma equipe de consultores privados e auditores independentes (PICCOLO, 2010, p. 274).



A privatização no Governo Collor está inserida em um processo mais amplo de reforma do Estado. A iniciativa privada está livre de qualquer tipo de amarra, e a privatização é caracterizada como um mecanismo de saneamento das contas públicas. Assim, no começo dos anos 1990, a onda privatizante esteve muito além de uma tentativa de retomar o controle sobre as Empresas Estatais que o governo havia perdido. Tratava-se agora de remodelar o Estado a partir de um diagnóstico de ineficiência e de gigantismo (PICCOLO, 2010, p. 273).

Nitidamente, a amplitude das privatizações no governo Collor está inserida em um discurso que o Estado é ineficiente e precisaria de cortes em vários setores estatais, e, todavia, a venda das empresas públicas seria de suma importância para o saneamento das contas governamentais.

Passar para a iniciativa privada as estatais é o mecanismo que possibilitaria a consolidação hegemônica do discurso e das práticas neoliberais, tendo assim, uma reconfiguração das relações entre Estado e sociedade, um remodelamento da máquina estatal, a partir do PND<sup>30</sup>.

Todavia, os governantes indagavam em seus discursos que muitas das empresas estatais eram gordurosas e que não estavam gerando lucro para o país. Além disso, segundo os mesmos, era preciso privatizar, pois, o Brasil enfrentava uma grande crise, com uma inflação galopante. A venda dessas estatais poderia arrecadar capital para o país negociar suas dívidas diante do cenário internacional e uma parte seria realocada para segmentos sociais.

O processo de desestatização das empresas públicas não estava diretamente ligado ao governo de Fernando Collor de Melo, apesar de podermos destacar uma grande empresa adquirida pelo capital privado em seu governo, a USIMINAS<sup>31</sup>. As sucessivas privatizações continuaram após seu *impeachment*, com seus sucessores, Itamar Franco, que era seu vice e, posteriormente, com Fernando Henrique Cardoso.

Com o *impeachment de Collor*, entrou em cena na presidência do Brasil seu vice de chapa Itamar Franco do PMDB. Em seu curto período de governo, Itamar não deixou de lado a política econômica neoliberal, pois, a implementação desse projeto fazia parte não só do antigo governo como de todo o grupo que estava no poder, todos seus aliados

---

<sup>30</sup> Das dezoito empresas incluídas no PND em 1990, somente quatro foram privatizadas até dezembro de 1991: USIMINAS, CELMA, MAFERSA e COSINOR. Para mais informações ver PICCOLO, Monica. **REFORMAS NEOLIBERAIS NO BRASIL: A Privatização nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso**. Niterói: Tese de Doutorado, 2010, p. 279-290.

<sup>31</sup> A maior siderúrgica estatal da época foi vendida na Bolsa do Rio de Janeiro no dia 24 de outubro de 1991. A ação gerou protestos. No mesmo dia, foi colocado em prática o Programa Nacional de Desestatização, criado por lei no ano anterior. A USIMINAS foi privatizada por US\$ 1,74 bilhão

políticos, pois, o que estava em jogo, então, era a consolidação de um projeto hegemônico capaz de nacionalizar as demandas do bloco histórico que se encontrava no poder.

Nesse aspecto, o curto governo de Itamar Franco obteve sucesso. “Estava aberto o processo de reconfiguração da hegemonia dos representantes das frações da classe dominante que se encontravam no poder” (PICCOLO, 2010, p. 297). Portanto, o sucessor de Collor apenas seguiu o caminho da carruagem, em dar prosseguimento ao processo de privatização das empresas públicas brasileiras, atendendo aos interesses das frações de classes que estavam se consolidando como hegemônicas.

Assim, podemos destacar duas grandes empresas privatizadas no governo de Itamar Franco, Companhia Siderúrgica Nacional<sup>32</sup> (CSN), vendida por cerca de R\$ 1,2 bilhão, e a EMBAER<sup>33</sup>, vendida por cerca de R\$ 265 milhões. Percebemos, que Itamar Franco prosseguiu com o projeto de privatização de empresas de setores diferentes, indo do ramo da Siderurgia ao campo dos transportes aéreos.

Seguindo ao projeto hegemônico das frações de classes que estavam no poder, Itamar Franco nomeou para ministro da fazenda, o que podemos chamar de intelectual orgânico do neoliberalismo, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso<sup>34</sup>, que junto com

---

<sup>32</sup> Foi criada durante o governo do presidente Getúlio Vargas, após acordo de Washington, feito entre os governos brasileiro e estadunidense do presidente Franklin Delano Roosevelt. Entre 1985 e 1992, a empresa estatal tinha um prejuízo médio anual de R\$ 1,0 bilhão e passou a ter um lucro anual médio de R\$232 milhões. Os pagamentos sobre impostos da empresa estatal era cerca de R\$128 milhões anuais, passando a R\$ 208 milhões anuais depois de privatizada. Houve cancelamento de dívidas em torno de R\$ 1,2 bi, valor da venda, que também corresponde a um pouco mais de 2% das receitas totais da privatização.

<sup>33</sup> Era a terceira maior empresa aeronáutica do mundo e ícone da indústria aeronáutica brasileira, foi criada em 1969, durante a Ditadura Militar. Utilizada como estratégia para a indústria da defesa e segurança nacional - e símbolo do regime militar instaurado em 1964 - foi privatizada em leilão vencido pelo grupo Bozano, Simonsen. Em 2014, ocorreu a maior greve realizada pelos trabalhadores da Embraer no período pós-privatização. Entre os dias 9 de outubro e 5 a 8 novembro os portões estiveram fechados e houve adesão de 10 mil empregados contra as demissões em massa, redução de salários, especulação financeira permanente

<sup>34</sup>Fernando Henrique Cardoso é sociólogo, professor universitário, escritor e político brasileiro. É considerado um dos maiores intelectuais na área de ciência política e sociologia da América Latina. Foi Presidente do Brasil por dois mandatos, de 1995 a 2002. Em 1952 formou-se em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP). Em 1953 casa-se com a antropóloga Ruth Cardoso e juntos tiveram três filhos. Nesse mesmo ano, especializou-se em Sociologia, tornando-se doutor em 1961. Antes de se graduar, foi professor da Faculdade de Economia da USP, graças ao sociólogo Florestan Fernandes, de quem se tornou primeiro assistente, em 1955. Foi também assistente do professor Roger Baptiste e analista de ensino da cadeira de Sociologia, da Faculdade de Filosofia da USP, em 1953. Em 1960 integrou a direção do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit), fundado na USP. cursou pós-graduação no Laboratoire de Sociologie Industrielle da Universidade de Paris, em 1962 e 1963. Em 1962, publicou "Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional". Lecionou ainda nas Universidades de Stanford e Berkeley, nos Estados Unidos e na Universidade de Cambridge na Inglaterra. Em 1968, por concurso, assumiu a cátedra de Ciência Política na USP, mas em abril de 1969, com o ato institucional nº 5, o AI-5, foi aposentado de suas atividades. Em 1969, publicou "Dependência e Desenvolvimento na América Latina", um clássico da sociologia e política, publicado originalmente em espanhol, em co-autoria com o chileno Enzo Faletto. Nesse mesmo ano funda o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), que se tornaria um núcleo de pesquisa e reflexão sobre a realidade brasileira. Em 1978, foi eleito suplente

sua equipe econômica implementou o Plano Real<sup>35</sup>, dando assim, ao então ministro, visibilidade política, e até mesmo popularidade com o início fervoroso e otimista do novo plano que estava entrando em vigor.

Fernando Henrique é eleito em 1994, com mais de 52% dos votos válidos. Entra em cena um presidente não só com notoriedade política, depois da implementação do Plano Real, mas também como um Sociólogo conhecido e renomado, ou seja, é a junção de um “intelectual com o político”. Foi no governo de Fernando Henrique Cardoso que ocorreu a maior privatização de uma empresa pública no Brasil, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)<sup>36</sup>, que é análise central desse trabalho.

---

de Franco Montoro para o senado, pelo (MDB). Em 1983, assumiu a cadeira no senado no lugar de Franco Montoro, quando esse foi eleito governador de São Paulo. Em 1983 torna-se um dos articuladores das "Diretas - já". Em 1985, perdeu as eleições para prefeito de São Paulo. Em 1986, foi reeleito senador pelo (PMDB). Nesse mesmo ano fundou o (PSDB) Partido Social Democrático Brasileiro, uma dissidência do PMDB. Fernando Henrique foi membro da Assembleia Nacional que elaborou a Constituição de 1988. Entre 1992 e 1993, foi ministro das Relações Exteriores do governo do Presidente Itamar Franco. Em maio de 1993, foi nomeado Ministro da Fazenda, onde permaneceu até 1994. Sua principal tarefa era conter a inflação e reorganizar a economia. Fernando Henrique reuniu um seleto grupo de economistas para elaborar um plano gradual de estabilização. Foi criada a Unidade Real de Valor (URV), um indexador que passaria a corrigir diariamente preços, salários e serviços, como se fosse uma espécie de moeda. Em julho de 1994, foi introduzida a nova moeda, o real, logo a inflação baixou o que trouxe grande prestígio a Fernando Henrique. Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente e assumiu o cargo em janeiro de 1995. A primeira gestão de Fernando Henrique Cardoso foi considerada tranquila, com inflação baixa, privatizações, abertura de mercado e maior visibilidade do Brasil no mercado externo. Em seus quatro anos de governo conseguiu a aprovação das reformas de ordem econômica, administrativa e da previdência. Em 1998, ganhou novamente as eleições presidenciais, reelegendo-se no primeiro turno. Na segunda gestão enfrentou crises internacionais, uma crise energética que gerou o chamado "apagão elétrico". Houve também o aumento do dólar em 1999. Fernando Henrique Cardoso recebeu, entre outros prêmios e condecorações, os títulos de Doutor Honoris Causa da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e da Faculdade de Economia da Universidade do Porto (1995), além o de Doutor Honoris Causa pela Universidade de Montreal (2005). Em 2012, foi anunciado o prêmio John W. Kluge, distinção da Biblioteca do Congresso Americano, que o considerou como o maior intelectual em ciência política da América Latina. No dia 27 de junho de 2013, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira 36.

<sup>35</sup> O Plano Real foi um plano econômico, desenvolvido e aplicado no Brasil durante o governo de Itamar Franco. Desenvolvido em 30 de junho de 1994, tinha como principal objetivo a redução e o controle da inflação. Elaborado pelo ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, o plano de estabilização da economia contou com a participação dos seguintes economistas: Gustavo Franco, Pêrsio Arida, Pedro Malan, Edmar Bacha, André Lara Rezende, entre outros. **Ações e fases do Plano Real:** 1ª - Redução de gastos públicos e aumento dos impostos como forma de controlar as contas do governo. 2ª - Criação da Unidade Real de Valor (URV) como forma de desindexar a economia, até então indexada pelos índices de inflação. 3ª - Criação de uma nova moeda forte: o real (R\$). 4ª - Aumento das taxas de juros e aumentos dos compulsórios (dinheiro que os bancos devem recolher junto ao Banco Central). Estas medidas tinham como objetivo reduzir o consumo e provocar a queda da inflação. 5ª - Redução dos impostos de importação para aumentar a concorrência com os produtos nacionais, provocando a redução dos preços. 6ª - Controle cambial, mantendo o Real valorizado diante ao Dólar. Esta medida visava estimular a importação e aumentar a concorrência interna, controlando o aumento dos preços dos produtos nacionais. Fazia parte também da agenda do Plano as privatizações de empresas dos setores siderúrgicos, petroquímico e de fertilizantes, por entender que as empresas públicas estarem reféns de interesses corporativos, políticos e econômicos.

<sup>36</sup> Iremos fazer uma análise mais apurada e sucinta da privatização da Companhia Vale do Rio Doce no capítulo três e quatro desse trabalho, sobretudo no quarto capítulo, que será análise documental com fins didáticos, sobre a venda da maior mineradora do Brasil.

A Companhia Vale do Rio Doce<sup>37</sup> foi privatizada no dia 6 de maio por US\$ 3 bilhões, um valor totalmente inferior do estimado, que era 28 vezes do valor arrematado. Podemos ainda, destacar duas grandes estatais brasileiras privatizadas no governo de FHC, a LIGHT<sup>38</sup> privatizada por US\$ 2,26 bilhões, e a TELEBRÁS<sup>39</sup> privatizada por R\$ 22,058 bilhões pelos 20% das ações.

O quadro abaixo apresentado pode oferecer um panorama geral das empresas privatizadas durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso.

**Quadro – 1 - Empresas estatais brasileiras privatizadas desde 1990 a 1998**

<b>SIGLA</b>	<b>NOME DA EMPRESA</b>	<b>DATA DA VENDA</b>
<b>USUMEC</b>	Usiminas Mecânica S.A	24.10.1991
<b>USIMINAS</b>	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.	24.10.1991
<b>CELMA</b>	Companhia Eletromecânica	01.11.1991
<b>MAFERSA</b>	Mafersa S.A	11.11.1991
<b>COSINOR DIST.</b>	Cosinor Distribuidora S.A.	14.11.1991
<b>COSINOR</b>	Companhia Siderúrgica do Nordeste	14.11.1991
<b>SNBP</b>	Serviço de Navegação da Baía do Prata	14.01.1992
<b>AFP</b>	Aços Finos Piratini S.A.	14.02.1992
<b>PETROFLEX</b>	Petroflex Indústria e Comércio S.A.	10.04.1992
<b>COPEL</b>	Companhia Petroquímica do Sul	15.05.1992
<b>ALCANORTE</b>	Álcalis do Rio Grande do Norte	15.07.1992
<b>CNA</b>	Companhia Nacional de Álcalis	15.07.1992
<b>CST</b>	Companhia Siderúrgica de Tubarão	23.07.1992
<b>FOSFÉRTIL</b>	Fertilizantes Fosfatados S.A	12.08.1992
<b>GOIASFÉRTIL</b>	Goiás Fertilizantes S.A.	08.10.1992
<b>FASA</b>	Forjas Acesita S.A	23.10.1992
<b>ENERGÉTICA</b>	Acesita Energética S.A.	23.10.1992
<b>ACESITA</b>	Companhia. Aços Especiais Itabira	23.10.1992
<b>FEM</b>	Fábrica de Estruturas Metálicas S.A.	02.04.1993
<b>CSN</b>	Companhia Siderúrgica Nacional	02.04.1993
<b>ULTRAFÉRTIL</b>	Ultrafertil S.A. Indústria e Comércio de Fertilizantes.	24.06.1993
<b>COSIPA</b>	Companhia Siderúrgica Paulista	20.08.1993

<sup>37</sup> Apesar da resistência de trabalhadores e sindicatos que conseguiram adiar diversas vezes a data do leilão, a mineradora Vale do Rio Doce (CVRD), considerada a maior exportadora de minério do mundo.

<sup>38</sup> A empresa Light da Brascan Ltda, foi comprada em 1979, na Ditadura Militar, dois anos antes do contrato de concessão acabar - período que a empresa passaria o controle do Estado brasileiro sem ônus. Em 1996 a Light foi vendida à estatal francesa Électricité de France (EDF, que ficou com 34% das ações) e às norte-americanas Houston Industries Energy e AES Corporation (11,35%, cada). No contrato havia a previsão da piora nos serviços e autorização para blackouts e apagões. Antes da venda houve reajuste de 58% na tarifa e o pagamento de moedas podres - dívidas diretas e indiretas do governo.

<sup>39</sup> Em 1996, a Telebrás recebeu fartos investimentos e foi desmembrada em 12 empresas antes de ser leiloada dois anos depois, entre elas houve grupos de telefonia fixa, de telefonia celular e uma empresa telefonia de longa distância. Na época houve mais de 100 manifestações contra a privatização.

<b>AÇOMINAS</b>	Aço Minas Gerais S.A.	10.09.1993
<b>PQU</b>	Petroquímica União S.A.	25.01.1994
<b>CARAÍBA</b>	Mineração Caraíba Ltda.	28.07.1994
<b>NEIVA</b>	Indústria Aeronáutica Neiva S.A.	07.12.1994
<b>EAI</b>	Embraer Aviation International	07.12.1994
<b>EAC</b>	Embraer Aircraft Corporation	07.12.1994
<b>EMBRAER</b>	Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A	07.12.1994
<b>ESCELSA</b>	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.	11.07.1995
<b>LIGHT</b>	Light Serviços de Eletricidade S.A	21.05.1996
<b>CVRD</b>	Companhia Vale do Rio Doce (e 13 subsidiárias)	06.05.1997
<b>MERIDIONAL</b>	Banco Meridional do Brasil S.A. (e cinco subsidiárias)	04.12.1997
<b>GERASUL</b>	Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A.	15.09.1998
<b>TELEBRÁS, TELEBRÁS, EMBRATEL.</b>	12 novas controladoras, abrangendo todas as empresas que compunham o Sistema, 27 empresas de telefonia fixa e 26 de telefonia celular.	29.07.1998

FONTE: MP/SE/DEST 14/01/2011. ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Percebemos que estava em jogo um projeto das frações de classe que estava se tornando hegemônica, tendo como melhor maneira de continuar no poder e atender os interesses de seus pares, tendo como diretriz básica o neoliberalismo, o estado-mínimo, que subsequentemente estava atrelado ao processo de desestatização das empresas brasileiras, para assim entregar nas mãos do capital privado varias estatais de vários setores, como telecomunicações, portos, ferrovias, siderurgia, fertilizantes, transportes urbanos, etc.

O modelo neoliberal implantado no Brasil promoveu graves desequilíbrios, de ordem econômica, social e política. Da mesma forma que outros países latino-americanos, o Brasil também viveu experiência de cunho neoliberal, que transformou de forma intensa sua estrutura econômica e intensificou alguns indicadores sociais, tais como o desemprego, a miséria, a desconcentração da renda e a violência.

Essas medidas, neoliberais, inicialmente chamadas de modernizadoras, impactaram na sociedade de forma geral. Os empresários passaram a sentir o peso da concorrência de empresas estrangeiras, o mercado passou a conhecer novos produtos, os automóveis produzidos internamente apresentam sensíveis melhoras, com incremento tecnológico, melhoras na qualidade e na produtividade do setor. Mas, a política de privatização desencadeou uma instabilidade política e um falecimento do Estado,

gerando crise econômica na sociedade brasileira, principalmente nas classes “subalternas”, sobretudo, os trabalhadores assalariados.

Entendemos que é de suma importância termos noção básica e didática sobre o neoliberalismo, como conceito, e sua aplicabilidade, não apenas mundialmente, mas também, nacionalmente.

O conteúdo sobre neoliberalismo e o conseqüente aumento das privatizações, diretriz básica dessa política econômica, tem sua relevância, pois, para podemos compartilhar esse conteúdo para o ensino básico, é preciso conhecê-lo, dos “primórdios” aos dias atuais. Percebemos que uma carência enorme no que tange a aplicabilidade desse tema no ensino básico. Por isso, analisar esse conteúdo aqui se torna essencial para conhecermos mais profundamente o mesmo, para depois aplicarmos de forma crítica e didática no ensino básico, sobretudo, no Maranhão.

## **CAPÍTULO 2 – PRIMEIRO VEIO O “MARANHÃO NOVO” DEPOIS O “NOVO TEMPO”: ATOS E FATOS DO PRIMEIRO MANDATO DA GOVERNADORA ROSEANA SARNEY (1995-1998).**

Para termos uma noção mais geral sobre a governabilidade de Roseana Sarney, precisamos nos remeter a décadas passadas, pois seu governo faz parte de um projeto maior, de cunho notadamente oligárquico, que tem como patriarca e percussor principal seu “pai político”, José Sarney.

Assim, iremos fazer um apanhado sobre a trajetória da oligarquia sarneista, do seu “nascimento” até o primeiro mandato de Roseana Sarney e, também, sua trajetória política antes de chegar ao governo do estado do Maranhão, no período de 1995 a 1998, que é o foco principal desse capítulo.

Apenas para elucidar e, com fins didáticos, vamos conhecer o significado do termo de oligarquia<sup>40</sup>. É um termo que tem origem na palavra grega "oligarkhía" cujo significado literal é “governo de poucos” e que designa um sistema político no qual o poder está concentrado em um pequeno grupo pertencente a uma mesma família, um mesmo partido político ou grupo econômico. A oligarquia é caracterizada por pequeno grupo que controla as políticas sociais e econômicas em benefício de interesses próprios.

O termo é também aplicado a grupos sociais que monopolizam o mercado econômico, político e cultural de um país, mesmo sendo a democracia o sistema político vigente. Pode ser, por exemplo, quando os militantes de um mesmo partido político ocupam os mais altos cargos do governo. Atualmente são vistos como formas de oligarquia alguns grupos não institucionalizados como, por exemplo: partidos políticos, classes sociais, associações e famílias.

Na perspectiva de Reis (2007), o termo oligarquia identifica um grupo que se apodera das instâncias superiores do poder político regional e se reproduz pela utilização desses postos de mando. A oligarquia é contemplada como uma depravação da aristocracia, em que o poder é exercido para o benefício de um grupo ou classe e não

---

<sup>40</sup> O conceito de oligarquia é definido como Governo de poucas pessoas. Ocorre quando um pequeno grupo de pessoas de uma família, de um grupo econômico ou de um partido governa um país, estado ou município. Uma das características desta forma de governo é que os interesses políticos e econômicos do grupo que está no poder prevalecem sobre os da maioria. Assim, é um Governo em que o poder é exercido por um grupo restrito de pessoas, geralmente, do mesmo partido, família, classe etc. Fonte: <https://www.significados.com.br/oligarquia/>, acessado no dia 21 de novembro de 2017.

da população em geral. Podemos dizer que a predominância, em momentos iniciais, se deu no final da monarquia e no início da república no Brasil, no mais até os dias atuais<sup>41</sup>. “oligarquia no setor especificamente político iniciou-se sua formação entre as décadas de 1850 e 1860” (REIS, 2013, p. 50)

Oligarquia está intrinsecamente ligado à existência do coronelismo. Um oligarca é igual a um coronel, mas, entre eles, a diferença é de escala política. O coronel é o chefe local, o oligarca transpõe o seu poder para o estado. Porém, o conceito de oligarquia acaba estendendo-se, de maneira pouco precisa, para todas as formas de domínio, tanto no plano estadual, como no municipal. (CARONE, 1973, p. 83).

Cláudio Gonçalves Couto (2010) utiliza oligarquia como termo para designar grupos políticos tradicionais que dominam determinadas regiões, ou, por derivação, seu governo. Oligarquia como termo tomado na sua acepção clássica, platônica e aristotélica, de governo dos ricos ou, por derivação, como o grupo dos ricos. Trata-se de um uso, que não se distingue por completo do primeiro.

Oligarquia como um grupo minoritário dotado de grande poder dentro de organizações, principalmente (mas não só) as de caráter representativo, ou seu governo. “Oligarquia significa etimologicamente “governo de poucos”, mas, nos clássicos do pensamento político grego, que transmitiram o termo à filosofia política subsequente, a mesma palavra tem muitas vezes o significado mais específico e eticamente negativo de “Governo dos ricos”” (BOBBIO, 1998, p. 845). Dito isso, pode se dizer que tudo fica “em nome do pai da filha e nada para o “povo” maranhense”.

---

<sup>41</sup> Com o fim do regime monárquico e Proclamação da República em 1889, o Brasil passou a ser governado por uma oligarquia. Até o ano de 1930, o governo representava uma elite de grandes proprietários rurais de agricultura e pecuárias. Eram conhecidos como coronéis e dominavam a produção de café (em São Paulo) e de leite (em Minas Gerais), nos dois estados mais ricos e com o maior eleitorado do país. Nesse sistema, também conhecido como política do café com leite devido a alternância de poder entre MG e SP, o poder estava concentrado em famílias ricas formando uma oligarquia cafeeira e controlando as eleições. Neste período, a região Sudeste do Brasil foi extremamente favorecida com esse sistema enquanto as restantes regiões receberam pouco ou nenhum investimento. Por esse motivo, surgiram as oligarquias dissidentes, nas regiões do Sul e Nordeste, que lutavam e conspiravam contra as forças políticas paulistas e mineiras. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro: Forense, 1948.



## 2.1 E TUDO COMEÇA COM O “MARANHÃO NOVO”

Entre os anos finais da década de 40 aos primeiros anos da década de 60 do século passado, mais especificamente, entre 1946 a 1965, o Maranhão foi governado o que poderíamos chamar de vitorinismo<sup>42</sup>. Vitorino Brito Freire<sup>43</sup>, por cerca de vinte anos, foi o mandatário oligárquico do estado do Maranhão.

A priori, a entrada de José Sarney, jovem intelectual em ascensão no cenário maranhense, deu-se ainda como parte do grupo vitorinista, como afirma Vagner Cabral: “A inserção de José Sarney na política regional se deu, num primeiro momento, a partir do grupo do senador Victorino Freire, chefe oligárquico do Maranhão por cerca de vinte anos (1946/1965)” (CABRAL, 1997, p. 4).

Devido aos mandos e desmandos de Victorino Freire, começaram a eclodir no Maranhão alguns movimentos sociais de oposição ao vitorinismo, podendo ser destacada a greve de 51<sup>44</sup>, também chamada de balaiada urbana. Acompanhando alguns líderes contrário a essa classe dominante, no qual podemos destacar Maria Aragão<sup>45</sup>,

---

<sup>42</sup> Para se aprofundar mais no movimento político oligárquico das décadas de 40, 50 e 60. Ver: BUZAR, B Benedito. O vitorinismo: lutas políticas no Maranhão de 1945<sup>a</sup> 1964 – São Luis: Lithograf – Indústria Gráfica e Editora Ltda., 1998.

<sup>43</sup> *Vitorino de Brito Freire* nasceu na fazenda Laje da Raposa, em Pedra (PE), no dia 28 de novembro de 1908, filho de Vitorino José Freire, proprietário rural e pecuarista, e de Ana de Brito Freire. Seus pais descendiam de tradicionais famílias rivais que disputavam o comando político no interior do estado. Vitorino foi um dos organizadores do novo PSD naquele estado. Passou em seguida a promover a candidatura oficial de Eurico Dutra à presidência da República e a liderar a oposição a Paulo Ramos, contrário a esse candidato. Diante da violenta oposição desencadeada contra seu governo, Paulo Ramos exonerou-se do cargo de interventor, sendo substituído no mês de março por Clodomir Cardoso. Candidato à Constituinte na legenda do PSD, Vitorino foi eleito em dezembro de 1945, no mesmo pleito em que Dutra foi escolhido presidente da República. Por indicação de Vitorino, em seguida à sua posse Dutra nomeou Saturnino Belo interventor no Maranhão. Antes de assumir seu mandato, Vitorino foi oficial administrativo do gabinete do ministro da Educação e Saúde Clemente Mariani. Segundo José Ribamar Caldeiras, esses fatos mostram que nesse momento Vitorino Freire conquistou o poder político no Maranhão, “iniciando então uma política de características mandonistas — que denominou *vitorinismo* —, que cobriu todo o período 1947-1964, *grosso modo*”. Significativamente, todos os governadores eleitos nesse período seriam correligionários de Vitorino indicados por ele. Mandatos de Vitorino no Maranhão, Deputado Federal – 1946, Senador – 1947 a 1955, Senador – 1955 a 1963, Senador – 1963 a 1971.

<sup>44</sup> Mais informações sobre as origens, causas e sobre movimento grevista no início da década de 50 em São Luis, ver. BUZAR, Benedito. A Greve de 1951. São Luis, 1951

<sup>45</sup> Maria José Camargo Aragão nasceu em São Luís, no dia 10 de fevereiro de 1910. Vinda de uma família de sete filhos, a comunista do Maranhão, como ficou conhecida, enfrentou todos os preconceitos por ser negra e mulher. Mudou-se para o Rio de Janeiro, onde dava aulas para conseguir a formação em Medicina pela Universidade do Brasil. Maria Aragão foi médica, professora, diretora do jornal Tribuna do Povo e fez história como líder do Partido Comunista do Brasil. A médica, dotada de um grande senso de liderança, enfrentou as oligarquias políticas (poder político concentrado nas mãos de poucos) e por isso sofreu perseguições, agressões físicas e morais, além de ser presa diversas vezes durante a Ditadura Militar. Maria Aragão se desiluiu com a linha ideológica do PCB e em 1981, filiou-se ao PDT. Aos 81 anos, ela estava totalmente dedicada à saúde da população humilde e dos negros.

que também foi uma grande expoente contrária ao golpe de 1964 e também Neiva Moreira, que tinha grande apoio dos movimentos nacionalistas e da própria esquerda.

Todavia, o “povo” já estava insatisfeito com a “maquina eleitoral fraudulenta” da oligarquia vitorinista e por isso estava se organizando para repudiar o mandonismo dessa oligarquia, surgindo, assim, um grupo interpartidário composto por vários líderes, tendo como um desses líderes José Sarney, mesmo não sendo o principal expoente desse movimento conhecido como “Oposições Coligadas”. É como um integrante das “Oposições Coligadas” que José Sarney constrói sua trajetória política, como o opositor férreo do vitorinismo, agora filiado a UDN.

A ascensão de José Sarney no cenário da política maranhense se dá quando o mesmo vence as eleições para o governo do Maranhão em 1965. Ele surge como um grande opositor de Vitorino Freire, logo, em sua campanha eleitoral, faz críticas duras e consistentes sobre a oligarquia vitorinista.

Fazendo alusão que o Maranhão precisava crescer e se modernizar e que o principal empecilho a essa modernização era o grupo mandatário que estava no poder. Assim, tendo um expressivo número de votos na sua vitória para deputado federal, “criando” uma “brecha” para entrar na disputa ao governo do estado, sendo assim eleito como governador do Maranhão em 1965.

Mas, também podemos destacar que essa vitória de José Sarney ao governo do estado do Maranhão, se deu com o seu apoio ao golpe militar de 1964, e ao regime instaurado em 31 de março de 1964. Assim, ganha terreno para candidatar-se a governador do Maranhão, tendo apoio direto do governo federal, que tinha como presidente Castelo Branco.

Outro fator que possa ter contribuído para sua vitória foi a cisão dentro da oligarquia vitorinista<sup>46</sup>. Portanto, José Sarney se torna o principal opositor da política dominante mandatária de Vitorino Freire e apresenta-se como o governador contrário ao “Maranhão do atraso” da oligarquia de Vitorino como o representante do projeto “Maranhão Novo”. “Assim, José Sarney, com uma postura mais moderada, se consolidou como uma das principais lideranças da oposição, tornando-se candidato a governador nas eleições de 1965, com a proposta de um “Maranhão Novo” ( CABRAL, 1997, p. 05).

---

<sup>46</sup> Ver Wagner Cabral em seu texto Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão, das páginas 04-06.

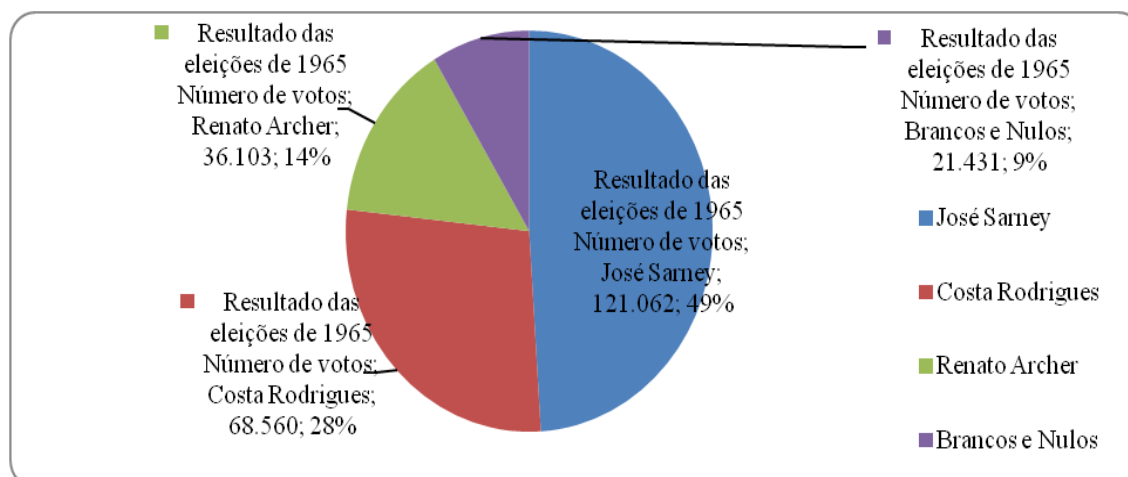
Adiante podemos ver os resultados da eleição de 1965, vencidas José Sarney ao governo do estado do Maranhão.

**Tabela 2 - Eleições para Governador do Maranhão -1965**

Candidato	Número de Votos	%
José Sarney	121.062	49
Costa Rodrigues	68.560	28
Renato Archer	36.103	14
Nulos e brancos	21.431	9
Total	247.156	100

Fonte: TRE - MA. Apud CORRÊA, 1993, p. 282. Tirado do artigo de Wagner Cabral, Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão pagina 06.

**Gráfico 1 - Resultados Das Eleições De 1965 para o Governo do Maranhão**



Fonte: TRE - MA. Apud CORRÊA, 1993:282. Tirado do artigo de Wagner Cabral, Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão pagina 06. Gráfico elaboração própria.

Percebemos que Sarney recebeu cerca de 50% dos votos válidos na eleição de 1965, como mostra o gráfico acima, mais especificamente, 121.062 votos, enquanto o segundo colocado, Costa Rodrigues, conquista 68.560 votos, ou seja, 52. 502 votos a menos que José Sarney, 28% dos votos validos; o terceiro colocado Renato Archer recebe 36.103, 84.959 votos a menos que José Sarney e 32.457 votos a menos que o segundo colocado nas eleições de 1965, totalizando 14% dos votos validos.

Podemos perceber que a diferença entre o primeiro e o segundo colocados foi considerável. No entanto, destaca-se o percentual de votos brancos e nulos, chegando a 9% dos votos válidos.

José Sarney, na aparente ruptura com o estado dinástico, reabilitasse como agente desse mesmo estado dinástico no campo do poder político ao construir uma trajetória em que o aparato burocrático e as relações de poder transgredem o estado burocrático, voltando-se, por força das marcas pessoais do agente, a recompor as práticas dinásticas na cena política do Maranhão (GONÇALVES, 2000, p. 140).

É nesse parâmetro de posição à oligarquia vitorinista que José Sarney se elege como o novo governador do Maranhão em 1965, buscando sempre ser enfático no seu discurso, contrário às políticas adotadas pelo vitorinismo, caracterizando a oligarquia vitorinista como um grupo do “atraso”, do qual o Maranhão deveria libertar-se. e cuja única maneira para que isso acontecesse seria a eleição de, um gestor “moderno”, responsável pela implementação de um projeto capaz de promover modernização do estado.

É no interior destes parâmetros que a oligarquia Sarney, desempenhando importante papel no processo de expansão do capitalismo no Maranhão, permaneceu gerindo a política com o discurso de modernização econômica do espaço regional e local<sup>47</sup>. É de suma importância ressaltar que, em 1973, já como senador do estado do Maranhão.

José Sarney junto com seu amigo Bandeira Tribuzi, compra um veículo de comunicação, atualmente o mais destacado jornal de circulação local, o Estado do Maranhão, para propagar seus discursos ideológicos, o que Gramsci denomina Aparelho Privado de Hegemonia<sup>48</sup>.

---

<sup>47</sup> É importante ressaltar que todos os governos eleitos desde a vitória do José Sarney em 1965 até a vitória de sua filha, Roseana Sarney, estiveram direta ou indiretamente vinculados ao grupo Sarney. Para informações mais detalhada sobre a oligarquia Sarney no Maranhão, ver. CABRAL, Wagner. “Do ‘Maranhão Novo’ ao ‘Novo Tempo’: a trajetória da Oligarquia Sarney no Maranhão” (1997). Disponível em: [HTTP://www.fundaj.gov.br/imagens/stories/oservanordeste/cabral2.pdf](http://www.fundaj.gov.br/imagens/stories/oservanordeste/cabral2.pdf)

<sup>48</sup> Para Gramsci a utilização desse aparelho serve para garantir a hegemonia de determinado projeto, ou até mesmo que um novo projeto se torne hegemônico. E inserido dentro desses aparelhos – ou não - estão os Intelectuais Orgânicos que transitam entre a Sociedade Política e Sociedade Civil, em que os mesmos tem o objetivo de nacionalização de determinados projetos.

A eleição para governador do Maranhão em 1965 deu início a uma trajetória política de destaque<sup>49</sup> no cenário regional e nacional, dando início, assim, a uma nova oligarquia, a oligarquia sarneista, que se estendeu do “Maranhão Novo” de 1965 ao “Novo Tempo” de 1994 quando da eleição de sua filha no governo do estado do Maranhão.

A oligarquia sarneista, começando pelo pai chegando à filha, esteve atrelada às frações de classes dominantes, tendo como seu pressuposto o capitalismo monopolista. Assim, para Wagner Cabral “esta função econômica se constituiu num aspecto central do exercício da dominação pela oligarquia emergente, desde o “Maranhão Novo” de José Sarney até o “Novo Tempo” de Roseana Sarney. Uma modernidade por etapas, de pai para filha.” (CABRAL, 1997, p. 08).

Em que pesem os diferentes contextos, os sucessivos governos estaduais (sob a influência direta ou indireta de José Sarney) movimentaram um forte esquema institucional e político que privilegiou a associação entre o Estado e o capital privado, exibida como essencial para ruptura com o “atraso” e o ingresso definitivo do Maranhão na chamada modernidade capitalista.

Este tópico sobre o início da trajetória política do patriarca da oligarquia Sarney é importante para entender como seu deu a construção dos discursos do “novo”, do “moderno”, para podermos enfim chegar no tema central desse capítulo, o governo Roseana Sarney de 1995-1998.

Percebemos que os discursos do pai e da filha estão atrelados ao “moderno”, ao “novo”, que, por sua vez, vão se atrelando ao capital privado e às frações de classes dominantes, em prol de permanecer no poder como classe hegemônica. Todavia, é de grande relevância entender esses conteúdos para compartilharmos de forma coerente e crítica para o ensino.

---

<sup>49</sup> Nas eleições para a Câmara Federal em 1954, pelo PSD, fica na suplência. Em 1958, elege-se deputado federal, pela UDN, da qual foi vice-líder. Em 1962, reelege-se com expressiva votação e credencia-se a disputar o cargo de governador em 1965, pelas Oposições Coligadas. Com a revisão eleitoral, realizada pelo Tribunal Superior Eleitoral, mais de 200 mil votos são expurgados da folha de votação, Sarney mobiliza o eleitorado com a mensagem de mudanças e vence as eleições, que determinaram o final do vitorinismo no Maranhão. Em junho de 1970, renuncia ao cargo e o transfere ao vice, Antônio Dino, e se elege senador pela Aliança Renovadora Nacional. Em 1978 é reeleito ao Senado. Em 1985, desliga-se do PDS, rompe como o governo federal e alia-se ao PFL para a formação da Frente Liberal, pela qual se elege vice-presidente da República, na chapa encabeçada por Tancredo Neves. Com a morte deste, Sarney assume a chefia da Nação. Posteriormente, é eleito três vezes Senador pelo estado do Amapá.

## 2.2 ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO DE 1994

Temos as eleições como um evento político de grande porte, por isso, a importância em estudar os sufrágios, não apenas no caso do Maranhão que é o objetivo principal deste tópico, mas também em uma escala mais larga, como as eleições em âmbito nacional. Objetivo que aqui será apresentado é análise das eleições para o governo do estado do Maranhão, que deu a vitória a Roseana Sarney no segundo turno. Tomarei como base para essa compressão os dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

É a partir das eleições que podemos analisar as “preferências” e rejeições dos eleitores com para seus “líderes políticos”. Também com os resultados das eleições podemos verificar a força política de determinado político ou até mesmo de grupos políticos.

O campo de estudo que visava analisar as eleições no Brasil, principalmente, começou a ganhar força a partir da segunda metade do século passado, quando o Brasil ainda passava por um período de ditadura militar.

Muitos pesquisadores buscaram entender as eleições apenas com dois partidos<sup>50</sup>, “as análises de resultados eleitorais tiveram o seu período de culminância no transcórrer das décadas de 1960 e 1970, principalmente, nas eleições processadas sob a vigência do regime militar e do bipartidarismo” (CALDEIRA, 2001, p. 35).

As eleições de 1994 ocorreram em todo Brasil no dia 03 de outubro, numa segunda feira, fora do habitual das eleições atuais para cargos eletivos de presidente, governador, deputado federal e deputado estadual. Foi a segunda eleição direta para presidente desde o fim da ditadura militar brasileira.

No cargo de presidente, deu-se a vitória do candidato Fernando Henrique Cardoso, em primeiro turno, com 62,0% dos votos válidos e com o apoio das duas grandes forças políticas do estado, os sarneystas e os cafeteristas.<sup>51</sup>

---

<sup>50</sup> No período de 1966 e 1979 vigorou no Brasil o bipartidarismo. Assim, havia somente dois partidos que disputavam as eleições em todas as esferas, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

<sup>51</sup> Iniciou sua carreira política no Maranhão ao eleger-se suplente de deputado federal pelo PR em 1962 chegando a exercer o mandato mediante convocação. Em 1965 foi eleito prefeito de São Luís ingressando no MDB após a imposição do bipartidarismo pelos militares e por esse partido foi derrotado ao disputar o Senado em 1970. Sua relação com o José Sarney oscilou ao longo dos anos entre a situação de aliado e a de adversário sendo que a primeira ruptura entre eles ocorreu a partir dos anos 1970 quando Cafeteira foi eleito deputado federal pelo MDB em 1974 e 1978 chegando a presidir o diretório regional do partido no Maranhão. Ao longo da década seguinte esteve integrado ao PMDB sendo reeleito deputado federal em 1982 e tão logo seu então adversário José Sarney assumiu a presidência da República (1985-1990), se reconciliou e Cafeteira foi eleito governador do Maranhão

É interessante que mesmo sendo oposições no estado do Maranhão, os cafeteristas e sarneistas estavam apoiando o mesmo candidato à Presidência da República, o que pode ser explicado a partir do apoio que os dois grupos conferiram ao projeto esse que estava se tornando hegemônico, no qual as privatizações<sup>52</sup> estão no epicentro dos seus governos. A seguir iremos apresentar uma tabela, com dados das eleições de 1994, para demonstrar a força política do candidato Fernando Henrique Cardoso no Maranhão<sup>53</sup>.

**Tabela 3 - Resultados da eleição para Presidente no estado do Maranhão- 1ºTurno**

Candidato	Partido	Votação	Válidos
<b>Fernando Henrique Cardoso</b>	PSDB	785.417	62,25%
<b>Luiz Inácio Lula da Silva</b>	PT	292.057	23,15%
<b>Enéas Ferreira Carneiro</b>	PRONA	72.687	5,76%
<b>Orestes Quercia</b>	PMDB	48.771	3,87%
<b>Leonel de Moura Brizola</b>	PDT	21.191	1,68%
<b>Esperidiao Amin Helou Filho</b>	PPR	17.503	1,39%
<b>Carlos Antonio Gomes</b>	PRN	17.343	1,37%
<b>Hernani Goulart Fortuna</b>	PSC	6.746	0,53%

**FONTE: TRE. Atualizado em 1.5.1999. Elaboração própria.**

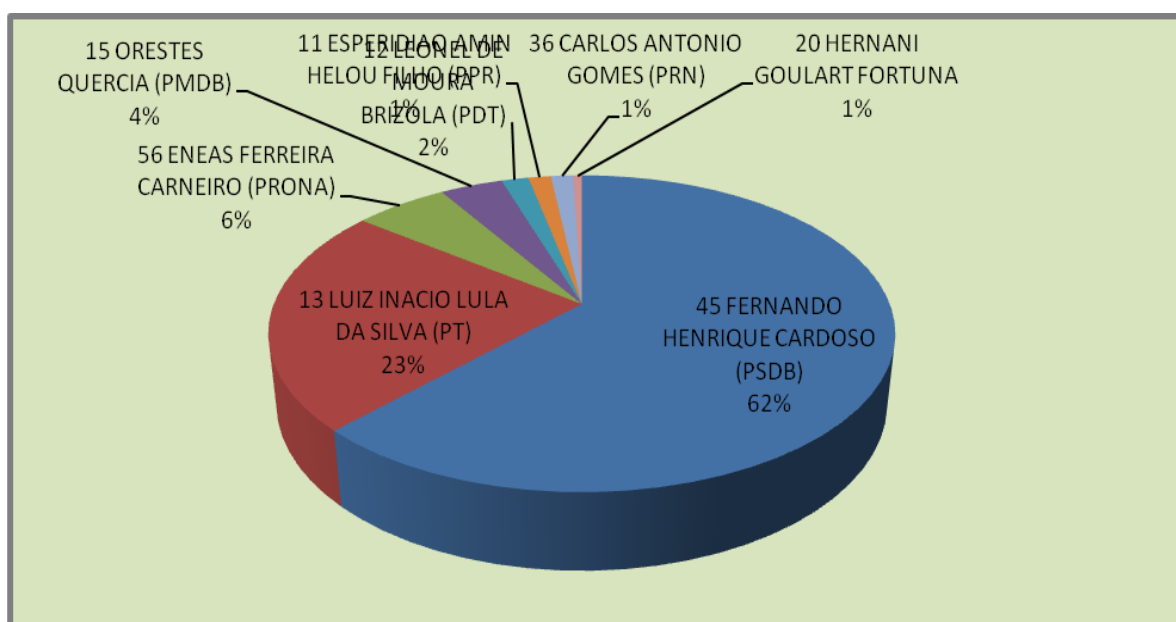
---

em 1986 com um percentual superior a 80% dos votos válidos. Sua gestão frente ao executivo maranhense findou com a sua renúncia em 1990 quando já havia deixado o PMDB e se filiado ao PDC sendo eleito senador. Nesse momento sua posição ante o clã Sarney era a de adversário e sua eleição para a Câmara Alta do país foi facilitada pela decisão de José Sarney em disputar uma vaga pelo recém-criado estado do Amapá. Extinto o PDC em 1993, Eptácio Cafeteira ingressou no PPR e foi derrotado por Roseana Sarney na disputa pelo governo do Maranhão no segundo turno das eleições de 1994 sendo novamente derrotado pela mesma adversária na disputa pelo *Palácio dos Leões* no primeiro turno das eleições de 1998 quando já estava filiado ao PPB, disputou a eleição para senador em 2002 pelo PDT, ficando em terceiro lugar. Abandonando sua postura de adversário da família Sarney foi eleito senador após fazer uma aliança com a mesma sendo filiado ao PTB em 2006. Eptácio Cafeteira foi o primeiro relator do processo movido contra o senador Renan Calheiros por quebra de decoro parlamentar em 2007 tendo se posicionado a favor da absolvição do então presidente do Senado.

<sup>52</sup> Aqui não será tratado o processo de privatização no Brasil na década de 90 do século passado, pois, já foi abordada no capítulo anterior que abordou o processo de privatizações no Brasil em 8 anos.

<sup>53</sup> Para mais informações sobre as eleições de 1994 no Maranhão para presidente ver: CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. As eleições de 1994 e 1998 no Maranhão. Eseritos, São Luis, Lithograf, 2001.

### Gráfico – 2 Resultados das eleições para presidente no Maranhão- 1º Turno



FONTE: TRE. Atualizado em 1.5.1999. Gráfico elaboração própria.

A tabela e o gráfico são apenas para apresentar a diferença de votos do candidato vencedor para os demais, que foi apoiado pelas maiores forças políticas do Maranhão, os sarneistas e os cafeteristas. Logo, FHC teve uma grande expressão de votos como afirma Caldeira, “FHC, pôde obter 62,0% do total dos votos válidos, sobretudo por ter sido apoiado, pelas maiores forças políticas do Maranhão: a sarneysta e a cafeteristas” (CALDEIRA, 2001, p. 38).

Em 1994, o jornal o estado do Maranhão fez campanha aberta para a então candidata, Roseana Sarney<sup>54</sup>, prevendo vitória no 1º turno, o que não ocorreu. Ela venceu no 2º turno em meio às acusações de fraude eleitoral. Nas eleições de 1998 a atuação do jornal repetiu-se uma vez que

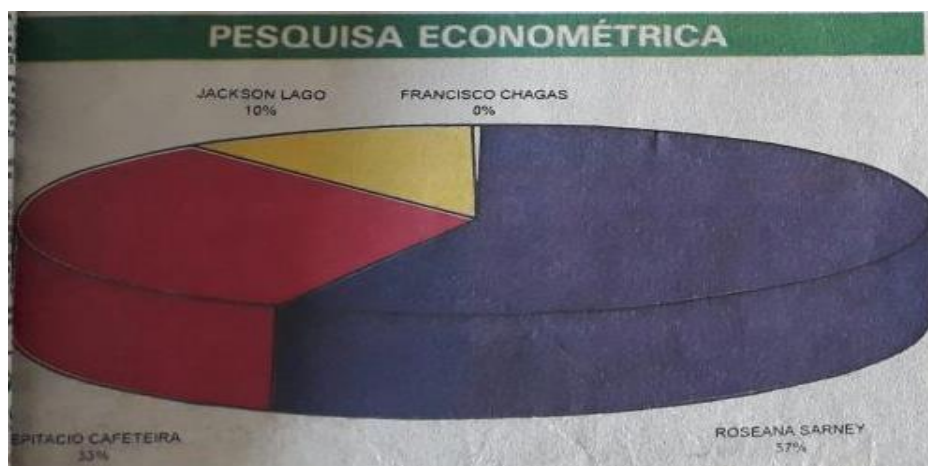
O jornal o estado do Maranhão foi comprado por José Sarney para ser um meio propagador das suas campanhas políticas, apresentado suas ideias, mesmo que tais

<sup>54</sup> Roseana Sarney nasceu em São Luís e formou-se em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Investindo na qualificação profissional, cursou mestrado em Ciências Políticas na Suíça. Em 1984, atuou como assessora política na campanha das “Diretas Já”, que culminou com a eleição de Tancredo Neves e José Sarney para presidente e vice-presidente da República e marcou o fim do período de ditadura militar no Brasil. Em 1990, foi eleita a deputada federal mais votada do Maranhão. Em 1992, foi apontada como a “musa do impeachment” por coordenar as articulações no Congresso que culminaram com o afastamento do ex-presidente Fernando Collor de Mello. Em 1994, Roseana foi eleita a primeira governadora do Maranhão e em 1998 foi a primeira mulher reeleita governadora no Brasil, com 66% dos votos.



ideias que não atendessem aos anseios das massas populares. Assim, o jornal O Estado do Maranhão foi de fundamental importância como instrumento para a propaganda midiática para o grupo Sarney, uma vez que atuou no sentido de construir um consenso em meio às eleições de 1994 para eleger a candidata Roseana Sarney.

**FIGURA 1 - Pesquisa Econométrica: Jornal O Estado do Maranhão**



**FONTE: Jornal O Estado do Maranhão, 02/20/1994, pg. 3**

No desenrolar da campanha, mais especificamente na véspera das eleições de 1994, o jornal o estado do Maranhão publicou uma reportagem sobre uma pesquisa feita pela Econométrica, afirmando que Roseana Sarney ganharia a eleição logo no primeiro turno, jogando uma pesquisa “goela a baixo” do eleitorado como uma verdade absoluta. A própria diretora do instituto que fez a pesquisa afirma que Roseana ganharia de “cara” essa eleição, com uma diferença percentual de 14% do segundo colocado.

A eleição para Governador do Estado será decidida no primeiro turno com a vitória da candidata da Frente Popular, Roseana Sarney, que terá folgada vantagem sobre os demais candidatos. A previsão da Econométrica, com base em pesquisa junto a mais de oito mil eleitores em todas as regiões do Maranhão. Segundo a pesquisa, Roseana sairá das urnas com 57% dos votos válidos, contra 33% de Epitácio Cafeteira (PRP) e 10% de Jackson Lago (Frente Ética). A diretora da Econométrica, Mireya Goic, garante não ter dúvida quanto à vitória de Roseana Sarney no primeiro turno. “os nossos levantamentos nos dão a certeza de que a nossa previsão está correta”, disse Mireya Goic, acrescentando que a vantagem de Roseana pode ser maior do que a prevista com a definição dos indecisos. (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, 02 de Outubro de 1994).

É incrível como a oligarquia por meio de seu jornal apresenta de maneira descarada pesquisa que favorecem seus interesses. Mas, iremos apresentar uma tabela das eleições de 1994 em que não aconteceu bem o que o seu jornal apresentava, não no primeiro turno.

**Tabela 4 - Resultados das Eleições para Governo do Estado do Maranhão em 1994 – 1º Turno<sup>55</sup>**

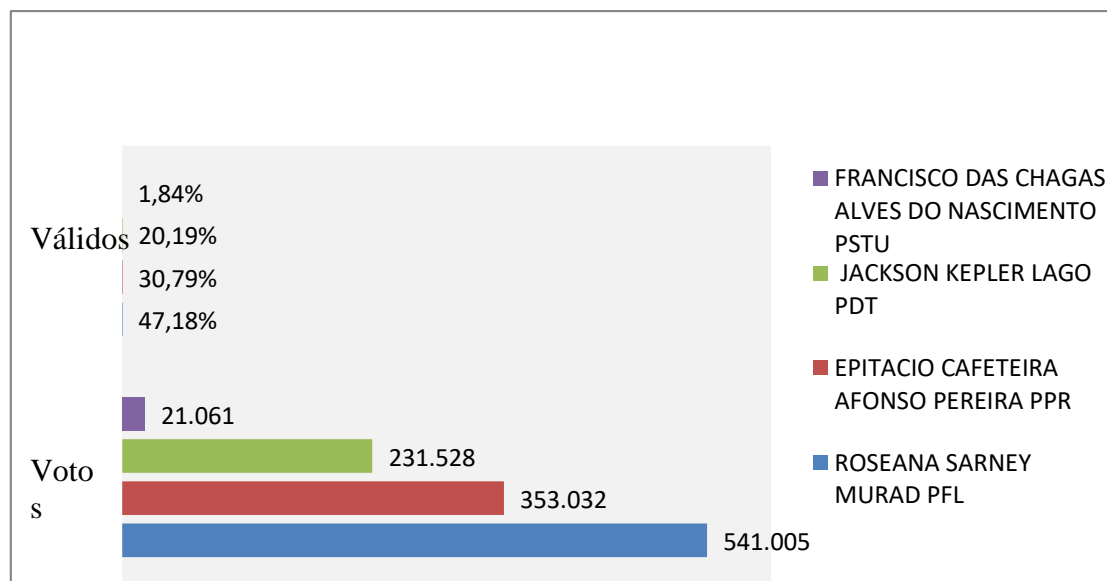
Candidatos	Partido	Votação	Válidos
<b>Roseana Sarney Murad</b>	PFL	541.005	47,18%
<b>Epitacio Cafeteira Afonso Pereira</b>	PPR	353.032	30,79%
<b>Jackson Kepler Lago</b>	PDT	231.528	20,19%
<b>Francisco das Chagas Alves do Nascimento</b>	PSTU	21.061	1,84%

FONTE: TER, atualizado em 1.5.1999. Elaboração Própria

Nitidamente, não aconteceu o que projetava a oligarquia sarneysta, ou seja, a vitória de Roseana Sarney com a tal expressiva votação logo no primeiro turno. A candidata da oligarquia obteve 541.005, 47,18% dos votos válidos; já Epitácio Cafeteira ficou com 353.032, no total de 30,79% dos votos válidos. E Jackson Lago com 231.528 mil votos, 20,19% e Francisco das Chagas obteve 21.061 votos, 1,84% dos votos válidos. Assim, a tão sonhada e pré-anunciada vitória de Roseana Sarney não se deu logo no primeiro turno, “tudo ficou para o segundo turno”.

<sup>55</sup> No primeiro turno foram apurados 1.817.179 o total de votos, cerca de 69,48% de 2.615.445 eleitores); 555.651 de votos brancos, ou seja, 30,58% de 1.817.179 votos apurados; 114.902 de votos nulos, especificamente 6,32% de 1.817.179 votos apurados; e 798.266, foram de abstenção e votos não totalizados, cerca de 30,52% de 2.615.445 eleitores. (TRE-MA. Atualizado em 1.5.1999. grifo nosso).

**Gráfico 3 - Resultados das Eleições para Governo do Maranhão em 1994 – 1º Turno**



**FONTE: TRE. Elaboração própria.**

Em todos os demonstrativos percebemos que a tão almejada vitória da oligarquia não seu deu no primeiro turno das eleições, mesmo com todo o empenho e campanha intensiva de um grande aparelho midiático.

O jornal o estado do Maranhão, que estava funcionando como um aparelho privado de hegemonia, ou seja, estava sendo usado como um meio de propagar os ideais da oligarquia sarneysta, e assim garantir a vitória da candidata Roseana Sarney em primeira instância. Sem muitas delongas, a vitória da candidata da oligarquia se deu no dia 14 de novembro de 1994, em cima do candidato de oposição do PPR, Epitácio Cafeteira, como mostra o quadro a seguir dos dados dessa eleição.

No segundo turno, disputado no dia 14 de novembro de 1994, a candidata vitoriosa foi Roseana Sarney com 753.901, 50,61% dos votos válidos. O outro candidato que estava disputando o segundo turno recebeu 735.841, 49,39% dos votos apurados.

É interessante perceber que a diferença entre os dois candidatos foi mínima, menos de 20.000 votos, mais especificamente, 18.060 votos. Nota-se também que o eleitorado com dúvida ou sem escolha.

Vale ressaltar que o numero de eleitores do primeiro para o segundo turno teve um aumento de 343.116 votos. Segundo dados dos TER, no total de: 1.580.238 votos apurados, 20.383 foram votos brancos e 70.113 votaram nulo. Sem falar na abstenção. Eleitores que não foram às urnas no segundo turno, mesmo com o aumento de mais de

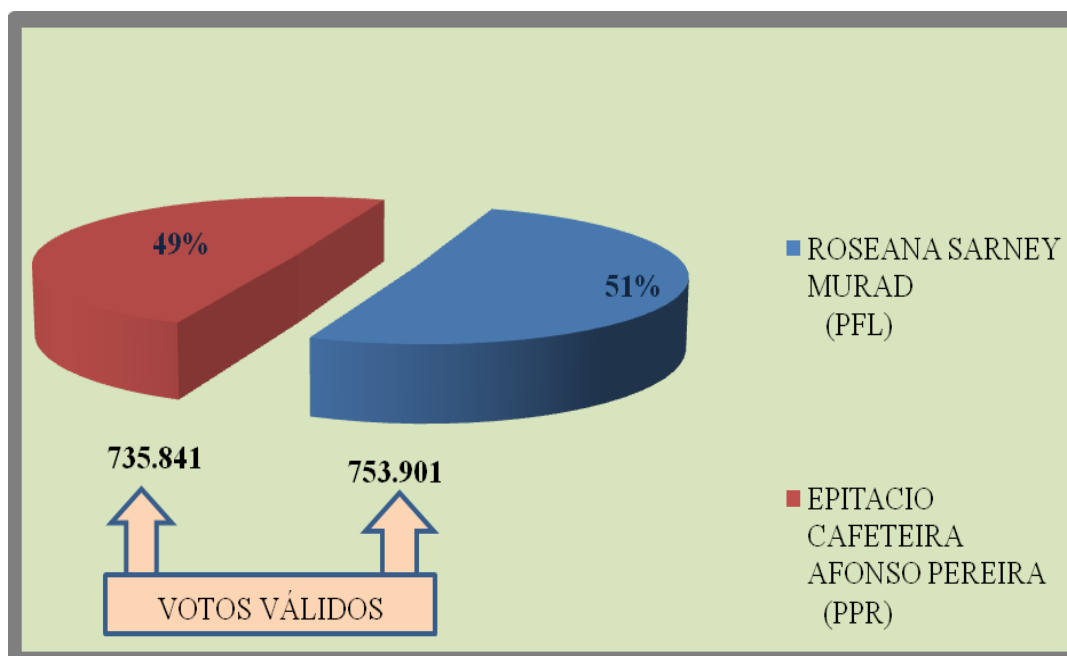
340.000 mil votos, chegaram a mais de um milhão de eleitores, especificamente, 1.035.207. (TRE. Atualizado em 1.5.1999. Grifo nosso).

Com o balanço dos dados do TRE-MA, é nítido que mais de um milhão de eleitores não votaram no segundo turno, mais 20.000 votaram em branco, só os votos brancos davam margem suficientes para Cafeteira ganhar a eleição de 1994 pra governador do Maranhão. Nulos, foram 70.000 votos. Não esquecendo os que se abstiveram, mais de um milhão de cidadãos eleitores, o que demonstra a insatisfação dos eleitores sobre os candidatos.

<b>Tabela 5 - Resultados das Eleições de 1994 para Governador do Maranhão- 2º Turno</b>				
<b>Candidato</b>	<b>Partido</b>	<b>Votação</b>	<b>Válidos</b>	
Roseana Sarney Murad	PFL	753.901	50,61%	
Epitacio Cafeteira Afonso Pereira	PPR	735.841	49,39%	

**FONTE: TRE. Atualizado em 1.5.1999. Elaboração Própria.**

**GRÁFICO – 4. Resultados das Eleições 1994 - 2º turno - Maranhão - governador**



Estudar resultados de eleições é importante pois percebemos a vontade de uma grande maioria de pessoas, possibilitando o entendimento da mobilidade dos comportamentos sociais, tanto no individual como coletivo do eleitorado, como uma contribuição e construção histórica, como aponta René Rémond;

o próprio da inteligência histórica é trabalhar com a combinação do estável com o mutável, poderia ser uma contribuição específica das pesquisas históricas nos instruir sobre o grau de mobilidade dos comportamentos individuais dos eleitores” (REMOND, 1996, p. 50).

E é assim, que com esses resultados dar-se-á a continuação da oligarquia Sarney, que fica assegurada com a vitória de Roseana Sarney para o governo no estado do Maranhão, tornando-se a primeira mulher a governar um estado brasileiro e a mesma a se reeleger em 1998, momento em que teve início o “Tempo de Roseana” no Maranhão. É com o discurso do novo que a Roseana começa seu primeiro mandato como governadora.

### **2.3 EMFIM, CHEGAMOS AO “NOVO TEMPO” O “TEMPO DE ROSEANA”<sup>56</sup>.**

É no contexto da vitória da candidata da oligarquia sarneysta, Roseana Sarney<sup>57</sup>, que se deu o prosseguimento da dominação política do grupo no Maranhão, uma oligarquia que já estava “mandando” e “desmandando” no Estado há anos, usando sempre o mesmo discurso, o “novo” e “moderno”.

Na posse da então eleita Roseana Sarney, a mesma começa a atribuir ao seu mandato o slogan do desenvolvimento com ênfase em um “novo tempo”, em que o Maranhão estava se renovando, apesar da dominação desse grupo político desde 1966.

O principal propagador dessa ideologia do novo se deu a partir de uma grande veículo de comunicação, comprado pelo “pai” da oligarquia em 1973, o jornal O Estado do Maranhão<sup>58</sup>. Todavia, o “novo” é enfatizado no jornal O Estado do Maranhão, na posse da então governadora eleita, com um ar modernização capitalista da economia, apregoando uma falsa euforia de desenvolvimento com justiça social.

---

<sup>56</sup> Essa frase foi tirada do jornal O Estado do Maranhão, que em várias vezes enfatizava o novo tempo e o tempo de Roseana. Mas, tudo começa com o pai da oligarquia, José Sarney, que usava o slogan de “Maranhão novo” para enfatizar uma nova roupagem que estava entrando no governo do Maranhão em 1996. Para mais informações ver; CABRAL, Wagner. “Do ‘Maranhão Novo’ ao ‘Novo Tempo’: a trajetória da Oligarquia Sarney no Maranhão” (1997). Disponível em:

[HTTP://www.fundaj.gov.br/imagens/stories/oservanordeste/cabral2.pdf](http://www.fundaj.gov.br/imagens/stories/oservanordeste/cabral2.pdf)

<sup>57</sup> Em 1994, o grupo Sarney lança Roseana Sarney como candidata ao governo do estado com o slogan “Novo Tempo”. Apresentando-se como herdeira de uma tradição de dedicação ao Maranhão, vence as eleições com 50,51% dos votos. Assim, a mesma se torna a primeira mulher a ser eleita ao governo de um estado no Brasil.

<sup>58</sup> O Jornal o Estado do Maranhão foi fundado em 1973, depois que o então ex-governador do Maranhão José Sarney e seu amigo Bandeira Tribuzi compraram o jornal O Dia, que foi fundado em 1959, decidiram mudar nome do jornal em homenagem ao Maranhão: *O Estado do Maranhão*, porém decidem que o ano de 1959 é o início do jornal.

Ano novo, governo novo. Vida nova, o Maranhão experimenta a sensação de renascimento. Empossada às primeiras horas do primeiro dia do novo ano, a governadora Roseana Sarney acenou para os maranhenses com a luz de uma nova esperança, e da modernidade administrativa e política, sem o abandono absoluto das tradições culturais da nossa terra, sem esquecer as lições do passado. Qualquer resultado da administração da nova governadora terá inevitavelmente a participação das forças políticas do Estado e da sociedade. (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, 01-01-1995, p. 04).

Claramente está presente no maior jornal impresso do Maranhão a ideologia sarneysta do “novo” e do “moderno”. Esse discurso é cansadamente vinculado não só a imagem da oligarquia, mas também da Roseana Sarney, pois é com ela que, segundo o jornal, o Maranhão viverá momentos de modernidade administrativa e política, trazendo uma renovação cultural para o estado, com alianças políticas e, sem sombra de dúvida, com a participação popular.

Vale a pena ressaltar a forma que o jornal usa vinculações de forma superficial, com uma gama de informação da renovação para perpetuar um grupo no poder, ou seja, continuar com uma hegemonia há anos construída, com veiculações ideológicas, em que a sociedade de certa forma incorpora pelo consentimento, “a classe dirigente justifica e mantém não só o seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados” (GRAMSCI, 1991, p.87). Todavia, é com ajuda de um aparelho privado de hegemonia que a classe dominante perpetua-se no poder com o consenso “ativo” dos governados.

Roseana Sarney reconstrói os laços de poder do grupo dominante se apresentando a população como um agente da modernização que realizará o futuro ao qual o Maranhão estava predestinado. Em seu plano de governo definiu como prioridade a geração de emprego e renda, a modernização do aparelho burocrático estadual, a reforma agrária, o desenvolvimento do turismo e o desenvolvimento cultural. (SILVA, 2003, p. 6)

Percebemos, assim, como apresenta Ilse Gomes Silva (2003) que é a perpetuação da classe dominante com a governadora Roseana Sarney, é a vitória da oligarquia, que traz em seu discurso uma modernização da máquina burocrática no Maranhão, discurso de grande mobilidade social com a criação de novos empregos e aumento da renda da população mais carente, um desenvolvimento da cultura e do turismo, é o grupo dirigente usando suas práticas discursivas em prol da dominação da classe trabalhadora.

E o mais impressionante é que essa classe dirigente usa de artifícios políticos, tal como, políticas públicas para ter o consentimento de uma determinada parcela da população maranhense, um eleitorado que ainda não é “cativo” a sua dominação o jovens e adultos de uma faixa etária de 14 a 30 anos, em que é criado um projeto pra atender esses jovens.

O Projeto Primeiro Emprego, lançado no primeiro ano de mandato da governadora. Esse projeto consistia em dar concessão de bolsas de estágio remunerado para adolescentes de 14 a 18 anos e jovens de 18 a 30 para promoção do aperfeiçoamento como profissional para o mercado de trabalho. Podemos caracterizar tal estratégia como uma política de dominação, designada para manter esse eleitorado cativo a oligarquia, como ressalta Ilse Gomes Silva,

Esse Projeto atingia uma parcela significativa da população de jovens considerada apta a votar, e que conseqüentemente, influenciariam o resultado das eleições, uma vez que essa parcela da população sofria com o desemprego (SILVA, 2003, p. 6).

O governo do “novo tempo” buscou preencher lacunas que a oligarquia ainda não tinha atingindo, principalmente em setores primordiais que poderiam trazer vitórias em futuras eleições e, assim, esse grupo continuar dirigente em frente ao Estado. Um setor já foi ressaltado aqui, o “apoio” dos adolescentes, jovens e adultos com o Projeto Primeiro Emprego.

Podemos destacar outro setor, o da cultura popular maranhense. Assim, apresenta Ilse Gomes Silva em seu texto Política e Ideologia no Maranhão: do Maranhão Novo ao Novo Tempo<sup>59</sup>;

a cultura popular foi instrumentalizada pelo governo estadual através do financiamento, organização dos espaços e definição da programação cultural dos festejos populares e intervenção nas formas de apresentação das manifestações de modo a se adequarem as exigências do indústria do turismo. Esse processo, de um lado, garantiu o apoio de diversos grupos da cultura popular ao governo do estado e nas campanhas posteriores, mas por outro lado, desarticulou o processo tradicional e comunitário de realizar os festejos populares e neutralizou os grupos de oposição ao governo. Desse modo a governadora Roseana Sarney forjou um consenso político-ideológico

---

<sup>59</sup> Texto apresentado na VI Jornada Internacional de Políticas Públicas: Desenvolvimento da Crise Capitalista e a Atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação. Realizado na Universidade Federal do Maranhão, entre os dias 20 a 23 de agosto de 2003.

sobre o compromisso do governo com o incentivo a cultura popular. (SILVA, 2003, p. 7).

É notório como essa classe dominante usa variados meios para se perpetuar no poder e ter apoio de determinados grupos políticos e também do eleitorado ainda não “dominado”. Esse grupo usa um discurso e estratégias para criar consenso no eleitorado maranhense e ter apoio de setores de esquerda, encurralados com os mecanismos de dominação dessa oligarquia.

Segundo Ilse Gomes Silva (2003) essa oligarquia forja um consenso político ideológico através de mecanismos de intervenção sobre a cultura popular maranhense, instrumentalizando a cultura do Maranhão com financiamento estatal, em que os grandes líderes culturais do estado, de certa forma, fiquem refém dos seus desmandos, o que pode ser caracterizado como uma política clientelista, “é dando que se recebe”.

Podemos destacar outro mecanismo usado pelo governo Roseana como estratégia política de dominação, a Reforma do Estado, em que a governadora trouxe para seu grupo políticos que ainda estavam “distantes de seus olhos”, ou seja, líderes políticos que ainda não faziam parte da sua dominação. Para isso, ela criou as gerências regionais, dirigidas por seus aliados políticos e, também, por nomes que ainda não estavam do seu lado.

Foi enfatizado um discurso descentralização para regionalizar e democratizar o Maranhão com o intuito de aproximar-se do povo e fortalecer as bases políticas de seu projeto. Assim, as Secretarias Estaduais foram substituídas por oito Gerências Centrais e dezoito Gerências Regionais, nas quais todos os gerentes eram indicados pela governadora. Muitos gerentes queriam sobrepor-se aos prefeitos, criando, assim, atrito político entre os prefeitos e os gerentes locais.

Muitos foram os atos e fatos do governo Roseana Sarney, o governo do “novo tempo”, que em suas linhas centrais aproximou-se do receituário neoliberal, como destaca Wagner Cabral,

O Novo Tempo de Roseana Sarney, além do mais, o governo estadual tem procurado implementar algumas medidas do receituário neoliberal, tais como, a tentativa de doação fraudulenta (disfarçada de “privatização”) do Banco do Estado, a reforma administrativa (com ênfase na criação das gerências regionais), o apoio à grande agricultura de exportação (em detrimento da agricultura familiar). (CABRAL, 2002, p. 3).



As medidas adotadas por esse governo visavam atender aos interesses da oligarquia, pois usava de meios, tais como reforma administrativa do Estado e a criação de gerências regional, para beneficiar e conquistar aliados. Além disso, estreitou os laços com o grande capitalista agroexportador, disfarçado pela agricultura familiar, e a implementação do receituário neoliberal no Maranhão. Foi a variante neoliberal uma das principais características do governo Roseana Sarney.

No desenrolar desse processo de consolidação do neoliberalismo no Maranhão, Zulene Barbosa interpreta que os emaranhados das políticas adotadas pelos governos de José Sarney, de 1966-1970, e o da Roseana Sarney, usando o “Novo” como discurso, principalmente, enfatizado na mídia, não passaram de estratégias políticas para a perpetuação e manutenção desse grupo no cenário central da política no Maranhão, e uma dessas estratégias está o receituário neoliberal adotado pela governadora Roseana Sarney no seu discurso da modernidade, reforma do estado e do “Novo Tempo”.

O governo da Roseana Sarney agregou os elementos econômicos políticos e ideológicos da política neoliberal, articulando-se ao novo padrão de dominação desenvolvido no Brasil, para cuja implementação foi importante as políticas iniciadas no governo Fernando Collor e aprofundado no governo de Fernando Cardoso, (1994 e 1998). (BARBOSA, p. 7, s/d)

Protagonizando o “Novo Tempo”, o governo de Roseana Sarney seguiu estritamente o receituário da política desenvolvida no âmbito federal. E, portanto, a privatização e a racionalidade da gestão estatal constituíram-se no lado “racional” de seu governo, porque é necessário evitar o desperdício e alocar eficazmente os recursos públicos e humanos, discurso usado pela mídia sarneysta para criar o consenso na sociedade maranhense.

Podemos destacar ainda sobre esse processo de implementação e consolidação do neoliberalismo as afirmações de Wagner Cabral da Costa em que destaca que os discursos usados pela oligarquia “sarneista” de perpetuação no poder dentro da política maranhense é uma variante da política econômica neoliberal, e que as características marcantes dessa oligarquia eram, sobretudo, a defesa da modernização capitalista da economia maranhense por meio da privatização.

As interpretações sobre a consolidação do neoliberalismo no Maranhão ainda não dão conta de esclarecer esse processo<sup>60</sup>, mas servem de ponto de partida para uma análise maior no âmbito da política econômica adotada pelo governo de Roseana Sarney (1995-1998). Uma das políticas econômicas apoiadas por seu governo foi a privatização da Companhia Vale do Rio Doce que ocorreu em maio de 1997, ou seja, um projeto de âmbito federal apoiado pelo governo local.

Todavia, não podemos deixar de lado um importante movimento social, ocorrido no Maranhão, mais especificamente na capital, São Luis, durante o governo de Roseana, que é reflexo do abandono e da dominação da oligarquia Sarney durante mais de três décadas: a ocupação da Cidade Olímpica, que ocorreu no ano de 1997, (mesmo ano que ocorreu a venda da Companhia Vale do Rio Doce)<sup>61</sup>, movimento de insatisfação de vários líderes comunitários e de milhares de pessoas que não tinham moradia ou viviam de aluguel, que ocuparam um latifúndio improdutivo da Gás Butano e da Água Indaiá<sup>62</sup>.

A seguir irei apresentar alguns dos indicadores do Maranhão em decorrência da dominação da oligarquia Sarney durante cinco décadas de mandonismo no estado. É um quadro tirado do artigo de Wagner Cabral (NOVO TEMPO / MARANHÃO NOVO: QUAIS OS TEMPOS DA OLIGARQUIA), que apresentam alguns dados coletados pelo IBGE e indicadores IDH.

---

<sup>60</sup> Trabalhos que apresentam interpretações sobre a variante neoliberal no Maranhão, podemos destacar: BARBOSA, Zulene Muniz. **As “temporalidades” da Política no Maranhão**. Disponível em: <HTTP://WWW.fundaj.gov.br/imagens/stories/observanordeste/barbosa2.pdf> - COSTA, Wagner Cabral da. **Novo tempo/Maranhão novo quais os tempos da oligarquia?**. Disponível em <HTTP://WWW.fundaj.gov.br/imagens/stories/observanordeste/cabral2.pdf> - COSTA, Wagner Cabra (1997) **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”. A Trajetória da Oligarquia Sarney**, (Mimeog.). GONÇALVES, Maria de Fátima da C. **INVENÇÃO DE UMA RAINHA DA ESPADA: Reatualizações e embaraços da dinâmica política do Maranhão dinástico**. Tese e Doutorado em Políticas Publicas apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Publicas pela Universidade Federal do Maranhão. São Luis, 2006. Silva, Ilse Gomes. **POLÍTICA E IDEOLOGIA NO MARANHÃO: do Maranhão Novo ao Novo Tempo**. São Luis – 2003. Esse são alguns trabalhos que podemos perceber a introdução da variante neoliberal no Maranhão, não são trabalhos que foram a fundo no tema, mas, pelo menos podemos ter um norteamento sobre o assunto. Essa é uma lacuna que ainda precisa ser estudada para assim criar novas interpretações historiográficas sobre o Maranhão contemporâneo.

<sup>61</sup> A Vale, antiga Companhia Vale do Rio Doce, foi privatizada em 1997. Instalou-se no Maranhão em 1976 provocando também expulsão de trabalhadores rurais e de indígenas de suas terras, desmatamento das florestas e poluição do meio ambiente.

<sup>62</sup> Para saber mais sobre a ocupação da Cidade Olímpica que ocorreu no ano de 1997 em São Luis ver: SOARES, Franciagela Silva Araújo. **CIADADE OLÍMPICA: A MEMÓRIA DA LUTA PELA TERRA URBANA** – São Luis, 2008. Monografia apresentada ao curso de história da Universidade Estadual do Maranhão.

**Tabela 6 – Indicadores Sociais do Maranhão**

<b>INDICADOR</b>	<b>ANO-BASE = 1999</b>	<b>POSIÇÃO NO BRASIL</b>
Crianças (7 a 14 anos) fora da escola	5,3%	18 <sup>o</sup>
Taxa de analfabetismo (maiores de 15 anos)	28,8%	25 <sup>o</sup> (3 <sup>o</sup> pior do país)
Taxa de analfabetismo funcional (menos de 4 anos de estudo)	52,8%	26 <sup>o</sup> (2 <sup>o</sup> pior)
Esperança de vida ao nascer	64,5 anos	24 <sup>o</sup> (4 <sup>o</sup> pior)
Taxa de mortalidade infantil (em 1000 nascidos vivos)	54,2	24 <sup>o</sup> (4 <sup>o</sup> pior)
Proporção médicos / habitantes	um médico por 1000 habitantes	27 <sup>o</sup> (pior do país)
Domicílios com saneamento básico (água, esgoto e lixo)	8,4%	22 <sup>o</sup>
Índice de Desenvolvimento Humano (expectativa de vida, escolarização e renda)	0,547 (ano-base = 1996)	25 <sup>o</sup> (3 <sup>o</sup> pior do Brasil)

FONTES: a) IDH: IPEA / PNUD. O índice varia entre zero (desenvolvimento nulo) e um (alto DH), assim, quanto mais próximo de 1, melhor seria a justiça e igualdade social no país ou região. b) Síntese dos Indicadores Sociais 2000 / IBGE. Tirado do artigo de Wagner Cabral (NOVO TEMPO / MARANHÃO NOVO: QUAIS OS TEMPOS DA OLIGARQUIA)

Percebemos com base nos dados demonstrados na tabela acima tendo ano base de 1999, já no segundo mandato da Roseana Sarney, que em muitos índices o Maranhão é um dos piores estado do país, principalmente em educação, saúde e habitação. Podemos destacar a taxa de analfabetismo em maiores de 15 anos, o estado é o terceiro pior do Brasil, com uma porcentagem de 28,8%.

E não podemos esquecer a taxa de analfabetismo funcional, pessoas que passaram apenas quatro anos na escola. Na área da educação, o Maranhão se encontra em o segundo pior do Brasil, e ainda tem a distribuição de médico por habitante, chegando a um médico a cada mil habitantes. Esse é o resultado de décadas da dominação desse grupo no poder.

Todo o conteúdo exposto nesse capítulo serve como norteamento para conduzir o entendimento sobre o objetivo do trabalho e, para assim, aplicarmos em segmentos educacionais, pois é de suma importância entender as origens da oligarquia sarneysta, sua trajetória e, também, entendermos sobre o governo de Roseana Sarney, suas práticas

e estratégias para a perpetuação como classe dirigente, para reforçar de maneira didática no ensino, assim, o entendimento das origens da implementação do neoliberalismo no Maranhão, em profunda consonância com a orientação das políticas públicas implementadas pelo governo federal.

### **CAPITULO 3 - A PRIVATIZAÇÃO DA CVRD NAS PAGINAS DO JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO E JORNAL PEQUENO: *UM ENCONTRO ENTRE A PESQUISA E O ENSINO.***

Em 1909, os ingleses compraram todas as reservas de minério de ferro de Minas Gerais e formaram uma empresa de capital inglês que se tornaria, depois de ser encampada pelo governo de Getúlio Vargas em 1942, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). A empresa surgiu de um acordo assinado entre Estados Unidos, Inglaterra e Brasil, em plena Segunda Guerra.

EUA e Inglaterra, dedicados ao esforço de guerra contra Hitler, necessitavam que o Brasil fornecesse minério de ferro para sua indústria. Daí nasceu a CVRD, que passa a fornecer minérios para a reconstrução do Japão, depois da guerra. Enquanto o Japão se convertia em uma potência econômica mundial, a Vale se tornava uma grande mineradora. No tópico iremos abordar um breve histórico da CVRD, da criação a sua privatização.

#### **3. 1. A Companhia Vale do Rio Doce**

No final da primeira metade do século XX, o mundo passava por um grande conflito mundial, que abalava principalmente os países europeus. Estamos falando da Segunda Guerra Mundial, um período em que as grandes potências mundiais passavam por momentos de reafirmação como nação.

Parece não ter relação, mas, foi nesse contexto que foi criada a Companhia vale do Rio Doce (CVRD). A Companhia Vale do Rio Doce é a maior empresa de mineração diversificada das Américas e a segunda maior do mundo. Ela foi criada pelo Governo Federal em 1º de junho de 1942, no governo de Getúlio Vargas e privatizada em 7 de maio de 1997. O Consórcio Brasil, liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) venceu o leilão e adquiriu 41,73% das ações ordinárias do Governo Federal por US\$ 3,338 bilhões.

Dito isto, iremos fazer um breve panorama histórico sobre essa empresa que iniciou seus trabalhos no Brasil e ganhou o “mundo”. A Companhia Vale do Rio Doce foi criada pelo Decreto-Lei no 4.352, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas em pleno Estado Novo. Foi muito mais que um ato reafirmação política, como uma

estratégia econômica, pois como já foi falado o mundo estava em guerra, então tal atitude seria de suma importância para a indústria bélica.

No momento em que o presidente Getúlio Vargas empunhou a caneta para assinar o Decreto-Lei no 4.352,1 que criava a Companhia Vale do Rio Doce, em 1º de junho de 1942, é possível que não tenha se dado conta da real importância que este ato teria para a história do Brasil – especificamente para o futuro da mineração. A Vale – ao lado da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), criada um ano antes – era mais que uma peça no tabuleiro das relações internacionais em tempos de guerra. Em breve, teria vida própria e se transformaria em uma das maiores empresas do país. (VALE, 2012, p. 41).

Sem sombra de dúvida, quando Getúlio Vargas decretou a criação dessa companhia, ele sabia o que estava fazendo, colocando o Brasil como um grande minerador no mercado internacional.

A Vale conquistou sua importância imediata, tornando-se a maior empresa de exportação de minérios para as grandes potências mundiais, tais como Inglaterra e Estados Unidos, que se transformaram nos principais mercados da Vale nos anos iniciais, com importações de 127 toneladas de minério 1944. “Embora muito abaixo da meta prevista de 1,5 milhão de toneladas anuais, as exportações destinadas à Inglaterra, por exemplo, saltaram de 35.406 toneladas, em 1942, para 62.928, em 1943, e 127.194, em 1944.” (VALE, 2012, p. 63.)

Segundo Manuel Tomás (2006) na orientação nacionalista então manifestada pelo governo brasileiro, a criação da CVRD contou com a colaboração dos governos dos Estados Unidos e da Inglaterra, obtida no contexto da aproximação do Brasil com as potências aliadas na Segunda Guerra Mundial. Na primeira década, responsabilizaram-se pela CVRD os presidentes Israel Pinheiro e Demerval José Pimenta.

A Companhia Vale do Rio Doce foi criada num momento de demanda de minério de ferro e matéria-prima estratégica para alimentar a indústria bélica. Com isso, o seu crescimento se deu de uma forma muito rápida e, já em 1949, a Vale foi responsável por 80% das exportações brasileiras de minério de ferro e, em 1951, sob a presidência do Coronel Juracy Magalhães, fechou o balanço com um lucro líquido no exercício, distribuindo o primeiro dividendo na vida da sociedade brasileira. Em 1954, iniciaram-se as vendas para o Japão dando início a uma parceria que continua até os dias de hoje. Já no ano seguinte 10 países consumiam seus produtos. Logo em seguida, a CVRD começou a diversificação de seus negócios e iniciou a sua atividade florestal comprando uma área da Mata Atlântica nativa, depois transformada na Reserva Florestal de Linhares. (FERREIRA RUSSO, 2002, p. 42).

Nos primeiros anos da CVRD se deu um crescimento rápido e repetido da empresa, contribuindo para alimentar a indústria bélica, pois em 1949 já exportava 80% do minério de ferro do Brasil.

Nos anos seguintes, a Vale já começava suas vendas para os países asiáticos, espalhando suas mercadorias para outros países do globo. Assim, uma empresa criada com fins de alimentar a guerra estava se expandindo para outros fins, até mesmo em atividades florestais, e ganhado o mercado transoceânico já partir dos primeiros vinte anos de criação.

Na década de 1960 a Vale começou a expandir seus negócios, criando pequenas empresas para gerenciar administrativamente e auxiliar sua matéria-prima, para assim, ter melhor rendimento dentro do mercado interno e externo, destacando-se a Companhia Ferro e Aço de Vitória, a Companhia Ferro e Aço de Itabira, a Companhia Agro – Pastoril e a Companhia Açucareira do Rio Doce, as duas últimas no município de Governador Valadares (MG) (VALE, 2012, p. 63). Nos dias de hoje a Vale contrata outras empresas privadas para ajudar na sua produtividade, e ter menor custeio com mão de obra.

Assim, no decorrer dos anos, a CVRD foi ganhando mercado internacional, pois a estatal tinha já conquistado mercados que estavam se erguendo após a Segunda Guerra mundial, “quando foi incluída entre as seis maiores empresas exportadoras de minério de ferro do mundo. Em 1975 a CVRD tornou-se líder do mercado mundial de minério de ferro” (FERREIRA RUSSO, 2002, p. 42). Assim, a empresa criada com fins bélicos vai crescendo e se tornando internacional, transformando-se em umas das seis maiores mineradoras do mundo.

A chegada da CVRD na região norte e nordeste do Brasil, mais especificamente nos estados do Pará e do Maranhão, veio com um grande projeto extrair mais de 12 milhões de toneladas de minérios anualmente, em torno do Projeto Ferro Carajás, como apresenta Manuel Tomás.

O Projeto Ferro Carajás se propunha extrair 12 milhões de toneladas anuais de minério de ferro a partir de 1979. Para o escoamento do minério da boca da mina até o litoral deveria ser construída uma linha férrea de duas vias, de 870 quilômetros de extensão, ligando Marabá (Pará) à Ponta da Madeira, na baía de São Marcos, no município de Itaqui (Maranhão), próxima a São Luiz, onde seria instalado um porto com capacidade para receber graneleiros de até 280 mil TDW. Em fevereiro de 1978, convencido da relevância do empreendimento, o Conselho de Desenvolvimento Econômico autorizou as obras da

Estrada de Ferro Carajás, iniciadas em julho seguinte, com a construção de 82 quilômetros iniciais (TOMÁS, 2006, p. 45-46).

O intuito desse empreendimento era extrair em larga escala o minério nessa região a partir do final da década de 1970. Para que tal projeto fosse viável, seria necessária a construção de uma malha ferroviária que ligasse a boca da mina, localizada na cidade de Marabá, até a cidade de São Luis.

Nesse mesmo projeto seria instalado um grande sistema portuário na Ponta da Madeira, baía de São Marcos, localizada na região do Itaqui Bacanga, para receber um grande contingente de minério, cerca de 280 mil toneladas.

A importância desse empreendimento se dá no momento em que a estatal está se firmando no mercado internacional como uma das maiores mineradoras do mundo. A escolha de São Luis não é por acaso, pois a capital do Maranhão tem maior proximidade com os portos europeus, comparado com os outros portos do Brasil nesse momento. Até hoje o porto do Itaqui Bacanga é considerado um dos mais relevantes para a CVRD.

No decorrer da década de 1970 a Vale começa suas pesquisas em busca de metais mais preciosos, tal como o ouro. As primeiras iniciativas da CVRD no setor aurífero remontam a meados dos anos 1970, quando foram iniciados os estudos tecnológicos para o aproveitamento do ouro encontrado em associação com o minério de ferro de suas reservas em Itabira.

Foi, contudo, na década de 1980, com a divulgação dos primeiros resultados das pesquisas realizadas pela Docegeo nos depósitos de minério aurífero por ela descobertos em 1978 no nordeste da Bahia, “que o ouro passou a figurar como uma alternativa atraente de investimento para a Companhia.” (TOMÁS, 2006, p.61).

É inevitável a atração pela extração do ouro pela Vale, pois, tal metal tem um grande suporte econômico para a empresa, tornando-se uma alternativa muito atraente para os investimentos do Estado.

Segundo Fatima Ferreira Russo (2002) os anos 1980 marcaram a consolidação da CVRD como importante prestadora de serviços de transporte, quando a Docenave tornou-se a maior transportadora mundial de minério de ferro, interligando quase todos os continentes, e também a empresa iniciou a sua produção de ouro. E já nos primeiros anos da década de 1990 a CVRD se torna a maior produtora de ouro da América Latina, até os dias atuais.



Em 1990, por meio do Decreto nº 1510, o então presidente da República, Fernando Collor de Melo criou, o Programa Nacional de Desestatização (PND). Anos depois, em 1997, o presidente Fernando Henrique Cardoso, seguindo à risca os planos de privatizações, incluiu a Companhia Vale do Rio Doce no PND, deixando a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) organizar os processos de privatização por meio de um leilão na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

Vários foram os argumentos usados pelo então presidente da República com o intuito de legitimar a privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

O primeiro argumento do governo foi a ausência de recursos livres do Estado para realizar tarefas típicas na promoção da educação básica, saúde, segurança pública, saneamento e habitação.

Segundo, o argumento era de que a Vale não conseguia fazer investimentos necessários para aumentar sua produtividade para obter maior taxa de retorno sobre o seu capital investido e que vinha perdendo capacidade de dar respostas adequadas às crescentes exigências dos mercados em que atuava.

Em terceiro, com a privatização, a Companhia seria capaz de continuar a cumprir papel relevante no novo ciclo de crescimento do país, “gerando riquezas e impostos, desenvolvimento tecnológico, aumento de exportações, novas oportunidades de emprego e atração de investimentos de longo prazo” (SILVA RIBAS, 2007, p. 20).

Outra razão alegada pelo governo, e essa com mais força, foi que o Estado já não teria condições de administrá-la e, ao vendê-la, o governo amortizaria uma parte da dívida pública interna e externa.

Incluiu-se a Companhia Vale do Rio Doce no Programa Nacional de Desestatização em 1º de junho de 1995, por meio do Decreto nº 1.510, assinado pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. A partir desta data, iniciaram-se os preparativos para o processo de privatização da companhia. “Em 1996, foi assinado o contrato entre o BNDES e os dois consórcios que fariam a avaliação econômico-financeira, a modelagem de venda e a oferta de ações para a privatização” (FERREIRA RUSSO, 2002, p. 44).

Para Fatima Ferreira Russo (2002) em fevereiro de 1997, aprovou-se o modelo de venda pelo Conselho Nacional de Desestatização - CND, órgão máximo da privatização constituído por seis ministros de Estado. Praticamente um mês depois, foi publicado o edital de venda da Vale, o qual continha como cláusula do modelo de venda aprovado

pelo governo que nenhuma empresa poderia adquirir mais de 13% do capital total da companhia.

Com a decisão de incluir a Vale no PND, surgiram vários contratemplos que o BNDES precisou enfrentar para concluir os preparativos para o leilão de privatização. As duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade - ADINs, que correram no Supremo Tribunal Federal - STF, movidas pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, contra a União, foram as grandes questões em tomo desse leilão. (FERREIRA RUSSO, 2002, p. 44).

Aparecem como empecilhos mais de 58 ações ligadas à privatização da Vale por problemas diversos. Outro fator de grande preocupação, o Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND representava 8% dos lucros da empresa aplicáveis em diversas obras de interesse social nos municípios de atuação da Vale. “Inúmeras polêmicas surgiram devido à dúvida com relação ao destino desses recursos após a privatização” (FERREIRA RUSSO, 2002, p. 44).

Na tarde do dia 6 de maio de 1997 ocorreu a venda dessa grande estatal brasileira na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, causando tumultos e atos de insatisfação com a privatização. A cobertura na imprensa na ocasião contabilizou 300 manifestantes em frente à Bolsa de Valores. Mas, ocorreram manifestações em todo Brasil, como iremos apresentar ainda neste capítulo, com ênfase nos jornais O Estado do Maranhão e Jornal Pequeno.

No leilão de privatização participaram dois consórcios: o Consórcio Brasil e o Consórcio do grupo Votorantim. O Consórcio Brasil, liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional- CSN venceu o leilão da Companhia Vale do Rio Doce, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

O grupo arrematou 41,73% das ações ordinárias do Governo Federal por US\$ 3,338 bilhões, correspondendo a um ágio de 19,99 % sobre o preço mínimo. “O financiamento aos compradores foi garantido por subsídios do BNDES. O lance final foi de R\$ 3.338.178.240,00 – o que representou um ágio de 19,9% em relação ao preço inicial fixado.” (VALE 2012, p. 250).

Na ressonância dos valores, a respeito da privatização da Companhia Vale do Rio Doce, podemos destacar ainda, Monica Piccolo (2010) que apresenta dados apontando que a venda dessa estatal foi a que mais arrecadou fundos para os cofres públicos.

Todavia, essa privatização foi a mais importante tanto em âmbito nacional como estadual.

Das empresas vendidas em 1997, a que garantiu a maior arrecadação foi a Companhia Vale do Rio Doce. Da totalidade de recursos adquiridos com as privatizações, 87% provieram da venda da maior siderúrgica do país. Se não por esse percentual, a privatização da Vale também assume destaque pelo fato de ter sido o único caso em que houve transferência de dívida pública para a iniciativa privada. Do montante final arrecadado em 1997, 44% foram representados por transferência de dívidas na privatização da empresa. (PICCOLLO, 2010, p. 336).

Na época da privatização o valor de mercado da Vale era US\$ 8,6 bilhões e estava classificada em 25º lugar na relação de companhias emergentes mais valiosas do mundo. Por isso que das empresas privatizadas no PND a CVRD foi a que mais arrecadou capital, com a finalidade de ser redistribuídos para segmentos essenciais, como educação e saúde, segundo o governo.

É interessante que a partir de sua privatização, todavia, em maio de 1997, “a CVRD realizou um grande processo de reestruturação organizacional, remodelando a estrutura funcional e instituindo um Programa de Demissão Incentivada”.

O quadro de pessoal passou de 15.483 funcionários para 10.865 e a empresa deixava de ser uma estatal e passava a integrar o mundo de negócios "globalizado". Podemos perceber na prática o que a política neoliberal representa para os trabalhadores, perda dos seus direitos e desemprego imediato. A diminuição do número de funcionários é uma prática que tem sido comum e faz parte das reestruturações organizacionais pelas quais passam as organizações a serem privatizadas, desencadeando o desemprego massivo (FERREIRA RUSSO, 2002, p. 45).

Hoje, a Vale está presente em 13 Estados brasileiros: Pará, Maranhão, Tocantins, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. E ainda, em 16 países: África do Sul, Angola, Argentina, Austrália, Chile, China, Estados Unidos, França, Gabão, Índia, Japão, Moçambique, Mongólia, Noruega, Peru e Suíça, e vem cada vez mais ganhando mercado.

No mais, mesmo o governo Federal jogando “goela abaixo”, com justificativas infundadas, a maior parte da população não aceitou de bom grado a privatização de uma das maiores mineradoras do mundo e a maior produtora de ouro da América Latina.

Uma empresa que nasce com intuito inicial de manter o armamento bélico e consequentemente se torna uma das maiores mineradoras do mundo.

Todavia, é preciso trazer a tona sobre a privatização dessa estatal com ênfase analítica nos impressos maranhenses, o Jornal Pequeno e O Estado do Maranhão, este último pertencente ao grupo dominante no Maranhão no período da venda da CVRD.

### **3.2 A privatização da CVRD no Jornal Pequeno e no jornal O Estado do Maranhão.**

Iremos construir um tópico sobre a privatização da Companhia Vale do Rio Doce a partir de uma perspectiva da imprensa maranhense, o Jornal Pequeno e O Estado do Maranhão, com um destaque para a oposição da Sociedade Civil<sup>63</sup> sobre essa privatização. Assim, vamos destacar os editoriais dos jornais e algumas reportagens sobre a privatização da Vale, em que a imprensa conferiu destaque ao grande número de liminares embargando o leilão da Vale e as várias manifestações contrárias por parte da sociedade brasileira e maranhense.

#### **3. 2. 1 Jornal O Estado do Maranhão: marcha, protestos e liminares contrárias à privatização da Vale.**

A venda da CVRD foi um fato que teve repercussão nacional e mundial nos meios de comunicação do Brasil, um evento de comoção nacional também pois a maior parte das instituições e da população foi contra a privatização dessa multinacional e multi-internacional. Foram várias liminares embargando o leilão da Vale. Os jornais locais estavam enfatizando essa contrariedade corriqueiramente em suas manchetes, reportagens, entrevistas e editoriais.

O jornal O Estado do Maranhão é um meio de comunicação pertencente ao um grupo político que estava no poder no período em que a CVRD foi leiloadada. É um impresso, como indicado no capítulo anterior, que foi comprado em maio de 1973, pelo então senador José Sarney, com propósito bem peculiar, um meio de propagar e mascarar certas notícias vinculadas ao seu grupo político. Foi e é um jornal que sempre faz coberturas apresentando a trajetória da oligarquia sarneísta e campanhas

---

<sup>63</sup> Sociedade Civil é um termo utilizado por Antonio Gramsci, no qual, dentro da Sociedade Civil existem várias instituições, tais como igrejas, escolas, meios de comunicação e sindicatos, etc, responsáveis por elaborar a vontade coletiva.

apresentando os candidatos desse grupo como o melhor para governar o Estado. Este jornal fez campanha aberta e direta na primeira e na reeleição da Roseana Sarney.

No decorrer dos embates e combates da privatização da Vale, o jornal O Estado do Maranhão enfatizou reportagens e editoriais em favor dos protestos e contrários à privatização dessa empresa.

Tal posicionamento pode estar relacionado às disputas eleitorais, ou seja, a reeleição da Roseana Sarney. Assim, mesmo tendo apoiado FHC nas eleições presidências de 1994 era contrário, pelo menos o jornal, ao projeto privatista da Vale.

Iremos destacar uma reportagem em que o jornal enfatiza o anseio das camadas populares, neste caso os movimentos sem-teto e sem-terra, junto com os movimentos sindicalistas, que saíram em marcha contra o leilão da Vale.

Nem o sol forte ou a chuva que caiu ontem de manhã desanimou os integrantes da Marcha São Luis, em defesa da Companhia Vale do Rio Doce. A caminhada foi pacífica e reuniu mais de duas mil pessoas, entres sindicalistas e integrantes dos Movimentos Sem-Terra e do Fórum de Defesa da Moradia. Na Bagagem dos sem-terras não faltaram as bandeiras vermelhas do MST, panelas e mulheres carregando crianças no colo. Os manifestantes percorreram cerca de 25 km a pé entre o Bairro do São Cristóvão – ponto de encontro dos sem-tetos e do sem-terras – até o porto da Ponta da Madeira, onde permaneceram em vigília contra a privatização da CVRD. Houve uma parada ao meio-dia para um ato de protesto na praça Deodoro, onde as lideranças políticas e sindicais ressaltaram seus posicionamentos contra a privatização da empresa. (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, 1997, p. 01)<sup>64</sup>

Mesmo com os empecilhos naturais, os movimentos contrários à privatização da Vale não se acuaram, permaneceram firmes e fortes em favor de uma grande empresa em território maranhense. Assim destaca o jornal, que de certa forma está “dando” voz aos embates dos movimentos sociais, na esfera da Sociedade Civil.

Em uma perspectiva gramsciana, na Sociedade Civil as instituições, como o destacado no jornal, movimentos sindicais e Sem-terras e Fórum de Defesa da Moradia, estão funcionando como partidos e estão contrários ao projeto privatista da classe dirigente, a privatização da CVRD, e estão organizando a vontade coletiva em prol dos interesses da camada social que não estão sendo atendidos por esse projeto privatista.

---

<sup>64</sup> Título: Marcha protesta contra a venda da Vale; subtítulo: caminhada reúne sem-tetos e sindicalistas nas ruas da cidade. Caderno, cidades.

“Os partidos nascem e se constituem como organização para dirigir a situação em momentos historicamente vitais para suas classes”. (GRAMSCI, 2012, p. 62).

Foram manifestações no Brasil inteiro contrariando o projeto do governo federal. A sociedade ludovicense não ficou de fora desses movimentos. E como destacado, o jornal O Estado do Maranhão “deu” ênfase para os manifestantes da capital maranhense.

Muitos maranhenses insatisfeitos sobre essa política econômica de privatização do presidente FHC saíram em protesto. A capital São Luís saiu em vigília nos primeiros rumores de privatização da Vale, por boa parte da cidade, como apresenta o Jornal O Estado do Maranhão.

Nos mais de 10 km da Praça Deodoro à sede da Companhia Vale do Rio Doce, os manifestantes contrários à privatização da Estatal conseguiram várias adesões e chegaram em cerca de duas mil pessoas, depois das 18h. Os manifestantes permaneceram em vigília cívica durante toda a noite de ontem mesmo depois de tomarem conhecimento da suspensão do leilão e garantiram que só sairiam do pátio na manhã de hoje. Na chegada à CVRD, os manifestantes acederam velas pretas e assentaram o caixão simbólico do presidente Fernando Henrique Cardoso. Estudantes, pessoas do povo, homem, mulher, crianças e varias entidades enfrentaram o mal tempo da tarde de ontem pedindo, em palavras de ordem, o retrocesso da privatização da Vale. A surpresa maior foi a barreira formada pelo batalhão de choque da Polícia Militar, a pedido da Justiça Federal, como medida de precaução para evitar tumultos no interior da empresa. (O ESTADO DO MARANHÃO, 29 de Maio de 1997, p. 6)<sup>65</sup>

Não foi fácil para o governo, houve resistência. A privatização da CVRD causou comoção nacional, chegando de norte a sul varias tipos de manifestações contrárias a essa privatização. Logo no primeiro momento em que o governo federal anunciou o leilão da Vale para o dia 28 de Abril, vários segmentos sociais se organizaram em protesto.

São Luís se organizou em torno de uma vigília. Foram mais de 10 km percorridos pelos manifestantes ludovicenses em campanha, em favor da estatal brasileira. Percebemos que, com o decorrer da caminhada rumo à sede da empresa, situada na área Itaquí Bacanga, tiveram várias adesões em favor da Vale. Os manifestantes fizeram uma vigília no pátio da empresa, e como ato de insatisfação, contrariando o atual presidente federal, “cavaram sua corva”, com um caixão simbólico e acenderam velas pretas.

---

<sup>65</sup>Reportagem com o título **SL FAZ VIGILIA CONTRA O LEILÃO** e o subtítulo: *Cerca de 2 mil pessoas encerram marcha à frente do pátio da Vale.* Caderno o País.

A mobilização contrária à privatização era diversificada, como aborda o jornal. Eram homens, mulheres, trabalhadores, desempregados, estudantes e não estudantes e várias entidades, manifestando seus repúdio ao processo de privatização da Vale.

Percebemos que a sociedade maranhense, ou parte dela, estava mobilizada em favor da CVRD. Isso apenas enfatiza que a estatal foi privatizada, mas teve suas contrariedades por parte do “povo”. Uma medida impopular que o presidente FHC conseguiu vencer.

No entanto, não foi fácil para os manifestantes da vigília em prol da Vale. Chegando ao pátio da empresa, já se encontrava uma guarnição da policia militar esperando-os. Contudo, a manifestação em São Luís mostrou-se um ato pacifico. Diferentemente do que ocorreu no Rio de Janeiro que terminou em tumulto, “**RIO** – Empurra-empurra, agressões e discussões entre policiais militares e manifestantes marcaram, no início da noite de ontem, o protesto em frente a Bolsa de Valores, no centro do Rio, contra a privatização da companhia Vale do Rio Doce”. (O ESTADO DO MARANHÃO, 29 DE ABRIL DE 1997, p. 7)<sup>66</sup>.

A policia militar faz parte do Estado Restrito, na concepção gramsciana, na qual, funcionando como um aparato coercitivo para salvaguardar um projeto que venha se tornar hegemônico nos moldes desse Estado, “mas também esse momento não é algo indistinto e identificável imediatamente de forma esquemática; nele podem-se distinguir dois graus o militar em sentido restrito ou técnico-militar e o grau que pode ser chamado de político-militar” (GRAMSCI, 2012, p. 43)

A briga não foi apenas no seio Sociedade Civil contra a política econômica de privatização da Companhia Vale do Rio Doce adotada pelo presidente FHC. Dentro do Estado Restrito<sup>67</sup> também correram contrariedades, (no quesito privatização Vale). Foram “chuvas” de liminares impedido que o leilão da Vale ocorresse. Só em São Luis, no prazo de um dia, foram expedidas quatro liminares impedido o leilão da Vale, isso no dia 28 de Abril de 1997. “O juiz Federal da 3ª vara no Maranhão Leomar Barros

---

<sup>66</sup> Reportagem com o título: VENDA DA VALE GERA TUMULTO NO RIO. E subtítulo: *manifestantes contrários a privatização da estatal enfrentaram policiais na bolsa de valores onde ocorrerá o leilão* ( Caderno, PAIS, O ESTADO DO MARANHÃO, 29 DE ABRIL DE 1997, p. 7).

<sup>67</sup> É um termo elaborado pelo filosofo Italiano Antônio Gramsci, que já foi exposto na introdução desse trabalho.

Amorim concedeu ontem às quatro liminares cancelando o leilão da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)”. (O ESTADO DO MARANHÃO, 29 de abril de 1997, p. 3)<sup>68</sup>.

No entanto, o BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), tinha em prontidão vários advogados que há dias estavam na expectativa, esperando para embargar essas liminares.

Os advogados do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social) gestor do processo de privatização brasileiro, que a quinze dias fazem plantão na sede da Justiça Federal, em São Luis, entraram em ação logo que saiu a primeira liminar. (O ESTADO DO MARANHÃO, 29 de abril de 1997, p. 3)<sup>69</sup>.

Foi um briga judicial. Enquanto saiam liminares em instâncias regionais embargando o leilão da Vale, por outro lado, o governo conseguia cassar essas liminares apelando para as instâncias que estavam de acordo com o seu projeto de privatização. “O Tribunal regional Federal da 1ª Região em Brasília cassou ontem quatro liminares concedidas pelo Juiz da 3ª Vara no Maranhão, Leomar Barros Amorim, cancelando o leilão da Companhia Vale do Rio Doce.” (O ESTADO DO MARANHÃO, 30 de Abril de 1997, p. 9)<sup>70</sup>.

Esse “jogo” judicial foi movimentando-se até o dia 06 de maio de 1997, quando o governo federal ganhou a guerra das liminares e da maioria da sociedade brasileira, com a concretização do leilão que passou para as mãos do capital privado a Companhia Vale do Rio Doce. Neste dia ocorreram manifestações pelo Brasil inteiro, assim como ocorreu no ultimo dia 28 de abril, quando foi embargada a primeira tentativa de leiloar a estatal.

Como já mencionado, o leilão ocorreu no dia 6 de Maio de 1997, na Bolsa de valores do Rio de Janeiro. Neste dia, foi arquitetado um grande aparato de segurança por parte da própria Bolsa de Valores, para não ocorrer tumultos, como aconteceu anteriormente. Foi organizando um grande esquema de segurança por parte da Polícia militar do Rio, contando com um contingente ultrapassando mil homens. Assim destaca o jornal O Estado do Maranhão.

---

<sup>68</sup> Reportagem com o título: QUATRO LIMINARES SÓ EM SÃO LUIS. *JUIZ DA. E subtítulo: 3ª Vara Federal acata ações que poderão ser cassadas.* (O ESTADO DO MARANHÃO, 29 de abril de 1997, p. 3) Caderno, Política.

<sup>69</sup> Reportagem com o título: QUATRO LIMINARES SÓ EM SÃO LUIS. *JUIZ DA. E subtítulo: 3ª Vara Federal acata ações que poderão ser cassadas.* (O ESTADO DO MARANHÃO, 29 de abril de 1997, p. 3) Caderno, Política.

<sup>70</sup> O Título Da Reportagem, Justiça cassa liminares Do MA. E O Subtítulo é *Advogados Do BNDES agem rápido e conseguem Revogação das medidas* (P. 9. Caderno, Economia, 30 De Abril De 1997)



A Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e a Polícia Militar não querem correr o risco de estarem despreparadas para novas manifestações contra o leilão da Vale. O esquema de policiamento para o leilão, segundo o tenente-coronel Pedro Patrício Filho, seria reforçado. Desta vez, está prevista a participação de quase mil homens na segurança, contra em efetivo de cerca de 800 policiais mobilizados na primeira tentativa. (O ESTADO DO MARANHÃO, 6 DE Maio de 1997, p. 10)<sup>71</sup>.

Com o apoio do STJ (Superior Tribunal de Justiça), que derrubou todas as liminares que embargavam o leilão da estatal CVRD, o governo federal conseguiu leiloar a mesma. E com a coerção do aparato repressivo militar, ocorreu a concretização do projeto privatista.

Dito isto, em perspectiva gramsciana, as instâncias que ficam no seio do Estado Restrito, tal como a Polícia Militar, e os aparatos burocráticos judiciais foram responsáveis por garantir o projeto que veio a se tornar hegemônico, a venda da CVRD ao Consórcio Brasil. “O Consórcio Brasil liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional, arrematou o controle da Vale por R\$3.338.178.240, com o ágio de 19,99% sobre o preço mínimo”. (O ESTADO DO MARANHÃO, 7 de Maio de 1997, p. 9)<sup>72</sup>.

A privatização da Companhia Vale do Rio Doce foi um grande conflito dentro da sociedade brasileira. Foram “chuvas” de liminares embargando o leilão. Em contrapartida, o governo federal conseguia derrubar essas liminares com o apoio de suas instâncias judiciais. Assim, percebemos, na leitura gramsciana, com essa briga judicial, foi uma disputa no âmbito do Estado Restrito, pelo projeto que pretendia ser nacional, ocorrendo uma fissura no bloco do poder dentro do Estado Restrito.

Nas leituras das reportagens e editoriais do jornal O Estado do Maranhão eram destacadas as manifestações contrárias à privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Esse jornal dava visibilidade às manifestações e apresentava-se contra a privatização da estatal.

A partir da leitura do editorial no qual vamos externar para apresentar o posicionamento do jornal, percebemos que o mesmo é contra a privatização da Vale e a

---

<sup>71</sup> O título da reportagem é: LEILÃO DA VALE PODE ACONTECER HOJE. E o subtítulo: *STJ SUSPENDE TODAS AS LIMINARES CONTRA A VENDA DA ESTATAL E BOLSA DE VALORES MONTA ESQUEMA ANTI-MANIFESTAÇÃO*. (Caderno, ECONOMIA, 1997, p. 10).

<sup>72</sup> Reportagem intitulada CONSÓRCIO BRASIL COMPRA A VALE. Subtítulo: Transferência de ações para o capital privado ainda depende da Justiça, que colocou a leilão sob juízo (7 de Maio de 1997, Caderno, economia, p, 9)

favor das manifestações populares, chegando a criticar o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Disposição do plano em vender a Vale do Rio Doce, atropelado a vontade popular manifestada na Justiça e na nas ruas, parece hoje muito mais um capricho do que uma ação de governo destinada a atender supostos interesses nacionais. E pior, o governo, na sua birra, chega a desprezar o direito do povo de externar sua posição ao classificar as manifestações contrárias à privatização da Vale de “histeria do contra”. Com sua habilidade no jogo de palavras, o presidente da República deixa aberto, assim, o caminho para carimbar de “histeria” toda e qualquer manifestação em posição aos atos do governo. (O ESTADO DO MARANHÃO, 4 de Maio de 1997, p. 4)<sup>73</sup>.

No editorial, o jornal o Estado do Maranhão critica a atitude do presidente em atropelar a soberania popular enfatizada nas manifestações, vigílias e também nas instâncias judiciais, que são contrários a venda da Vale.

Segundo o jornal, a privatização da CVRD é muito mais uma capricho do presidente do que realmente atende aos interesses nacionais. “Birra” do presidente como externa o jornal. O presidente despreza as manifestações do povo brasileiro em chamar de “histeria” a atitude de posicionar-se contra essa privatização, como se as manifestações não fossem válidas, e que apenas o presidente “fosse o certo”.

Fica aqui claro o posicionamento do jornal, contrário a essa privatização, e em apoio às manifestações contrárias. O jornal vai ainda mais longe, acusando o presidente de autoritário e favorável às lideranças que dão suporte a sociedade civil em manifestar-se. “A verdade é que Fernando Henrique parece convencido de que só ele sabe o que é bom para o Brasil, mesmo que a sociedade civil, através das suas lideranças mais representativas, como agora no caso do leilão da Vale, entenda o contrário”. (O ESTADO DO MARANHÃO, 4 de Maio de 1997, p. 4).

É importante frisar, este jornal pertence ao grupo que estar no poder no estado do Maranhão, a oligarquia Sarney, e esse mesmo grupo apoiou Fernando Henrique na eleição de 1994. E agora fica criticando-o, por um projeto, no qual esse grupo adotou, a implementação de políticas neoliberais.

Todavia, percebemos que há um interesse por trás disso, a reeleição da candidata da oligarquia Roseana Sarney no ano seguinte, em 1998. Esse grupo vai alegar que foi contrário à privatização da maior mineradora do mundo em sua campanha eleitoral,

---

<sup>73</sup> Editorial: O preço do leilão 04 de maio de 1997 4 de Maio de 1997– p. 4.

enfatizando que esteve do lado do povo e foi contrario à venda da Vale, com intuito de conseguir o maior numero de votos possíveis.

Percebemos tal estratégia no próprio editorial, que afirma que o presidente irá pagar caro sendo contrário ao povo no processo de privatização da Vale, enfatizando que.

O leilão da Vale sem dúvida produzirá consequências políticas devastadoras para o seu sonho de permanecer no poder por mais um mandato. Reprimindo e ignorando no episódio, o povo saberá das nas urnas, no pleito de 98, a resposta àquele que preferiu fazer ouvido mouco justo à fonte do seu poder (O ESTADO DO MARANHÃO, 4 de Maio de 1997, p. 4).

No mais, a real intenção do jornal O Estado do Maranhão, pertencente ao grupo dirigente, sendo favorável às manifestações e contrario à privatização da CVRD, é uma estratégia politica em capitanear votos nas eleições de 1998, popularizando a governadora Roseana Sarney, usando o discurso que esteve do lado do povo quanto à venda da Vale, para promoção de sua reeleição.

### **3. 2. 2. Jornal Pequeno contra a privatização da CVRD**

O Jornal Pequeno foi um jornal fundado em 29 de maio de 1951, lançado em São Luis pelo jornalista José de Ribamar Bogéa, num momento em que todos os órgãos de imprensa do estado, de uma forma ou de outra, achavam-se vinculados a grupos ou partidos políticos.

O Jornal Pequeno, ainda em seus primórdios, fez história porque surgiu na condição de único órgão de imprensa conceitualmente apartidário, fora de todas as propostas e propósitos políticos vigentes. De tamanho restrito e feição gráfica modestíssima, o Jornal Pequeno hoje tem 66 anos de existência. O sentido de liberdade, porém, ainda é o mesmo, a isenção diante dos fatos e da notícia, nas palavras de seus proprietários, se mantém intacta. Ainda representaria, assim, a trincheira dos anseios e da vontade popular.

O Jornal Pequeno, dessa forma, se apresentava como de cunho apartidário e não apoiava linhas políticas. Seu principal propósito era dar voz ao povo, às camadas populares. No entanto, seu posicionamento político era e ainda continua sendo de oposição ao grupo oligárquico Sarney, tendo sua trajetória marcada pelas críticas a tal grupo.

No período do processo de privatização da Vale, esse jornal veicula reportagens sobre as ações populares, liminares e manifestações contrárias à venda da estatal. Assim como o jornal O Estado do Maranhão, o Jornal Pequeno estava aliando-se às manifestações nacionais e regionais sobre o leilão da CVRD, como podemos perceber no trecho a seguir:

É de autoria do advogado e procurador do município Vagner Lago, a primeira ação popular contra a venda da Companhia Vale do rio Doce (CVRD). Ele protocolou a documentação ontem dia 25 às 10h, na Justiça Federal do Estado do Maranhão, que duas horas depois recebeu semelhante patrocinada por parlamentares e lideranças Sindicais. “Devemos buscar todos os recursos que visem impedir que esse rico patrimônio do povo brasileiro seja entregue a conglomerados econômicos nacionais ou estrangeiros apenas para atender os interesses do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC)”. Afirma Vagner Lago. (JORNAL PEQUENO, 26/04/1997).<sup>74</sup>

A venda da Companhia Vale do Rio Doce foi um processo conturbado e que não ocorreu sem que houvesse resistência por parte da sociedade, principalmente das camadas populares e de lideranças sindicais. E saiu do município São Luís umas das primeiras liminares contrárias a venda da Vale.

Podemos perceber que o jornal pequeno está dando ênfase para essa resistência, em que os anseios populares não estão em questão, com a venda dessa empresa, e sim os interesses políticos e econômicos da classe dominante dirigente, querendo continuar como classe hegemônica no poder, consolidando seu projeto político, ou seja, garantindo a consolidação do neoliberalismo por meio da privatização de umas das maiores mineradoras do mundo, a CVRD.

Neste caso, o Jornal Pequeno está agindo dentro da Sociedade Civil como um aparelho contra-hegemônico, pois esta vinculando reportagens sobre os anseios populares contrários a venda da Vale, ou seja, contrariando o projeto que está construindo-se como nacional.

O juiz da sexta vara da Justiça de São Paulo concedeu liminar suspendendo o leilão das ações da Vale do Rio Doce. A ação civil pública foi impetrada por um grupo de juristas de São Paulo. O BNDS informou que o TCU aprovou, ontem, por unanimidade, o processo de privatização da Vale. A direção do BNDES acredita que ainda há tempo para derrubar a liminar antes do leilão. E confirma a intenção

---

<sup>74</sup> **Ação popular contra a venda da vale.** Jornal pequeno, 26 de abril de 1997.

de realiza – ló na próxima terça – feira. (**JORNAL PEQUENO**, 25 de Abril de 1997, p. 8)<sup>75</sup>.

Surgiram ações civis públicas no Brasil inteiro em favor da Companhia Vale do Rio Doce. O Jornal Pequeno traz destaque para uma liminar que saiu em São Paulo suspendendo o leilão da Vale. No entanto, os advogados do banco responsável por organizar o leilão estavam atentos a qualquer tipo de empecilhos, ou seja, seguido estritamente a vontade do governo federal. Percebemos, por um lado, que havia juristas seguindo os anseios populares, concedendo liminares embargando o leilão da Vale; por outro, o governo usava seu aparato burocrático para o leilão acontecer. Fogo cruzado na esfera política judicial

O leilão da Companhia Vale do Rio Doce ocorreu em 07 de maio de 1997, e vários jornais maranhenses destacaram esse ocorrido, mas a ênfase desse trabalho é apresentar o enfoque do jornal Pequeno e o estado do Maranhão. Portando o vamos enfatizar no jornal pequeno tal enfoque apresentado a seguir:

Os protestos contra a venda da Vale levaram milhares de pessoas às ruas. No Rio, manifestantes queimaram um boneco simbolizando o presidente Fernando Henrique Cardoso. A passeata seguiu para a frente da bolsa de valores. A área já estava cercada, mas os manifestantes romperam a barreira e no início da noite houve tumultos... Na guerra dos tribunais, os autores de ações contra a privatização conseguiram, até o início da noite passada, 9 liminares para impedir o leilão. Duas foram derrubadas, mas o governo não conseguiu cassar a liminar concedida sexta – feira, em São Paulo.<sup>76</sup>

Os primeiros indícios sobre a privatização da Vale levaram milhares de pessoas às ruas, em protesto contra essa venda. A maior parte da sociedade brasileira estava insatisfeita com essa privatização, sobretudo, indignada com Presidente da República, queimando bonecos simbolizando-o.

Em contrapartida o Estado usou seus aparatos repressivos e coercitivos para manter a “ordem” e que o leilão ocorresse. Houve uma guerra de liminares embargando esse leilão, percebemos que apenas em um dia saíram mais de nove em todo o país, e poucas eram derrubadas pelo governo.

---

<sup>75</sup> Reportagem com o título **Suspenso Leilão da Vale**. Jornal Pequeno.

<sup>76</sup> **Justiça Suspende Leilão da Vale** (JORNAL PEQUENO 29 de Abril DE 1997, p. 8). Últimas Notícias.

Notoriamente, o Jornal Pequeno, um impresso que não tem tanta visibilidade dentro do estado do Maranhão, enfatiza a guerra judicial sobre o processo de privatização da Vale, e também as manifestações contrárias a venda dessa estatal.

Mesmo com a batalha judicial entre instâncias do Estado Restrito sobre um projeto nacional, uma contrariedade dentro do bloco no poder, o grupo dirigente tinha a força maior, uma segurabilidade no seio do Estado Restrito, o STJ. No dia do leilão, dia 06 de maio, o STJ, através do Ministro Demócrito Reinaldo, conseguiu derrubar todas as liminares que embargavam o leilão.

Sai a decisão do Superior tribunal sobre a Vale do Rio Doce. O BNDES marcou o leilão para hoje. Bastou Advocacia Geral de a União mandar as informações que faltavam, no início da noite, o ministro Demócrito Reinaldo deu liminar que o governo queria, suspendendo todos os processos é designados o juiz da Nova Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro para julgar, em caráter provisório, as medidas consideradas de urgência. Era o sinal verde que faltava para o governo realizar o leilão da Vale. Mas, segundo o BNDES, isso só não pode ser dedicado hoje pela nona Vara Federal do Rio de Janeiro. (JORNAL PEQUENO, 1997 p. 8)

A briga foi tensa, mas o governo federal conseguiu ganhar essa guerra, com o uso da força coercitiva dos seus aparatos burocráticos, a Polícia Militar e a Justiça. O governo conseguiu colocar em prática o seu projeto neoliberal, trazendo na sua agenda a privatização de grandes e pequenas empresas, com a justificativa de arrecadar capital para pagar as dívidas do Brasil e ampliar os investimentos em setores sociais, como saúde e educação.

O Jornal Pequeno agiu como um propagador de informações sobre esse ocorrido, noticiando várias reportagens sobre o fato. Esse impresso usou suas páginas para propagar as manifestações da sociedade brasileira, que a maior parte era contrária a privatização.

Com a venda da Vale o Estado no sentido Restrito, buscou a harmonia dos seus interesses como classe dirigente e dominante. Afirmou-se como um Estado hegemônico em suas instâncias, determinando a vontade dos dominados, “um Estado hegemônico não oscila, já que ele mesmo determina a vontade dos outros e não é determinado por esta” (GRAMSCI, 2012, p. 87).

Mesmo com tantas manifestações, ocorreu o leilão que privatizou a Companhia Vale do Rio Doce, no dia 06 de maio de 1997 na Bolsa de valores do Rio de Janeiro. Na

porta dessa instituição muitos insatisfeitos ainda protestaram, ocorrendo enfrentamento entre manifestantes e policiais militares, como apresenta o jornal:

Manhã tensa na porta da bolsa de valores do Rio de Janeiro. Desde cedo os protestos contra a venda da Companhia Vale do Rio Doce transformaram o centro do rio num campo de batalha. Manifestantes e policiais se enfrentaram com bombas e pedras. Mais de 800 homens, com apoio de cães, da cavalaria e do brucutu, um carro usado para dispensar manifestantes. Foi esse o superesquema de segurança que isolou a Bolsa de Valores no Centro do Rio, numa estratégia da Polícia para evitar acontecimentos como o de anteontem à noite, quando manifestantes conseguiram furar o bloqueio e acabaram entrando em choque com a PM. (JORNAL PEQUENO, 06/05/1997)<sup>77</sup>

Na concepção gramsciana, dentro da Sociedade Política ou “Estado Restrito” o projeto se torna hegemônico com o consenso ou com o uso da força. Foi o que aconteceu com a venda da Vale. Os aparatos policiais agiram como aparelhos repressivos na manutenção do leilão que vendeu a Vale.

Nessa reportagem, veiculada pelo Jornal Pequeno, podemos destacar os aparatos repressivos do Estado no sentido Restrito, com o uso da força para a manutenção do projeto que está tornando-se hegemônico com a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, mesmo havendo resistência por parte da Sociedade Civil.

Apesar da atuação como de um aparelho de contra-hegemonia, o Jornal Pequeno, que era contrário a essa privatização, nada adiantou. O projeto foi assegurado por meio da coerção, com o uso das instâncias judiciais, aparato do Estado Restrito. Grosso modo, a Companhia Vale do Rio Doce foi leiloada no dia 06 de maio de 1997, e Jornal Pequeno deu ênfase para a concretização da venda dessa estatal.

Concretizada a venda da Companhia Vale do Rio Doce. O BNDES, responsável pelo processo de privatização, já recebeu o cheque de pagamento; o maior valor já emitido na história econômica do Brasil: 3 bilhões, 199 milhões, 974 mil, 496 reais. Foi o quanto custou a liquidação financeira da Vale do Rio Doce. O valor corresponde a 40% das ações no leilão, que pertenciam à União. Os outros 139 milhões de reais foram depositados nas contas dos acionistas minoritários que também venderam as ações no leilão. (JORNAL PEQUENO, 07/05/1997).<sup>78</sup>

Podemos perceber que com a concretização da venda da Vale o projeto da privatização foi assegurado e se tornou hegemônico. O Jornal Pequeno ressaltou a quantia que a Vale foi vendida, quase R\$ 3 bilhões e 200 milhões de reais.

---

<sup>77</sup> **Venda da vale provoca tumultos e sangue no país inteiro.** Jornal Pequeno, 06 de maio de 1997.

<sup>78</sup> **Concretizada a venda da Vale.** Jornal Pequeno, 07 de maio de 1997.

No decorrer das leituras e análises dos jornais O Estado do Maranhão e Jornal Pequeno, percebemos que os dois jornais estavam contrários a privatização da companhia Vale do Rio Doce, apresentando imensas reportagens com ênfase na luta social e judicial.

Podem ser posições iguais, mas com interesses distintos. Enquanto o Jornal Pequeno visa apresentar a luta oposicionista do povo e da Justiça, o jornal O Estado do Maranhão é contrário à essa privatização em função de interesses político-partidários pois a privatização de empresas estatais foi realizada pelo governo Roseana. No entanto, ambos jornais usaram suas páginas para apresentar um enfoque da luta da sociedade brasileira contra a venda da maior mineradora do mundo.

### **3. 3. Um projeto para o ensino e aprendizagem**

As principais interpretações acerca do processo de consolidação do neoliberalismo no Brasil e o posterior processo de reestruturação das relações entre Estado e Sociedade implementada pelos governos nos anos noventa e nos primeiros anos do século atual, são hegemonicamente construídas nos grandes centros do país. Estudos que são produzidos nas universidades do centro-sul são nacionalizados e vistos como capazes de dar conta das especificidades regionais.

Tal situação incide diretamente no Ensino da História. Assim, as singularidades do período que aqui foram analisadas e apresentadas são diluídas diante das interpretações presentes no material didático usados nas escolas maranhenses que, sem sua grande maioria, são elaborados por historiadores do Rio de Janeiro e São Paulo.

Assim sendo, as páginas a seguir serão destinadas a contribuir para reversão de tal quadro ao ter como objetivo principal aproximar o cotidiano escolar das pesquisas desenvolvidas no âmbito da academia e foram construídas a partir da pesquisa desenvolvida como bolsista PIBEX<sup>79</sup>.

Nessa perspectiva, a análise agora apresentada foi divulgada nas escolas da Rede Básica do estado do Maranhão, com a Publicização do material pesquisado há dois anos nos acervos dos jornais O Estado do Maranhão e Jornal Pequeno. Foi realizado o

---

<sup>79</sup> A construção desse tópico surgiu com o intuito de apresentar o desenvolvimento do meu projeto PIBEX fomentado por essa universidade. Pois, no decorrer do desenvolvimento desse projeto, veio à tona inquietações destoantes sobre o ensino de História do Maranhão e, por isso, não poderia deixar de lado questões que fizeram parte de dois anos de pesquisa e aprendizagem sobre os governos Roseana Sarney (1995-2002).



levantando das publicações de tais impressos acerca do período dos governos Roseana Sarney de 1995-1998 e, sobretudo, a privatização da CVRD.

Tal acervo, que já se encontra fotografado, digitalizado e, agora, está em processo de sistematização em um banco de dados, será disponibilizado nas escolas pelos bolsistas<sup>80</sup>.

Junto a esse processo de apresentação do acervo, serão articuladas propostas de atividades pedagógicas aos professores como forma de transformação da dinâmica pedagógica do ensino dos elementos constitutivos do governo estadual exercido por Roseana Sarney entre os anos de 1995 a 1998.

O tema central da pesquisa foi à investigação do processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce, ocorrida em maio de 1997, sob a perspectiva da imprensa local, mais especificamente, os Jornais O Estado do Maranhão e Jornal Pequeno. Foi em cima dessa temática a construção desse trabalho, apresentando a historiografia sobre neoliberalismo, sobre o governo Roseana Sarney e análise dos impressos já mencionados.

Os principais objetivos desse projeto<sup>81</sup> que foram colocados em prática com o seu desenvolvimento do mesmo foram: articular a produção acadêmica a alunos-leitores das escolas públicas da Rede Básica de Ensino do estado do Maranhão<sup>82</sup>. Maranhão e disseminar essa produção acadêmica entre um público mais amplo, situado fora das universidades.

Além de promover a dinamização da prática pedagógica do ensino de História nas escolas da Rede Básica de Ensino, voltado ao período do governo de Roseana Sarney recuperando as especificidades maranhenses diante de um processo maior de consolidação do neoliberalismo no Brasil a partir da vitória eleitoral de Fernando

---

<sup>80</sup> Por mais de quatro anos bolsistas do NUPEHIC – Núcleos de pesquisa em História Contemporânea, coordenado por Monica Piccolo Almeida, executaram um trabalho árduo e dedicado de fotografar e digitalizar um enorme acervo de reportagens de todos os impressos de circulação no estado do Maranhão do período que antecede o golpe de 1964 e que vai até o começo dos anos noventa.

<sup>81</sup> O projeto aqui proposto foi desenvolvido concomitantemente ao projeto, financiado pela FAPEMA, intitulado “Organização, Indexação, Informatização e Publicização do Acervo Documental sobre História Contemporânea Brasileira Presente no Maranhão (1964-2002)”. Assim, ao mesmo tempo em que a pesquisa sobre o acervo dos impressos O Estado do Maranhão, Jornal Pequeno e O Imparcial estiver sendo realizado pelo conjunto de bolsistas (no total de sete), tal acervo foi utilizado pelos alunos vinculados ao projeto agora proposto nas escolas.

<sup>82</sup> O Público-Alvo do projeto foi atender (presencialmente), no mínimo, duas escolas da rede pública situadas no município de Primeira Cruz, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio.

Henrique Cardoso em 1994 com análise da cobertura da imprensa local sobre o processo de privatização da companhia Vale do Rio Doce<sup>83</sup>, ocorrido em maio de 1997.

Teoricamente, o uso de impressos como opção metodológica pode em muito contribuir para desnaturalizar interpretações clássicas sobre a História que impedem que as especificidades locais sejam destacadas.

Segundo Tânia de Luca (2011), a utilização de jornais pode ser um profícuo caminho para a elaboração de outras interpretações sobre a História. Tal perspectiva, ao nosso ver, pode ser ainda mais importante e transformadora quando os impressos deixarem de ser fonte de pesquisa especificamente nos âmbito restrito da academia e penetrar no cotidiano escolar.

Segundo Magali Angel (2007) há atualmente sinais de mudanças importantes que, de um lado, indicam um crescente questionamento da perspectiva preconceituosa em relação ao ensino de História e, de outro, apontam o paulatino movimento de professores dos departamentos de história das licenciaturas, no sentido de assumirem a responsabilidade, ao lado dos professores das faculdades ou dos departamentos de educação, na formação de profissionais da área de ensino.

Contudo, é inquestionável que tais mudanças se vêm operando em ritmo bastante lento e, muitas vezes, de forma muito restrita. Entre as inúmeras dificuldades, é preciso mencionar, primeiramente, a permanência, nos meios universitários, de convicções que hierarquizam pesquisa e ensino, sendo atribuído à primeira o papel de criar/produzir o conhecimento, que caberá ao segundo reproduzir.

O ato de ensinar é visto, assim, como mera repetição dos saberes de referência – no nosso caso, a história – por meio de uma linguagem didática e, portanto, simplificada, quase sempre distorcida.

A partir do apresentado acima, as reflexões aqui apresentadas pretendem contribuir para esse movimento maior que já ocorre em alguns dos grandes centros universitários em favor de uma maior aproximação entre pesquisa e ensino em busca de uma produção acadêmica que não esteja de costas para a sociedade e distanciada da sala de aula do Ensino Básico.

Assim, repensar os (des)caminhos da consolidação do neoliberalismo no Brasil em busca das especificidades do Maranhão, a partir da análise do processo de

---

<sup>83</sup> Toda a construção dessa monografia foi baseada nesse projeto, sempre apresentado uma perspectiva de pesquisa histórica, voltado para a aplicabilidade para o ensino, com intenção posterior de um projeto de mestrado no curso de História da Universidade Estadual do Maranhão.

privatização da companhia Vale do Rio Doce, e compartilhar os resultados desse repensar com as escolas da Rede Básica, pode em muito contribuir para a superação do fosso ainda hoje existente entre universidade e sociedade. Caminho profícuo, acreditamos, para reversão dos perversos índices educacionais do estado do Maranhão.

Metodologicamente, em primeiro lugar, foi selecionado o material dos impressos que proporcionaram a construção de estratégias pedagógicas que possibilitaram a diversificação do ensino da História do processo de introdução das reformas neoliberais no Brasil, mais especificamente a privatização, em suas especificidades no Maranhão (privatização da Vale do Rio Doce).

O próximo passo foi a seleção das escolas que foram visitadas por mim (o bolsista nesse meio termo) onde foram realizadas reuniões com o corpo docente, com a elaboração conjunta de propostas de atividades com os impressos.

Posteriormente, foram feitas várias apresentações nas escolas sobre a implementação do neoliberalismo e privatização, sobre o governo Roseana Sarney, suas ações e consequências, e sobre o uso do jornal como fonte e proporcionador de conhecimento histórico.

Ao final do processo de apresentação de todo o conteúdo dos próprios jornais, foi proposta uma atividade, elaborada em forma de produção textual, mas de maneira didática, relacionada com os jornais trabalhados, para que os mesmos possam auxiliar nas futuras aulas sobre o processo de consolidação do neoliberalismo no Maranhão durante o governo de Roseana Sarney.

Após as apresentações sobre a conjuntura que norteia as políticas neoliberais no Estado brasileiro, os alunos construíram uma produção textual em forma de jornal, com texto e caricaturas ou desenhos críticos sobre o ocorrido.

Segue em abaixo algumas imagens das produções textuais dos alunos que foram atendidos com o desenvolvimento do projeto.

As imagens ilustram os desenvolvimentos dos alunos em meio às leituras e análises dos impressos Maranhenses, ver anexos. Está em evidência a interpretação dos alunos após as apresentações sobre o tema e sua análise. *“como vemos que a vale não foi vendida, foi dada de “graça”. Agora perguntas que não me querem me calar. Porque ela foi vendida se ela dava lucro para o País? A onde foi o dinheiro da venda foi parar?”*( GRIFO NOSSO). O outro aluno destaca a violência sobre os manifestantes durante protesto causado pela venda da Vale, *“a violência na sociedade maranhense sobre a venda da vale”*. (GRIFO NOSSO).

Nas imagens<sup>84</sup> está em evidencia a construção das atividades do alunos do terceiro ano da escola Rural dos Lopes, uma produção textual com base analítica dos impressos maranhenses, os mesmo ainda fizeram desenhos sátiros pra destacar a venda da Vale, após a leitura e a análise dos jornais os alunos em grupo construíram suas próprias interpretações, onde os alunos destacam a venda e o leilão da vale, “*Fernando Henrique entregou a Vale do Rio Doce por R\$ 3, bilhões quando o valor estimado em leilão era 28 vezes mais, cerca de R\$92 92 bilhões*”, (GRIFO NOSSO).

Outra aluna destacou o discurso do presidente FHC usada como desculpa para leiloar a CVRD. “*a privatização ocorreu em 1997 no governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) com a afirmação que a Vale não rendia lucros. vendendo a Vale nosso povo será mais feliz, vai haver mais comida no prato do trabalhador*”. (GRIFO NOSSO).

Esses breves relatos da produção dos alunos deixam claro a relevância do uso dos impressos como metodologia de ensino, pois podem proporcionar uma maior aproximação do aluno leitor da rede básica de ensino com a história, possibilitando-lhes construir interpretações que ainda estão ausentes nos livros didáticos.

Assim, ocorreu o acesso aos impressos maranhenses no período do governo de Roseana Sarney como forma de alteração das estratégias pedagógicas das escolas da Rede Básica de Ensino do município de Primeira Cruz. Deu-se, também, a promoção da aproximação e intercâmbio entre as pesquisas realizadas no âmbito da academia e as escolas da Rede Básica de Ensino de São Luís.

Dessa forma, acredito que foram redimensionadas as estratégias pedagógicas para o ensino de História, principalmente da temática sobre a consolidação do neoliberalismo no Brasil a partir da investigação sobre a privatização da Vale do Rio Doce.

A pesquisa realizada, assim, rompeu a histórica barreira entre o conhecimento produzido pelos pesquisadores e a sociedade. Ao compartilhar até as escolas da Rede Básica de Ensino do estado do Maranhão os resultados de um projeto que vem sido desenvolvido há dois anos pelos alunos do curso de História da UEMA.

Acredito que tenha alcançada não só a Publicização da pesquisa realizada como também, a dinamização da prática docente do ensino básico. Assim, estaria sendo concretizado um dos mais importantes objetivos da Universidade: a parceria pesquisa/ensino/sociedade.

---

<sup>84</sup> Ver anexos



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises do Jornal Pequeno e do jornal O Estado do Maranhão no processo de consolidação da venda da Vale são de grande relevância para o entendimento desse acontecimento para a história da sociedade maranhense, em favor de novas interpretações que podem (des)naturalizar interpretações que estão em um campo ainda “vazio” da historiografia maranhense.

Os dois jornais reagiram com destaque sobre esse ocorrido, veiculando reportagens sobre as diversas reações sobre tal acontecimento, e nesse processo havia várias mobilizações contrárias à privatização dessa estatal.

A privatização da Vale do Rio doce foi a maior venda de uma estatal brasileira do século XX. É uma problemática que merece atenção e muitos estudos sobre o caso. Por isso, foi de grande relevância entender o posicionamento dos jornais.

Trazer a tona o uso desses jornais na construção histórica foi primoroso, conhecer sobre esse tema em uma perspectiva gramsciana contribui para meu enriquecimento intelectual, pois analisar o posicionamento desses impressos foi de grande relevância no entendimento sobre a história recente do Maranhão.

Assim, esse trabalho objetivou externar os posicionamentos desses impressos. Mas, ainda falta analisar o posicionamento do jornal Imparcial sobre essa privatização, pretendo fazer isso em pesquisas futuras.

Considerando o entendimento sobre a adoção e aplicação das políticas neoliberais no mundo, sobretudo no Brasil, trouxe-me um enfoque para o entendimento da aplicação dessa agenda no Maranhão. Pude perceber que o intuito das frações de classes são as práticas de manutenção do seu poder, alinhando-se as classes dirigentes.

Há lacunas que precisam ser preenchidas sobre a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, no que diz respeito, por exemplo, sobre a posição dos trabalhadores dessa empresa que atuavam no período em que a mesma foi vendida. O que pensavam os trabalhadores sobre isso? Aonde foram parar os trabalhadores que foram demitidos com a nova reestruturação da empresa? Qual era a posição dos trabalhadores?

Na perspectiva do ensino, repensar os (des)caminhos da consolidação do neoliberalismo no Brasil em busca das especificidades do Maranhão, a partir da análise do processo de privatização da companhia Vale do Rio Doce, e compartilhar os resultados desse repensar com as escolas da Rede Básica, pode em muito contribuir para

a superação do fosso ainda hoje existente entre universidade e sociedade. Caminho profícuo, acreditamos, para reversão dos perversos índices educacionais do estado do Maranhão.

Contudo, popularizando o acesso aos impressos maranhenses no período do governo de Roseana Sarney como estratégias pedagógicas das escolas da Rede Básica de Ensino do estado do Maranhão, e promovendo uma aproximação e intercâmbio entre as pesquisas realizadas no âmbito da academia e as escolas da Rede Básica de Ensino de. Assim, com um teor de redimensionar ao Ensino a respeito do processo de consolidação do neoliberalismo no Brasil a partir da investigação sobre a privatização da Vale do Rio Doce.

Compartilhando aos alunos da rede básica de ensino uma maior criticidade e embasamento sobre esse processo maior que foi a venda para da Vale do Rio Doce no ano de 1997, e assim, construindo novas abordagens e novos caminhos para o ensino de História do Maranhão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### I) JORNAIS

- (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, 01-01-1995, p. 04)
- (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, 29 de Abril de 1997, p. 01)
- (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, 29 de Abril de 1997, p. 6)
- (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, 29 DE ABRIL DE 1997, p. 7)
- (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, 29 de abril de 1997, p. 3)
- (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, 29 de abril de 1997, p. 3)
- (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, 30 de Abril de 1997, p. 9)
- (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, 4 de Maio de 1997, p. 4)
- (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, 6 DE Maio de 1997, p. 10)
- (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, 7 de Maio de 1997, p. 9)
- (JORNAL PEQUENO, 26/04/1997).
- (JORNAL PEQUENO, 25 de Abril de 1997, p. 8)
- (JORNAL PEQUENO, 6 de Maio de 1997 p. 8)
- (JORNAL PEQUENO 29 de Abril DE 1997, p. 8)
- (JORNAL PEQUENO, 06/05/1997)
- (JORNAL PEQUENO, 07/05/1997).

### II) OBRAS GERAIS

ADÃO, Sônia Maria. **OS DISCURSOS CONFRONTADOS NO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO: O CASO COMPANHIA VALE DO RIO DO DOCE.** UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. TESE DE DOUTORADO. São Paulo – 2006.

ALMEIDA, Jorge. **A relação entre mídia e sociedade civil em Gramsci.** Revista Com Política, n.1, vol. 1, ed. março-abril, ano 2011.

ANDERSON, Perry. **Balanco do neoliberalismo.** (In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.).

BAER, Werner e MALONEY, William. **Neoliberalismo e distribuição de renda na América Latina.** Revista de economia política, vol, 17, nº 3 (67), jul.-set /1997.



BAER, Werner. MALONEY, William. **Neoliberalismo e Redistribuição de renda na América Latina**, Revista de economia política, vol, 17, nº3 (63), Julho-setembro/ 1997.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **As políticas neoliberais e a crise na América do Sul**, *Rev. Bras. Polít. Int.* 45 (2): 135-146 [2002]

BARBOA, Zulene Muniz. **As “temporalidades” da Política no Maranhão**. Disponível em:  
<[HTTP://WWW.fundaj.gov.br/imagens/stories/observanordeste/barbosa2.pdf](http://www.fundaj.gov.br/imagens/stories/observanordeste/barbosa2.pdf)>

BELO, Werbeth Serejo. **Uma perspectiva “imparcial” do “milagre econômico”: construindo o consenso em torno do projeto do projeto desenvolvimentista**. São Luis 2015, monografia (graduação) – Curso de Historia da Universidade Estadual do Maranhão.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. trad.Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev.geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. Vol.1.

BRAVO, Guilherme Pigozzi. **O Partido Impresso: Imprensa e Hegemonia no pensamento político de Antonio Gramsci**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales**. São Paulo: UNESP, 1997.

BUZAR, B Benedito. **O vitorinismo: lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1964** – São Luis: Lithograf – Indústria Gráfica e Editora Ltda., 1998.

CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. **As eleições de 1994 e 1998 no Maranhão**. Eseritos, São Luis, Lithograf, 2001.

CARDOSO, Ciro Framarion; VAINFAS, Ronaldo. Historia e Análise de Textos. In: Ciro Framarion; Ronaldo Vainfas. (Org.). **Domínios da História**. Rio De Janeiro: Campus, 1997, p. 375-400.

CARINHATO, Pedro Henrique. **Neoliberalismo, reforma do estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil.** (AURORA ano II número 3. P. 37-49) - DEZEMBRO DE 2008.

CARONE, Edgard. **Oligarquias: definição e bibliografia.** R. Adm. Emp., Rio de Janeiro, jan. mar. 1972.

CERQUEIRA, Jackson B. A. de. **UMA VISÃO DO NEOLIBERALISMO: SURGIMENTO, ATUAÇÃO E PERSPECTIVAS.** *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 39, p.169-189, jul./dez. 2008.

COSTA, Wagner Cabral Da. (1997). **Do "Maranhão Novo" ao "Novo Tempo": trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão.** São Luís, UFMA. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/cabral2.pdf> Acesso em: 20 nov. 2017.

COSTA, Wagner Cabral Da. **Novo tempo/Maranhão novo quais os tempos da oligarquia?.** Disponível em <HTTP://WWW.fundaj.gov.br/imagens/stories/observanordeste/cabral2.pdf>

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Campus, 1989.

Companhia Vale do Rio Doce. Disponível em [www.cvrd.com.br](http://www.cvrd.com.br) . Acesso desde setembro de 2017.

DE LUCA, Tania Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** in PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

DE LUCA, Tania Regina. **Pelos caminhos da imprensa no Brasil.** IN: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (org). *História da Imprensa no Brasil*. – 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2012.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente e ensino de História.** *Revista História Hoje*, v. 2, nº 4, p. 19-34 – 2013.

CAPELATO, Maria Helena. **História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo.**

DREIFUSS, René. **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, poder e golpe de classe.** Rio de Janeiro, Vozes, 1987.

ENGEL, Magali Gouveia. Dossiê Ensino de História – Apresentação. **Revista Tempo**, vol. 11, nº 21, 2007.

FALCON, Francisco. História e Poder. In; Ciro Framarion Cardoso; Ronaldo Vainfas. (Org.). **Domínios da História.** Rio De Janeiro: Campus, 1997, p. 375-400.

FERRARO, Alceu Ravello. **Neoliberalismo e políticas sociais: a naturalização da exclusão.** Estudos Teológicos, v. 45, n. 1, p. 99-117, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **O dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

FERREIRA, Marieta de Moraes. “velha história política”: o retorno da história política. : desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, nº 3, p, 90-119, jun./ago. 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral.** *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 314-332.

\_\_\_\_\_. . História do Tempo Presente: desafios. IN: **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, nº 3, p, 111-124, maio/jun. 2000.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis o caso brasileiro. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.43-59, jan/jun 2012

FILGUEIRAS, Luís. **História do Plano Real.** São Paulo: Ed. Boitempo, 2000.

GOMES SILVA, Ilse. Política e ideologia no Maranhão: do Maranhão Novo ao Novo Tempo. Texto apresentado na VI jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luis – 20 a 23 de agosto de 2013.

\_\_\_\_\_. **Participação popular e reforma do Estado brasileiro: tensões e contradições.** Tese de Doutorado. São Paulo, PUC /SP, 2001.

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A reinvenção do Maranhão dinástico.** São Luis: Edições UFMA; PROIN (CS), 2000.

GONÇALVES, Maria de Fátima da C. **Invenção de uma rainha da espada: reatualizações e embaraços da dinâmica política do Maranhão dinástico**. Tese de Doutorado em Políticas Públicas apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. São Luis, 2006.

GONÇALVES COUTO, Cláudio. **Oligarquia e processos de oligarquização: um problema institucional das organizações**. 7º Encontro da ABCP, RECIFE, AGOSTO DE 2010.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno (caderno nº 13). 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 13-111.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: 8ª ed. Civilização Brasileira, 2015. Tradução de: Carlos Nelson Coutinho. v. 1: Introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedetto Croce.

HOBBSAWM, Eric J. **A era dos extremos – o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Cia das letras, 1999.

\_\_\_\_\_. O Presente como História: escrever a história de seu próprio tempo. **Novos Estudos CEBRAP**, N.º 43, novembro 1995, pp. 103-112.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. **Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) Perfil de Empresa**. São Paulo Fevereiro de 2006.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. Rio de Janeiro: Forense, 1948.

MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. Para uma História do Tempo Presente: um ensaio de nós mesmos. **Revista catarinense de História**, Florianópolis, n. 17, p. 137-151, 2009.

MARIANI, Édio João. A trajetória de implementação do Neoliberalismo. **Revista Urutágua – revista acadêmica multidisciplinar**. – quadrimestral – Maringá - Paraná – Brasil; N° 13 – ago./set./nov. 2017. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/013/13mariani.htm>>

MARTINS, Carlos Eduardo. **Neoliberalismo e desenvolvimento na América Latina**. Editora, CLACSO. Buenos Aires. 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101013124027/6ParteIII.pdf>>

MASSIMO, Lucas. Como se explica o neoliberalismo no Brasil? Uma análise crítica dos artigos publicados na revista *dados*. **Revista de Sociologia E Política**, V. 21, Nº 47: 133-153 SET. 2013.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **A Industrialização brasileira**. São Paulo: Editora: Moderna, 2004.

MORAES, Reginaldo C.. *Neoliberalismo - de onde vem, para onde vai*. Editora SENAC. S. Paulo-2001. **Na América Latina**, Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101013124027/6ParteIII.pdf>>

NOGUEIRA, Gisélia Castro Silva. **Estetização política da cultura popular e marketing no governo Roseana Sarney**. São Luís: UFMA, 2005.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PACHECO FILHO, Alan Kardec Gomes. **“E porque muitos juraram para trair...”** São Luis, EDUEMA, 2015.

PADRÓS, Enrique Serra. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e arquivos repressivos. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.1, nº1, p.30-45, jan/jun, 2009.

PICCOLO, Monica. **Reformas Neoliberais no Brasil: A Privatização nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso**. Tese de Doutorado apresenta ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2010.

PONTES LIMA, Edilberto Carlos. **Privatização e Desempenho Econômico: Teoria e Evidência Empírica**. Brasília, dezembro de 1997.

PRADO, Maria Lígia; PELLEGRINO, Gabriela (org). **História da América Latina**. 1º Ed. São Paulo: Contexto, 2014.

QUADRAT, Samantha Viz. Ditadura, violência política e direitos humanos na Argentina, no Brasil e no Chile. In: AZEVEDO, Cecília; RAMINELLI, Ronaldo. (org) **História das Américas: novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 241-273.

REIS, Flávio. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão (1850/1930)**. Campinas, UNICAMP, 1992. (dissertação de mestrado).

RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RIBAS, Rayane Paula Silva. **Estudo de caso: Folha de S. Paulo e a privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)**. CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB. Brasília, outubro de 2007.

RUSSO, Fatima Ferreira. **Privatização da Vale do Rio Doce: valores, manifestações e implicações**. Dissertação de mestrado. Fundação Getulio Vargas Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Rio de Janeiro – 2002.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995.

SILVA JUNIOR, Ary Ramos da. **Neoliberalismo e Corrupção: análise comparativa dos ajustes neoliberais no Brasil de Fernando Collor (1990-1992) e no México de Carlos Salinas (1988- 1992). O incremento da corrupção e seus custos sociais**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da UNESP, Campus de Araraquara./SP, abril de 2006.

SILVA, Ilse Gomes. **Política e ideologia no Maranhão: do Maranhão Novo ao Novo Tempo**. São Luis – 2003.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964/1985)**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SOARES, Franciagela Silva Araújo. **CIADADE OLÍMPICA: A MEMÓRIA DA LUTA PELA TERRA URBANA** – São Luis, 2008. Monografia apresentada ao curso de história da Universidade Estadual do Maranhão.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO (TRE-MA).

TOMÁS, Manuel. **A expansão da Companhia Vale do Rio Doce e a possibilidade de criação de monopólio de minério de ferro no Brasil [manuscrito]: o caso CVRD no CADE**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Minas – 2006.

VALE, **Livro. Nossa História** 2012.

VIOLIN, Tarso Cabral. **A Sociedade Civil e o Estado Ampliado, Por Antonio Gramsci.** *Revista Eletrônica do CEJUR*, v. 1, n. 1, ago./dez. 2006.

ZARATE, Verónica Valdivia Ortiz. Pinochetismo e guerra social no Chile (1973-1989). In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). **Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e o Uruguai.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015. p.121-141.

## ANEXOS:

Imagem-1

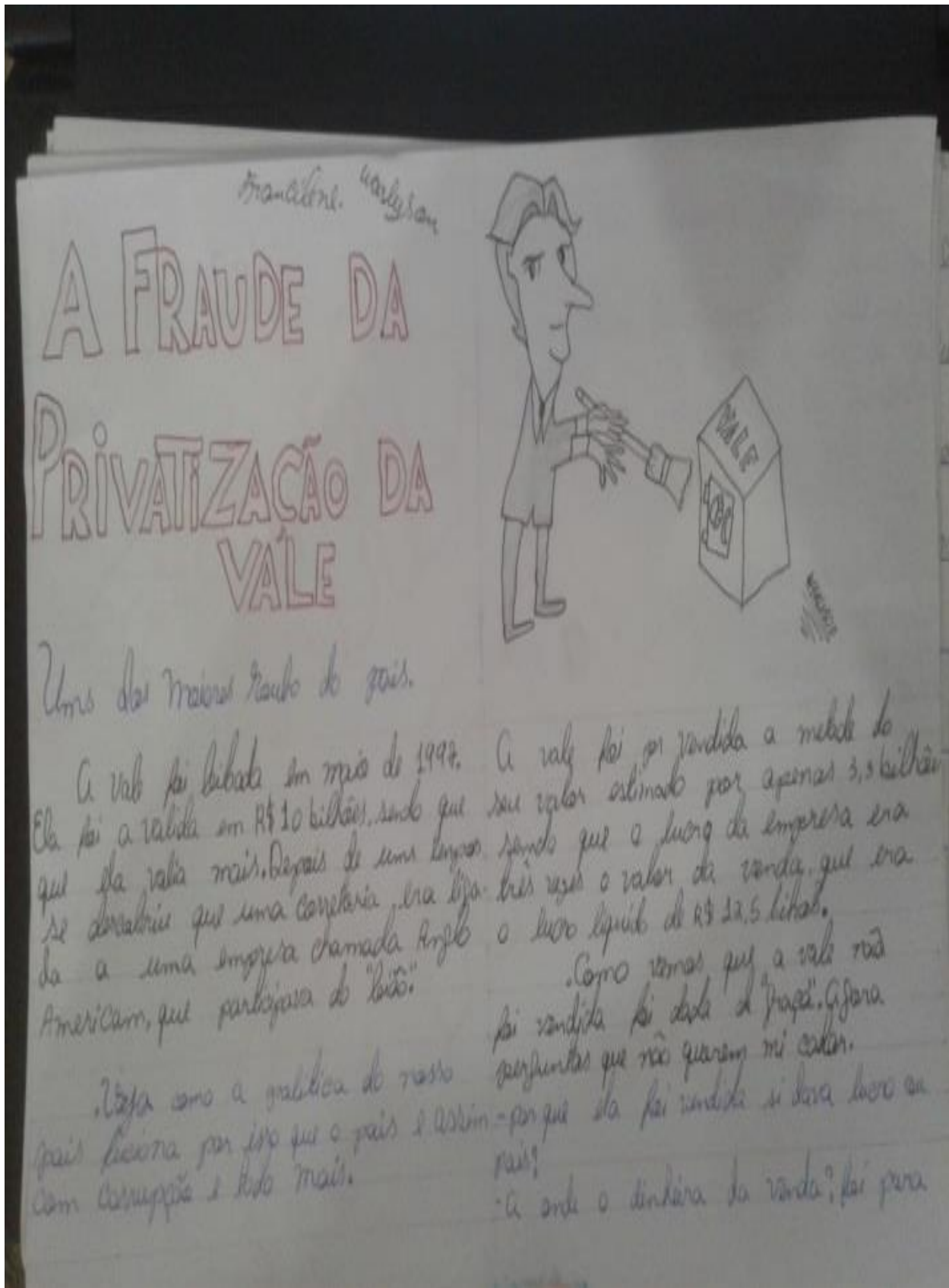
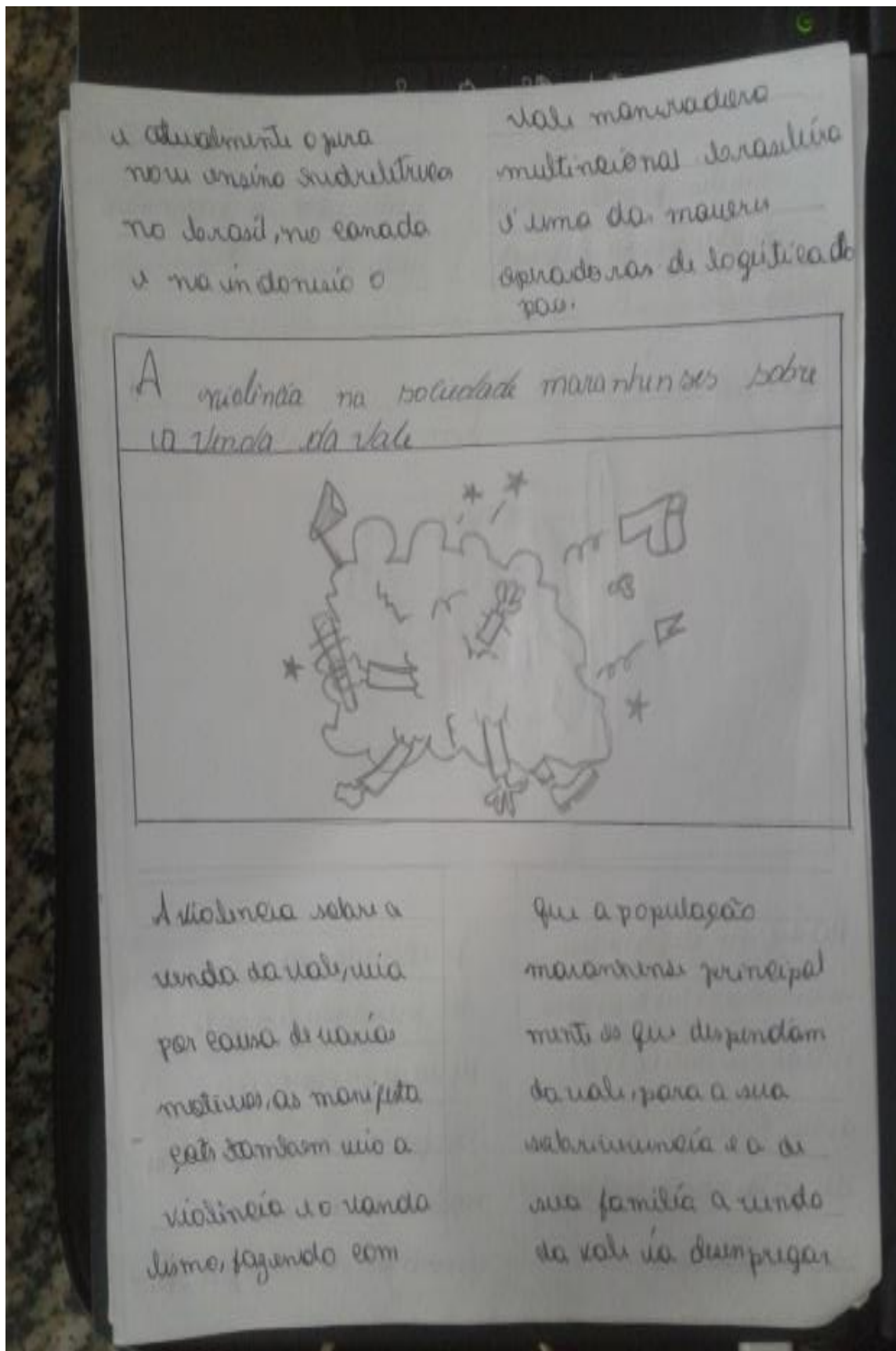




Imagem-2



FONTE: Arquivo pessoal

Imagem-3

# A venda

Fernando Henrique entregou a usina do Rio doce por R\$ 3,3 bilhões quando o valor estimado em leilão era 28 vezes mais R\$ 92 bilhões.



Imagem-4

# A Privatização

Foi Privatização que ocorreu em 1997 no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) com a afirmação de que a Vale não vendia lucros, mas que na verdade acontecia era que ela produzia 144 milhões de toneladas ano nível que se manteve praticamente estável nos dois anos subsequentes à privatização subiu nos anos 2000.

